

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
LICENCIATURA EM LETRAS

Eduarda Assunção

**Do tablado ao púlpito: aspectos dialógicos, ideológicos e heteroglóssicos nos
discursos lulistas de 1981 e 2023**

Porto Alegre
2023

Eduarda Assunção

Do tablado ao púlpito: aspectos dialógicos, ideológicos e heteroglóssicos nos discursos lulistas de 1981 e 2023

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Instituto de Letras da UFRGS como requisito básico para a conclusão do Curso de Licenciatura em Letras.

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Lia Schulz

Porto Alegre

2023

Eduarda Assunção

Do tablado ao púlpito: aspectos dialógicos, ideológicos e heteroglóssicos nos discursos lulistas de 1981 e 2023

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Letras.

Porto Alegre, 30 de agosto de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Alessandra Jacqueline Vieira

Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas

Instituto de Letras - UFRGS

Prof.^a Dr.^a Juliana Roquele Schoffen

Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas

Instituto de Letras - UFRGS

Prof.^a Dr.^a Lia Schulz (orientadora)

Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas

Instituto de Letras - UFRGS

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo realizar, à luz dos preceitos do Círculo de Bakhtin, uma análise de fragmentos de dois discursos políticos de Luiz Inácio Lula da Silva. Valendo-se de conceitos-chave elaborados a partir dos estudos discursivos do Círculo, tais como dialogismo, heteroglossia e signo ideológico, busca-se alcançar uma compreensão quanto aos recursos discursivos empregados por Lula na 1ª Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores, de 1981, e no discurso proferido no Palácio do Planalto, em 2023. A metodologia deste trabalho consiste na leitura de ambos os discursos para, a partir das possíveis correlações entre eles, observar os interlocutores e os distintos eixos ideológicos aos quais se filiam, além das particularidades de cada situação comunicativa na qual formulam-se tais enunciados. As análises realizadas objetivam, para tanto, verificar de que maneiras o dialogismo faz-se presente nos discursos, bem como quais possíveis vozes são evocadas pelo enunciador com o intuito de posicionar-se valorativamente em relação a elas. Ademais, a partir dos conceitos de signo ideológico e de forças centrípetas e centrífugas, procura-se investigar os mecanismos pelos quais elucidam-se os embates entre classes sociais na esfera ideológica da linguagem, assim como as movimentações que ocorrem por meio do signo entre o eixo axiológico hegemônico e o contra-hegemônico em seus respectivos momentos históricos, identificando-se os elementos pelos quais se materializa a heteroglossia. Ao fim desta análise, os discursos de Luiz Inácio Lula da Silva revelam-se constituídos por uma vasta diversidade de vozes históricas e sociais, as quais são atravessadas por ideologias múltiplas e respondem a outros discursos cujas posições valorativas, apesar de antagônicas, ecoam em seus enunciados e constituem seus sentidos.

Palavras-chave: Marxismo; Ideologia; Discurso; Dialogismo; Heteroglossia; Lula.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo realizar, a la luz de los preceptos del Círculo Bakhtin, un análisis de fragmentos de dos discursos políticos de Luiz Inácio Lula da Silva. Utilizando conceptos clave extraídos de los estudios discursivos del Círculo, como dialogismo, heteroglosia y signo ideológico, se pretende llegar a comprender los recursos discursivos utilizados por Lula en la I Convención Nacional del Partido de los Trabajadores, en 1981, y en el discurso pronunciado en el Palácio do Planalto, en 2023. La metodología de este trabajo consiste en la lectura de ambos discursos para, a partir de posibles correlaciones entre ellos, observar a los interlocutores y los diferentes ejes ideológicos a los que se afilian, además de las particularidades de cada una situación comunicativa en la que se formulan dichos enunciados. Los análisis realizados tienen como objetivo, por tanto, verificar cómo el dialogismo está presente en los discursos, así como qué posibles voces son evocadas por el enunciador con el objetivo de posicionarse valorativamente en relación a ellas. Además, a partir de los conceptos de signo ideológico y de fuerzas centrípetas y centrífugas, buscamos investigar los mecanismos a través de los cuales se dilucidan los choques entre clases sociales en el ámbito ideológico del lenguaje, así como los movimientos que se dan a través del signo entre lo hegemónico y lo contrahegemónico. eje axiológico contrahegemónico en sus respectivos momentos históricos, identificando los elementos a través de los cuales se materializa la heteroglosia. Al final de este análisis, los discursos de Luiz Inácio Lula da Silva se revelan constituidos por una vasta diversidad de voces históricas y sociales, que están atravesadas por múltiples ideologías y responden a otros discursos cuyas posiciones valorativas, a pesar de ser antagónicas, resuenan en sus declaraciones y constituyen sus significados.

Palabras clave: Marxismo; Ideología; Discurso; Dialogismo; Heteroglosia; Lula.

AGRADECIMENTOS

Eduardo Galeano, em meio aos fantásticos escritos de *O Livro dos Abraços*, conta a história de Diego, um menino que, diante da imensidão e do esplendor de estar vendo pela primeira vez o mar, suplica a seu pai: “Me ajude a olhar!”.

Gosto de pensar que a grande e boa sorte encontra-se justamente nisso que Galeano entendeu há muito tempo: ter alguém que, diante da vastidão e do assombro que é a vida, nos ajude a olhar; que, no vazio que habita o espaço entre o tropeço e a reerguida, direcione nossa visão para onde haja luz; que, em meio a tantos motivos para lamentar, nos aponte tantos outros motivos que nos leve a querer conservar uma fé que, por mais ingênua que possa ser, nos será como um farol em meio à incompreensão de uma noite escura; que partilhe conosco a alegria de se estar vivo e de poder amar e transformar a existência, esse mar que é proporcional e igualmente beleza e caos.

Pensando nisso, percebo que tenho sorte. Muita sorte. Tenho ao meu redor olhos atentos que carregam consigo uma habilidade admirável de enxergar no mundo as belezas e as preciosidades que, ainda que não se escondam, podem ser vistas apenas por aqueles que sabem olhar com paciência. Esses mesmos olhos pacientes são também olhos que, enxergando as amarguras que atormentam a humanidade, põem-se afogueados frente às injustiça e à miséria. São olhos que, por mais que possam carregar tal aparência, nunca estão perdidos ou mirando o nada; estão sempre em busca de caminhos alternativos que nos levem a outra e mais digna realidade.

Dessa forma, agradeço às minhas camaradas do Coletivo Feminista-Classista Alexandra Kollontai (CFCAK), sem as quais talvez eu não lograsse, ainda hoje, direcionar meu descontentamento ao lugar certo e transformar minhas inquietações em boas razões pelas quais lutar. Obrigada por me ensinarem a olhar. Agradeço sobretudo à minha camarada Nanda, pelos valiosos ensinamentos, pela parceria infinita e por ser um grande exemplo de honestidade, coragem e disciplina.

Agradeço à minha irmã, Janine, ao meu irmão, Lucas, ao meu pai, Paulo, e ao meu padrasto, Gerson, por todo apoio e aprendizados até aqui. Agradeço especialmente à minha mãe, Dona Rose, pelo cuidado, pela educação, pela dedicação; pela confiança que sempre depositou em mim, pelas infinitas formas pelas quais me ensina sobre o amor e suas faces, por ter me ensinado a levar a vida com verdade e por ser minha eterna fonte de força.

Agradeço aos meus grandes amigos por estarem sempre presentes e serem carinho, suporte e riso fácil. Agradeço à minha amiga-irmã Renata, pela conexão ímpar e pela parceria inabalável; à minha grande amiga Thaíse, pelos anos de amizade, pelos aprendizados e pelas sempre ótimas risadas; à minha querida amiga Paulinha, por ser sempre porto-seguro e lealdade; à minha amiga e camarada Dolores, pela confiança que temos uma na outra e pelo cuidado amoroso; e a tantos outros que andam comigo e me ensinam o tempo todo.

Agradeço também ao meu querido Rodrigo. Primeiramente, por ter encostado seu caminho no meu e por ter feito minha solidão se sentir acompanhada, seja na presença, na falta, na risada, no silêncio, nos dias de sol, nas tormentas. Em segundo lugar, por me incentivar a buscar sempre o melhor de mim e por me ensinar todos os dias sobre o amor, o companheirismo, a lealdade, a persistência e a generosidade. Obrigada por me ajudar a olhar de forma mais sensível.

Agradeço, por fim, à minha maravilhosa orientadora e professora Lia, pelo empenho, parceria, paciência e entusiasmo, mas sobretudo por confiar nas minhas ideias e por me ajudar a olhar mais longe.

Balada da gota d'água no oceano

*O verão chega, e o céu do verão
Ilumina também vocês.
Morna é a água, e na água morna
Também vocês se banham.
Nos prados verdes vocês
Armaram suas barracas. As ruas
Ouvem os seus cantos. A floresta
Acolhe vocês. Logo*

*É o fim da miséria? Há alguma melhora?
Tudo dá certo? Chegou então sua hora?
O mundo segue seu plano? Não:
É só uma gota no oceano.*

*A floresta acolheu os rejeitados. O céu bonito
Brilha sobre desesperançados. As barracas de verão
Abrigam gente sem teto. A gente que se banha na água morna
Não comeu. A gente
Que andava na estrada apenas continuou
Sua incessante busca de trabalho.*

*Não é o fim da miséria. Não há melhora.
Nada vai certo. Não chegou sua hora.
O mundo não segue seu plano:
É só uma gota no oceano.*

*Vocês se contentarão com o céu luminoso?
Não mais sairão da água morna?
Ficarão retidos na floresta?
Estarão sendo iludidos? Sendo consolados?
O mundo espera por suas exigências.
Precisa de seu descontentamento, suas sugestões.
O mundo olha para vocês com um resto de esperança.
É tempo de não mais se contentarem
Com essas gotas no oceano.*

Bertolt Brecht

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - UMA PERSPECTIVA MARXISTA DA LINGUA(GEM)	5
1.1 Conceitos fundamentais do Círculo de Bakhtin: linguagem, enunciado, língua e discurso sob uma perspectiva dialógica.....	5
1.2 O caráter ideológico e dialético do signo: reflexão e refração da realidade.....	8
1.3 A linguagem a partir do materialismo histórico-dialético.....	13
1.4 Dialogismo e sujeito dialógico.....	23
1.5 Dialogia, heteroglossia e consciência socioideológica.....	27
CAPÍTULO 2 - PT: UM PARTIDO DOS “DE BAIXO”	29
2.1 Do surgimento do Partido dos Trabalhadores.....	29
2.2 O PT e a estratégia democrática e popular.....	33
CAPÍTULO 3 - A REFRAÇÃO DIALÉTICA DA EXISTÊNCIA	35
3.1 Heteroglossia e luta de classes.....	35
3.2 Discurso na 1ª Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores - 1981.....	36
3.3 Do socialismo.....	46
3.4 Da noção de democracia.....	47
3.5 Do uso de companheiro.....	52
3.6 Discurso de posse de 2023.....	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	66
ANEXOS	69

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Campo lexical do discurso de Lula em 1981, na 1ª Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores.....	44
Figura 2 - Campo lexical do discurso de Lula na cerimônia de posse em 2023.....	57

INTRODUÇÃO

A compreensão da linguagem enquanto produto social da ação humana no mundo pressupõe, implacavelmente, uma análise minuciosa a respeito da forma com que os homens se organizam e estabelecem entre si e a realidade material uma relação dialética, dado que a interação verbal é o elemento-chave para compreender a “realidade fundamental da língua” (VOLÓCHINOV, 2017). Tal entendimento requer pensar a língua não como mero sistema abstrato de elementos linguísticos desvinculados da realidade na qual se originam, mas sim como fenômeno resultante, principalmente, da necessidade de sujeitos reais — e inevitavelmente constituídos a partir de ideologias — de compartilharem a existência concreta e viva através da palavra. Assim, a formação de si enquanto sujeito individual e coletivo ocorre sempre em relação ao outro, em um processo orgânico de alteridade que se prefigura como princípio à organização humana.

O caráter dialógico da linguagem origina-se no fato de que o enunciado é sempre uma resposta a outras vozes, formulando-se a partir delas para produzir sentidos múltiplos e carregando consigo ecos e ressonâncias de outrem. Além disso, ao assimilarmos e nos apropriarmos dos discursos alheios, não somente os evocamos, mas também tomamos frente a eles uma atitude valorativa, a qual é produto de valores não somente individuais, como também, e sobretudo, convencionados socialmente. É devido a isso que qualquer enunciado, sempre direcionado e condicionado a um outro, pode servir como recurso de análise discursiva e revelar a complexa cadeia dialógica na qual se fundamenta a interação verbal. Isso significa dizer que, independentemente da composição discursiva pela qual um sujeito constroi sua enunciação, esta é sempre uma refração do prisma ideológico pelo qual seu autor enxerga a realidade.

No entanto, dentre os infinitos gêneros discursivos capazes de revelar a dinâmica ideológica através da qual se constrói a enunciação, o discurso político apresenta-se como o mais intrigante e imperativo no que se refere às grandes forças que atuam na e atravessam a interação comunicativa, isto é, a “dinâmica inerente ao universo da criação ideológica, o jogo de forças que torna esse universo vivo e móvel” (FARACO, 2009, p. 58). Isso ocorre devido ao fato de que, sendo o discurso político um enunciado da dinâmica social que se ancora justamente nos pontos de vista do sujeito-enunciativo construídos a partir de valores sociais pertencentes geralmente a uma dada coletividade, seu emprego sugere sempre uma disputa

por meio da palavra. Dessa forma, acabam por evidenciarem-se de maneira muito contundente os distintos espectros axiológicos que formam o campo ideológico.

Sendo assim, a observação e análise atentas de discursos políticos do ex-sindicalista e atual presidente da República Luiz Inácio da Silva mostra-se extremamente relevante à medida que, sendo pronunciamentos proferidos com uma diferença de tempo de aproximadamente 40 anos, em momentos históricos cujas nuances, ainda que semelhantes em certo grau, são amplamente distintas, carregam em si diferentes ideologias e mostram-se vinculados, muitas vezes, a eixos axiológicos não apenas distintos, como também contraditórios. Desse modo, este trabalho justifica-se pelo fato de que os discursos que aqui são analisados manifestam atitudes antagônicas que se vinculam a esferas ideológicas diversas, as quais entram em embate na composição de uma sociedade heterogênea, dado que, sendo a língua uma arena onde sucedem os conflitos ideológicos entre classes, tais conflitos podem ser identificados e analisados a partir dos enunciados.

A conjuntura política brasileira no início dos anos 80 foi marcada por um esgotamento do Regime Militar, que já não encontrava respaldo para manter o sistema autoritário e tampouco as violações amplamente conhecidas no decorrer da década de 70. Além disso, a abertura democrática já era visível (constitucionalmente) desde 1979 com a retomada de um sistema que possibilitava o pluripartidarismo e abria a possibilidade de transição de governo dos militares para a sociedade civil. Nesse contexto, a fundação do Partido dos Trabalhadores representava a força de uma classe que vinha organizando-se a partir de greves e mobilizações em todo o território nacional, sobretudo na região do ABC Paulista com a movimentação do setor metalúrgico que reivindicava a liberdade e autonomia sindical em detrimento das políticas de arrocho salarial. Lula, dessa forma, surge como uma liderança comprometida a levar adiante as reivindicações da classe trabalhadora, mas não de outra forma senão por dentro da ordem burguesa.

Passados 40 anos do discurso que proferiu na 1ª Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores, Lula chega ao seu terceiro mandato como Presidente da República em um cenário nacional marcado pela polarização efervescente do pleito eleitoral de 2022. Após passar 581 dias na prisão pelos crimes que foi acusado¹ e não tendo participado do pleito eleitoral de 2018, Lula volta ao cenário político como aglutinador de forças progressistas, na

¹ Em 2019, foi absolvido pelo Superior Tribunal Federal (STF), que passou a considerar a prisão em segunda instância inconstitucional e anulou por motivos técnicos as condenações, prescrevendo assim os processos de que era réu.

tentativa de fazer frente ao bolsonarismo instaurado em todas as esferas governamentais e alinhado com pautas de extrema-direita. Sua campanha foi marcada pelo forte engajamento da militância petista junto à parcela da sociedade brasileira que fazia oposição à política excludente de Bolsonaro. Tal oposição já vinha sendo mobilizada desde o golpe parlamentar em 2016, que destituiu Dilma Rousseff do cargo de presidenta da república e viu na figura de Luiz Inácio Lula da Silva a alternativa institucional ao bolsonarismo.

Diante de tais acontecimentos, faz-se pertinente a seguinte questão: de que maneira o dialogismo e a heteroglossia podem servir como recurso de análise para identificar e compreender as matizes que originam as diferenças entre os discursos em questão, no que diz respeito à mudança de tom na perda da radicalidade de 1981, a ampliação do auditório social que passa a abranger não somente trabalhadores e simpatizantes do socialismo democrático, mas também grupos da extrema direita e a classe dominante, em um processo de apassivamento discursivo e político? Em função, portanto, da noção de que somente através da análise da linguagem em seu uso concreto, inerentemente social e dialética, que se pode reconhecer e assimilar os reais sentidos e acentos apreciativos da palavra, o presente trabalho possui como metodologia o referencial teórico-metodológico da Análise Dialógica do Discurso (ADD), desenvolvido por Bakhtin e seu Círculo.

Dessa forma, com o intuito de investigar e analisar, através da linguagem em seus contextos vivos e específicos de uso, os aspectos dialógicos e ideológicos oriundos do reflexo e da refração social e as possíveis alterações de significação e reavaliação da palavra nos discursos lulistas decorrentes das mudanças de paradigma e rupturas socioideológicas do ex-sindicalista, os estudos concebidos por Bakhtin e seu Círculo sobre a linguagem mostram-se extremamente fecundos no que se refere à compreensão de que a consciência humana, afetada e construída a partir da base econômica da sociedade, é simultaneamente refratária e responsável pelas transformações sociais, em um intrínseco movimento dialético. Para tanto, as análises deste trabalho ancoraram-se essencialmente nos tópicos de dialogismo, signo ideológico e heteroglossia.

Volóchinov, considerando as dinâmicas de poder que atravessam a interação comunicativa e tratando da natureza plurivalente da palavra, precisou uma relação direta entre a coexistência de diversas verdades sociais e a disputa ideológica pelo signo linguístico e a luta de classes. Dessa forma, por entender que existe uma relação “estreita entre classes sociais e a estratificação socioaxiológica da linguagem, descrevendo esta como decorrente

daquela” (FARACO, 2009) e que a disputa pela significação da palavra é sempre a materialização do antagonismo ideológico entre classes, este trabalho debruçou-se, especialmente, na obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (MFL)², na qual noções como ideologia, dialética e classe social são mobilizadas a fim de compreender as forças dialógicas que atuam por trás do signo, que se prefigura como arena onde se dá a luta de classes.

À vista disso, este trabalho organiza-se da seguinte forma: no primeiro capítulo, apresentamos uma discussão teórica a respeito das noções bakhtinianas de linguagem, enunciado, língua e discurso sob uma perspectiva dialógica, tratando do caráter refratário do signo verbal e da noção de linguagem enquanto fenômeno constituinte do materialismo histórico-dialético, bem como da concepção de heteroglossia e consciência socioideológica. O segundo é uma contextualização do surgimento do Partido dos Trabalhadores e da estratégia democrática e popular. O terceiro capítulo, por fim, traz uma análise discursiva, à luz dos preceitos bakhtinianos de dialogismo, heteroglossia e signo ideológico, dos pronunciamentos lulistas de 1981, na 1ª Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores³, disponível no *site* da Fundação Perseu Abramo, e de 2023⁴, transcrito integralmente e disponibilizado pelo site UOL, quando assume pela terceira vez o cargo de presidente da República na cerimônia de posse no Palácio do Planalto.

² Neste trabalho, utilizou-se duas edições da obra; a de 1992, cuja autoria era ainda atribuída a Bakhtin, por ser amplamente utilizada por autores que referenciam os estudos de MFL e são também referenciados neste trabalho; e a de 2017, por tratar-se da edição mais recente e, portanto, a mais atualizada, inclusive no que diz respeito à autoria. Nesses casos, seguiremos a autoria que consta na própria edição referenciada, isto é, Bakhtin em 1992 e Volóchinov em 2017.

³ Disponível em: <<https://siac.fpabramo.org.br/searchAcervo/23>>. Acesso em: 13 set. 2023.

⁴ Disponível em:

<<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/01/posse-lula-discursos-congresso-planalto-integra.htm>>. Acesso em: 13 set. 2023.

CAPÍTULO 1 - UMA PERSPECTIVA MARXISTA DA LINGUA(GEM)

*Uma definição de língua, ou linguagem,
é sempre, implícita ou explicitamente,
uma definição dos seres humanos no mundo.*

Raymond Williams

1.1 Círculo de Bakhtin e conceitos fundamentais: linguagem, enunciado, língua e discurso sob uma perspectiva dialógica

O Círculo de Bakhtin surge durante o regime de Joseph Vissorionovich Djougachvilli (Stalin) na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o que implica considerar, de forma basilar, o contexto russo e as condições de criação de conteúdo teórico da época. Constituído, principalmente, por um grupo de intelectuais que se reuniam periodicamente entre 1919 e 1974 e cujas contribuições interdisciplinares embasavam a formulação de preceitos contundentes sobre a linguagem e eram intimamente influenciados pelo materialismo histórico-dialético sustentado pela URSS, o Círculo de Bakhtin estabeleceu “novas relações que teriam ficado lacunares na obra de Marx”, como “os entrelaçamentos entre o materialismo histórico, o materialismo dialético e o funcionamento da linguagem”, investigando as distintas maneiras pelas quais ideologia e linguagem se atravessam e se constituem mutuamente e constituindo, com isso, os fundamentos para uma concepção marxista da linguagem (ZANDWAIS, 2009, p. 34).

Sendo assim, na perspectiva do Círculo, a linguagem é uma prática social cotidiana que envolve a experiência do relacionamento entre sujeitos, a qual é parte integrante do sentido do dizer. O processo de origem e de ocorrência da *linguagem* consiste na correlação existente entre o eu-outro, ou seja, entre sujeitos sociais historicamente determinados que marcam o instante presente da enunciação como um evento único e irrepitível, configurando-se como uma construção social da consciência e da linguagem pela intersubjetividade (VOLÓCHINOV, 2017, p. 107).

Dessa forma, a linguagem só existe quando em relação ao outro. Além disso, por ser um fenômeno real, realiza-se num espaço e momento únicos, de maneira irrepitível e situada sócio-historicamente entre sujeitos reais e organizados socialmente, operação à qual se dá o nome de *enunciado concreto*, posto que o enunciado abstrato é inexistente na materialidade da vida (VOLÓCHINOV, 2017, p. 220).

Toda palavra “serve de expressão ao ‘um’ em relação ao ‘outro’” . Ou seja, a comunicação, por esse entendimento, não é a expressão de algo (pré-existente, interior) por alguém a alguém por meio de palavras – o que a caracterizaria como um mero instrumento. A comunicação, tomada como realidade fundamental da língua, é justamente o processo de expressar-se em relação ao outro, e não simplesmente para o outro. É esse em relação, no qual o eu só existe em relação ao outro, e só assim pode se expressar, que configura a dinâmica da interação verbal/discursiva (VOLÓCHINOV, 2017, p. 205).

Assim, por ser uma prática que só pode existir a partir do outro, a linguagem é compreendida como o próprio enunciado (concreto), que se realiza na realidade material da vida humana de maneira espacial e temporalmente situada (VIANNA, 2019, p. 23). Admitir isso significa depreender que o eixo estruturante da linguagem é a alteridade, visto que a construção da identidade do eu ocorre no processo de assimilação do outro. De forma similar, o desenvolvimento da linguagem (logo, da consciência) também consiste em um movimento em relação ao outro, uma vez que é através da palavra que o sujeito se define em relação ao outro, em relação ao coletivo. “A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor” (BAKHTIN, 1992, p. 113).

O “espírito” sofre, desde o início, a maldição de estar “contaminado” pela matéria, que, aqui, se manifesta sob a forma de camadas de ar em movimento, de sons, em suma, sob a forma de linguagem. A linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e que, portanto, também existe para mim mesmo; e a linguagem nasce, tal como a consciência, do carecimento, da necessidade de intercâmbio com outros homens. Desde o início, portanto, a consciência já é um produto social e continuará sendo enquanto existirem homens. (MARX; ENGELS, 2007, p. 34-35)

Na mesma perspectiva, de acordo com Volóchinov, a análise de um enunciado não pode se dar de forma desvinculada à situação social (imediate e ampla) na qual é gerado e está inserido, ou seja, o estudo do enunciado deve sempre estar atrelado às relações sociais que o produziram, uma vez que o *discurso*, enquanto fenômeno de comunicação social, é diretamente determinado por essas relações. Por esse viés, a linguagem é, essencialmente, o enunciado (concreto), que nasce, vive e morre no decurso socio-interacional entre enunciadore e cuja feição e cunho são determinados, essencialmente, a partir dessa interação, o que envolve tanto a existência dos falantes quanto o contexto sócio-histórico que equivale à linguagem em sua plenitude viva e concreta (VOLÓCHINOV, 2017, p. 220).

Afirmar isso significa assumir que a língua, para o Círculo, não pode ser compreendida como um sistema abstrato de signos ou como manifestação originada no psiquismo individual, posto que “a atividade mental, suas motivações subjetivas, suas intenções, seus desígnios conscientemente estilísticos, não existem fora de sua materialização

objetiva na língua” (BAKHTIN, 1992, p. 188). Isto é, quando se desvincula o enunciado do terreno que o circunda e lhe dá vida, extravie-se tanto sua forma quanto seu caráter, sobrando apenas uma limitada dimensão linguística cujas formas e esquema semântico tornam-se duas abstrações incompatíveis entre si devido à ausência de materialidade da situação social (ou dimensão extraverbal). Sendo assim, o enunciado não se limita à frase ou à oração, mas sim à relação existente entre o texto e a situação social enunciativa (RODRIGUES, 2005, p. 162). Bakhtin defende que a situação social imediata e o meio social são determinantes à enunciação, a qual é organizada (quanto ao conteúdo e significação) de maneira externa ao indivíduo pelas condições materiais do meio social. Dessa forma, a enunciação só pode ser entendida como um produto da interação social, e o discurso, por sua vez, como um cenário de determinado acontecimento (BAKHTIN, 1992).

O entendimento deste “cenário”, no sentido global da palavra, deve reproduzir um acontecimento onde a relação recíproca dos locutores (envolvidos) permite “encenar” uma compreensão mútua, onde aquele que decifra o sentido assume o papel de ouvinte e concomitantemente possa assimilar a posição dos outros partícipes (VOLÓCHINOV, 2017, p. 216).

A importância da orientação da palavra para o interlocutor é extremamente grande. Em sua essência, *a palavra é um ato bilateral*. Ela é determinada tanto por aquele de quem ela procede quanto por aquele *para quem* se dirige. Enquanto palavra, ela é justamente o *produto das inter-relações do falante com o ouvinte*. Toda palavra serve de expressão ao “um” em relação ao “outro”. Na palavra, eu dou forma a mim mesmo do ponto de vista do outro e, por fim, da perspectiva da minha coletividade. A palavra é uma ponte que liga o eu ao outro. Ela apoia uma das extremidades em mim e a outra no interlocutor. A palavra é o território comum entre o falante e o interlocutor (VOLÓCHINOV, 2017, p. 205, grifo do autor).

Para o Círculo de Bakhtin, a noção de língua, por sua vez, deve ser assimilada “como um fenômeno social da interação verbal, realizada pela enunciação (enunciado) ou enunciações (enunciados)”, isto é, a língua é materializada, nas situações de interação verbal, pelo(s) enunciado(s), ao contrário do que se defende na concepção objetivista abstrata — em que a língua é formada a partir de um sistema abstrato de formas linguísticas — e do viés subjetivista individualista — em que a língua tem origem na consciência individual (BAKHTIN, 1992, p. 123).

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas, nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua. (BAKHTIN, 1992, p. 123)

Dessa forma, para Bakhtin, é a língua em sua integridade concreta e viva, e não a língua como objeto da linguística, que interessa ao estudo da linguagem. Com isso, apreender a língua como discurso requer uma noção muito clara da impossibilidade de desvinculação da língua e de seus falantes e de seus atos, tampouco de seus campos sociais e, conseqüentemente, dos acentos valorativos que a suscitam e a permeiam (CAVALCANTI FILHO; TORGA, 2011).

Na interação social entre um eu e um outro, formam-se os pontos de contato entre as suas consciências, em torno das quais se dispõem e se desenvolvem os sentidos e os valores das culturas, em entrecruzamento e em conflito, das suas classes e/ou dos seus grupos. (DIAS, 2020, p. 21)

A partir da compreensão a respeito da impossibilidade de se desvincular o enunciado da situação real na qual ele é produzido — entre enunciadoreis reais (ou presumidos) socio-historicamente localizados e socialmente organizados —, assim como de que ele é preenchido por perspectivas de mundo, acentos valorativos e juízos de valor que constituem o significado das palavras — visto que sentido e avaliação são inerentemente complementares —, é que podemos articular uma das principais noções do Círculo de Bakhtin: o de **caráter ideológico do signo** (VIANNA, 2019, p. 24-27).

1.2 O caráter ideológico e dialético do signo: reflexão e refração da realidade

Já de partida, há uma questão teórica e temporal importante a ser diferenciada em relação ao conceito de *ideologia*. O tema é milenar, observado já na Filosofia Grega ao refletir sobre os problemas mais gerais dos seres humanos e percorreu séculos atravessado por entendimentos diversos e contraditórios. Na filosofia moderna, os principais representantes do idealismo clássico, Kant e Hegel, ao estabelecer a relação sujeito-objeto e singular-universal no caminho da consciência em busca *d'a verdade* forneceram à Marx um solo fértil para produzir a formulação materialista-dialética acerca da ideologia. Marx critica a concepção hegeliana de que o *Estado* seria o lugar da plena realização da cidadania, a universalização dos sujeitos, e se recusa a admitir que o acesso à esfera estatal viabilizaria a superação das distorções ideológicas impostas pelas condições de funcionamento da sociedade civil burguesa (KONDER, 2002).

É na obra *A Ideologia Alemã* (2007), publicada pela primeira vez apenas em 1932, que Marx e Engels apresentam a categoria *ideologia* não como um conjunto de valores de determinada coletividade, mas como uma *falsa consciência*. Os referidos autores,

Buscam explicar as formas de consciência a partir das relações sociais reais e não da autonomização dos conceitos, como faziam os filósofos por eles criticados, cuja produção idealista é vista como ideologia, isto é, uma construção ideal autonomizada da materialidade do modo de produção. A ideologia alemã era marcada por um distanciamento do mundo real, o que **resultaria no ser consciente de algo que ele não é**, ou seja, na **consciência iludida a respeito da sua própria natureza**. A possibilidade dessa ilusão surgiu com a divisão social do trabalho, que se sucede na medida em que os homens contraem uma relação social que independe de sua vontade pessoal, e que, agora, aparece na teoria marxiana como uma determinação central da alienação. [...] Assim, os autores defendem que o ponto de partida para se compreender a consciência deve ser o processo de vida real dos homens de carne e osso em seu movimento de produção e intercâmbio materiais, pois esta realidade é que determina o pensar humano. (BALDI, 2019, p. 633-634 [grifos nossos])

Esse entendimento de ideologia como *falsa consciência* é reforçado por Löwy (2015, p. 19) ao afirmar que “Para Marx, claramente, ideologia é um conceito pejorativo, um conceito crítico que implica ilusão [...]”. Assinala que dentro do marxismo estão presentes duas linhas de conceituação da ideologia: uma que utiliza o termo em seu sentido restrito, como em Marx, e outra, que utiliza o termo em seu sentido amplo, da ideologia como visão de mundo. Konder (2002) reitera essa dualidade, apontando que o termo *ideologia* tem, basicamente, um significado fraco, que designa conjuntos de ideias e valores que orientam comportamentos coletivos relativos à ordem pública; e um significado forte, que se refere, desde Marx, a uma distorção no conhecimento.

A partir do estudo da linguagem, com a presença marcante da tradição marxista, os autores do Círculo de Bakhtin elaboram uma concepção de ideologia intimamente relacionada à compreensão das relações entre a organização econômica da sociedade histórica e socialmente determinada e ao conjunto de valores, ideias e significados hegemônicos na sociedade.

Nessa concepção, os objetos-signo e os enunciados concretos que se produzem e circulam em cada esfera de atividade ou de comunicação socioideológica (religião, moral, direito, mídia, educação, ciência etc.) e também na comunicação da vida cotidiana representam territórios nos quais, sob o efeito de diversas mediações, refletem-se e refratam-se os embates, as negociações e os arranjos operados pelas forças que disputam o controle econômico (vale dizer, o controle da produção e distribuição das riquezas) na sociedade. (COSTA, 2017, p. 49)

Konder (2002) identifica um duplo movimento proposto por Bakhtin no sentido de reduzir a refração da ideologia e fortalecer a capacidade dos de baixo em refletir com

fidelidade a realidade. Em um primeiro momento, a liberação da cultura dos de baixo umbilicalmente relacionada a valores comunitários/coletivos que permitem a desmistificação das distorções ideológicas massificadas pelo individualismo burguês; em segundo, a polifonia.

Nessa perspectiva, Bakhtin se alinha às correntes marxistas que tratam da ideologia como um conjunto de valores, representações e orientações cognitivas unificados pelo ponto de vista de determinada classe social, o que muito se aproxima do termo que Löwy (2015) propôs como uma mediação entre as duas principais posições sobre ideologia, que seria o de “visão social de mundo”.

Baldi (2019) sintetiza tais entendimentos diversos de maneira interessante para este trabalho no sentido da compreensão do caráter ideológico e dialético do signo identificadas pelo Círculo de Bakhtin em diálogo com as formulações de Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*. A questão da falsa consciência não se trata de ideias puramente inventadas pela burguesia para manter seu domínio, mas

diz respeito ao conjunto de ideias que constitui o reflexo, na consciência, de uma realidade que, em si mesma, se movimenta de maneira contraditória e se apresenta de maneira invertida. É, assim, uma representação real do aspecto fenomênico da realidade, que consiste, fundamentalmente, no fato de que a interação dos seres sociais na produção e reprodução material da vida produz uma força social que lhes aparece na consciência como um poder estranho e que os subjuga [...]. A determinação de falsa consciência deve ser entendida apenas como ponto de partida para uma apreensão mais pormenorizada e dialética das determinações que conformam a superestrutura em seu dinamismo e complexidade, o que significa não encerrar a conceituação de ideologia como falsa consciência, mas considerá-la como uma determinação central em sua função de distorcer o conhecimento. (p. 639)

Compreendendo a linguagem como uma prática social que requer a interação entre sujeitos e tem a língua como sua realidade material, a linguagem passa a se constituir como “um lugar de confrontos ideológicos por excelência” (PIRES, 2002, p. 37). Isso decorre do fato de que, sendo substancialmente social por se dar nas relações comunicativas entre sujeitos socialmente organizados e pertencentes a uma mesma comunidade linguística, a prática discursiva movimenta, a todo instante, juízos de valor que evidenciam as diferentes dinâmicas sociais e posições ideológicas existentes em uma sociedade dividida em classes (CAVALCANTI FILHO; TORGA, 2011).

Além disso, a ideologia é social, já que os seus elementos constitutivos, os signos, são sociais: “[...] não basta colocar face a face dois homo sapiens quaisquer para que os signos se constituam. É fundamental que esses dois indivíduos estejam

socialmente organizados, que formem um grupo (uma unidade social): só assim um sistema de signos pode constituir-se.” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 96-97).

Assim, para o Círculo, a *palavra* se constitui como um fenômeno substancialmente ideológico, pois carrega sempre uma concepção de mundo e, com isso, torna-se uma arena de conflitos entre contradições da sociedade. A palavra possui em seu âmago a possibilidade e a natureza de estar a serviço de qualquer sujeito falante e de qualquer valor cultural, não pertencendo nem a um nem a outro (VOLÓCHINOV, 2017, p. 181-182).

Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida. (BAKHTIN, 1992, p. 95).

Manifestando valores ideológicos antagônicos, o signo linguístico possui caráter socialmente plurivalente, uma vez que diferentes classes sociais, ao fazerem uso de um mesmo sistema linguístico, vinculam e colocam em embate diferentes concepções de mundo que só podem ter seu sentido desvelado no contexto do qual se originam, o que significa dizer que “é a situação social imediata a responsável pelo sentido” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 112-113)..

Além disso, Volóchinov aborda a questão da mutabilidade do signo. Sendo a *palavra* um reflexo das conjunturas sociais por estar presente em todas as relações sociais e representar uma infinidade de vieses ideológicos, ela se torna um elemento de particular sensibilidade às mudanças na estrutura social e, dessa forma, pode ser compreendida como um indicador mais nítido e mais passível de assinalar todas as transformações ocorridas em um determinado tempo e espaço (VOLÓCHINOV, 2017, p. 106). Podemos aqui introduzir o conceito de reflexão e refração da realidade, elemento central em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, que sustenta que o signo não apenas existe como parte da realidade, posto que:

[...] ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. Tudo o que é ideológico possui um valor semiótico (BAKHTIN, 1992, p. 32)

Para Bakhtin (1992, p. 33), o signo ideológico é um fragmento material da realidade, isto é, possui “[...] uma encarnação material, seja como som, como massa física, como cor, como movimento do corpo ou como outra coisa qualquer. Nesse sentido, a realidade do signo

é totalmente objetiva” e as ideologias não se situam no domínio da consciência, mas na realidade objetiva dos signos e das formas da interação sócio-verbal.

Contudo, para que os elementos que compõem a existência concreta tornem-se signos ideológicos, eles têm de primeiramente assumir um sentido para além de sua materialidade, isto é, tornar-se parte da realidade socialmente criada pelo homem no momento em que passa a significar algo a um sujeito-enunciador, que, conforme já visto anteriormente, constitui-se sempre em função de dada formação histórica e social. Dessa forma, as palavras não somente representam ou refletem o mundo, mas refratam-no, imprimindo-lhe um caráter deformado que decorre da valoração social empregada pelo enunciador durante a situação interativa. A partir disso, o signo, carregado de material simbólico, transforma-se em signo ideológico (SILVA, 2017, p. 442). Nessa mesma perspectiva, Marx e Engels argumentam:

A realidade imediata do pensamento é a linguagem. [...] O problema de descer do mundo dos pensamentos para o mundo real se converte no problema de descer da linguagem para a vida. [...] Os filósofos teriam somente de dissolver sua linguagem na linguagem comum, da qual ela foi abstraída, para reconhecer que ela é a linguagem deturpada do mundo real e dar-se conta de que nem os pensamentos nem a linguagem constituem um reino próprio; que eles são apenas manifestações da vida real. (2007, p. 429)

Ademais, Volóchinov concordava com a ótica do signo ter um caráter binário, uma vez que o signo verbal não possui equivalência ao objeto em questão ou à qualidade que exprime, tampouco é deste um reflexo. Para o pensador russo, tratando-se do signo, seu significado é decididamente convencionalizado, posto que o signo passa a existir somente no instante em que é requerido, isto é, quando nasce em função da necessidade humana de comunicar o mundo e, a partir disso, tem seu sentido movido pela ideologia dentro da comunidade falante (WILLIAMS, 1979, p. 42-43).

Nessa perspectiva, à medida que o signo passa a existir como uma demanda dos indivíduos de uma mesma comunidade linguística, os indivíduos também são formados pelos signos, em um processo contínuo e dialético, dado que, a partir do signo, o sujeito é socializado e individualizado simultaneamente, o que se realiza na linguagem social ativa (WILLIAMS, 1979, p. 43).

Nem é essa linguagem (voltando o olhar para uma teoria materialista positivista e ortodoxa) um simples “reflexo” ou “expressão” da “realidade material”. O que temos é, antes, uma compreensão dessa realidade através da linguagem, que como consciência prática está saturada por toda atividade social, e a satura, inclusive a atividade produtiva. (WILLIAMS, 1979, p. 43)

Dessa maneira, o signo decorre de uma articulação entre forma e significado e, portanto, não deve ser compreendido como apenas formal ou apenas sistemático, posto que um som físico, por exemplo, pode ser transformado em signo, desde que este seja aceito dentro de um grupo social e desempenhe-lhe um sentido, por sua vez, convencionado. Além disso, o signo não pode ser considerado somente um elemento da realidade, isto é, uma fração dela, mas sim o meio pelo qual o ser humano **constitui sua própria consciência**, em um movimento de mutualidade. O signo é, portanto, não apenas um reflexo da realidade material, mas também refração, dado que é sempre carregado de ideologia. Conforme Volóchinov, os signos não se encontram à margem de uma realidade, mas a refletem e a refratam, e tais refrações são, “inevitavelmente, condicionadas por relações de classe” (FARACO, 2009, p. 71).

Nessa condição é que o signo torna-se parte inerente ao mundo material. Devido ao fato de poder ser socialmente transformado em significado a partir da articulação com o elemento físico (cor, som, movimento corporal, etc.) pela atividade humana, constitui-se como um meio de produção. “O que podemos então definir é um processo dialético: a consciência prática em transformação dos seres humanos” (WILLIAMS, 1979, p. 44-49).

A *palavra*, devido a sua natureza neutra, sua presença no cotidiano e sua participação em qualquer evento ideológico, possui destaque em relação a outros signos (VOLÓCHINOV, 2017, p. 101), configurando-se como elemento indispensável à verbalização das atividades da consciência humana, dentro da qual ideologias se colidem e dão vida a um conflito dialógico que reflete a historicidade das lutas entre classes sociais (DIAS, 2020, p. 22).

Para Fiorin, em uma sociedade estruturada sobre a divisão entre classes, é evidente e inevitável que aspirações divergentes sejam materializadas em enunciados que se constituem como “o espaço de luta entre vozes sociais”, em um processo de contradição, uma vez que “o que é constitutivo das diferentes posições sociais que circulam numa dada formação social é a contradição. Nesse sentido, “o contrato se faz com uma das vozes de uma polêmica” (FIORIN, 2011, p. 23-24).

1.3 A linguagem a partir do materialismo histórico-dialético

Apesar de ser evidente a proposta de Volóchinov ao escrever *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, convém compreender no que consiste uma análise marxista, assim como quais os possíveis diálogos entre as concepções que se encontram e se complementam nas obras do linguista russo e nas reflexões levantadas em *A Ideologia Alemã*, de Karl Marx e Frederich Engels, publicada em 1932, em *Obras Completas de Marx e Engels (MEGA)*⁵, os formuladores do que, doravante, passou a se denominar *marxismo*.

Segundo Raymond Williams, em *Marxismo e Literatura* (1979), análises linguísticas de cunho especificamente marxista eram raras até o início do século XX. Ambas as obras (tanto de Marx e Engels quanto de Volóchinov) datam do período entreguerras, marcado por uma ascensão dos estudos das Ciências Humanas desvinculados do caráter científico positivista e naturalista, embasando-se principalmente com os problemas da sociedade moderna, pós-revolução industrial e das consequências do processo de êxodo rural e densidade populacional nos meios urbanos. Além disso, acentua-se a necessidade de discutir o papel histórico e sociológico das relações humanas, pautadas anteriormente por um viés de dominação⁶ e invisibilidade dos indivíduos sociais subalternos.

Valendo-se, portanto, da noção de marxismo como signo ideológico, interessa-nos também compreender que, sendo o signo linguístico uma arena de combate onde diferentes e infinitas significações e acentos valorativos disputam a hegemonia⁷, o signo *marxismo*, quando utilizado, também materializa uma disputa direta entre índices de valor contraditórios (VOLÓCHINOV, 2017). Até há algumas décadas, o termo e a noção de marxismo constituíam uma verdade altamente aceitável no campo das ciências humanas, isto é, era hegemônico e, portanto, gozava de uma maior aceitação por parte dos intelectuais e demais sujeitos da época. Entretanto, com o desenvolvimento voraz do sistema capitalista, principalmente após o fim da URSS, o signo ideológico *marxismo* foi perdendo seu valor conceitual em detrimento de tentativas de deturpação por parte dos revisionistas dos

⁵ *Marx-Engels Gesamtausgabe*. Projeto do Instituto Marx-Engels, de Moscou, com o intuito de reunir e publicar a obra completa dos dois teóricos em 1921.

⁶ O início do século XX, além de ser marcado pelas Guerras Mundiais, também vê em seu horizonte histórico a queda de grandes impérios, como o Czarista, Otomano, Austro-Húngaro e as primeiras contestações aos impérios coloniais Britânico e Francês.

⁷ Para Gramsci, a hegemonia consiste em uma dominação no campo das ideias, exercida por uma classe social ou nação sobre outra a partir da difusão de uma determinada ideologia. Para o pensador marxista, quanto mais alastrada uma ideologia, maior a aceitação desta e menor a necessidade de uso da força para legitimá-la.

postulados de Marx e Engels e, principalmente, devido à ascensão e força da social-democracia.

Considerando o entendimento de que “o universo da cultura é intrinsecamente responsivo, ele se move como se fosse um grande diálogo” (FARACO, 2009, p. 59), cabe-nos discorrer, primeira e brevemente, sobre quem eram os interlocutores de Volóchinov. Tal teórico buscava evidenciar as limitações de duas correntes filosóficas a respeito da compreensão e análise da linguagem: de um lado, o subjetivismo idealista e, do outro, o objetivismo abstrato. A primeira orientação defendia que a língua, o ato da fala, tinha origem no psiquismo individual, ou seja, que os linguistas e filósofos da linguagem deveriam se ater à noção de que era a psicologia individual o berço da atividade da linguagem e que esta deveria ser analisada a partir da condição psíquica individual do sujeito falante. A segunda concepção, por sua vez, detinha-se à crença de que apenas o sistema linguístico seria suficiente para explicar os fatos da língua, rejeitando, dessa forma, a enunciação.

Já Marx e Engels tinham como interlocutores um grupo de filósofos alemães, os hegelianos⁸, que fundamentavam a determinação das ideias (consciência) sobre a matéria (sociedade). *A Ideologia Alemã* surge como uma contraposição à compreensão estruturalmente idealista da sociedade, ou seja, à falta de concretude socio-histórica nos postulados dos intelectuais do grupo citado, que ignoravam o papel determinante da sociedade dividida em classes e do trabalho, ou seja, das “condições de vida vigentes que fizeram deles [os homens] o que são” (MARX; ENGELS, 2007, p. 41) na constituição da consciência. Para Marx e Engels, as ideias dos homens decorrem das condições materiais de sua existência, o que quer dizer que “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 2007, p. 49).

Com a manifestação desse argumento — central na obra dos dois alemães —, Marx e Engels indicam as direções fundamentais para o *materialismo histórico-dialético*, teoria que defende a ideia de que a produção da consciência se dá na concretude da realidade na qual os sujeitos estão inseridos, isto é, nas relações de produção que vivenciam a partir do trabalho⁹.

⁸ Grupo de estudantes e professores da Universidade de Humboldt, em Berlim, que inspirados pela tese de Georg Hegel, sustentavam a noção de que a consciência constituir-se-ia na própria consciência e poderia, por sua vez, transformar a realidade, sem considerar a prevalência da realidade objetiva.

⁹ Para Marx, o trabalho é uma dimensão ineliminável da vida humana, isto é, uma dimensão ontológica fundamental, pois, por meio dele, o homem cria, livre e conscientemente, a realidade, bem como o permite dar um salto da mera existência orgânica à sociabilidade. É também pelo trabalho que a subjetividade se constitui e desenvolve-se constantemente, num processo de autocriação de si (LUCKÁCS, 1981, p. 12 apud DE OLIVEIRA, 2010, p. 75).

Para os autores, é justamente o trabalho, ou seja, a capacidade de modificar a natureza com a finalidade de manutenção de sua própria existência, a diferença cabal entre o homem e os demais animais, e não a consciência, como defendiam os já mencionados idealistas. Além disso, segundo a teoria materialista histórico-dialética, as relações que produzem a consciência dentro de uma sociedade não se definem unilateralmente, mas sim num processo de interrelação, ou seja, dialético:

O modo através do qual os homens produzem seus viveres depende, em primeira mão, da própria constituição dos viveres encontrados na natureza e daqueles a serem produzidos. [...] Assim como os indivíduos expressam sua vida, assim eles também são. O que eles são coincide com sua produção, tanto com o que eles produzem, quanto com o como eles o produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção (MARX; ENGELS, 2007, p. 42).

A partir disso, estamos diante de princípios substanciais do materialismo histórico-dialético. Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels, buscando refutar a noção idealista a respeito da constituição da consciência, retomaram alguns elementos importantes à concepção materialista histórica-dialética, afirmando:

[...] o homem possui “consciência” e, mesmo assim, não é uma consciência inerente, “pura”. Desde o início, o “espírito” é afligido pela maldição de ser “oprimido” pela matéria, que faz aqui seu aparecimento na forma de agitadas camadas de ar, sons, em suma, de linguagem. A linguagem é tão antiga quanto à consciência, a linguagem é a consciência prática, tal como existe para outros homens, e por essa razão esta realmente começando a existir para mim pessoalmente também: pois a linguagem, como a consciência, só surge da necessidade de intercâmbio com outros homens. (MARX; ENGELS, 2007, p. 33-34)

Nesse sentido, se é a partir do trabalho — ou seja, da atividade de transformar a natureza — e da forma como se organiza o trabalho na sociedade que o homem revela sua realidade material, torna-se evidente que a consciência se produz a partir da vida social dos indivíduos, que seja um produto direto da divisão social do trabalho¹⁰. Sendo assim, Volóchinov recupera a noção de linguagem como atividade material da consciência, que anteriormente era estabelecida como consciência individual fechada, ou psique íntima,

¹⁰ Aqui se impõe colocar a *divisão do trabalho* em sua determinação histórica e social. A partir da análise de Marx a respeito do processo de desenvolvimento da divisão do trabalho, Barradas (2012) observa que em diferentes tipos de sociedade há diferentes formas de divisão do trabalho. Onde o trabalho comum é socializado, a divisão do trabalho se insitui pelas distintas qualidades dos produtores, como idade, sexo e capacidades fisiológicas. Já no capitalismo, o trabalho pressupõe a separação entre os produtores e os proprietários privados dos meios de produção; é realizado por uma classe e o seu produto é apropriado por outra, que a domina e explora. Estabelecendo-se, assim, a relação de assalariamento, na qual o burguês compra a força de trabalho e a consome ao fazer trabalhar o operário, o vendedor da força de trabalho. Essas relações são resultado de um longo processo de separação entre os produtores e os meios de produção através da expropriação da grande massa da população da terra, dos meios de vida e instrumentos de trabalho, constituindo a propriedade privada. Assim a divisão social do trabalho no capitalismo é fundamentada pela oposição entre uma massa de produtores alheia do produto de seu trabalho, privadamente apropriado pelos proprietários dos meios de produção.

restabelecendo a noção de que uma ação social só pode ser dependente de uma relação interacional entre o eu e o outro.

Conforme Williams (1979, p. 36) ao mencionar Marx e Engels, na obra *A Ideologia Alemã*, a linguagem consiste em uma atividade material, visto que a faculdade da linguagem é, justamente, seu uso humano na realidade, como atividade humana sensorial, na vida prática, e não de maneira subjetiva, como afirmavam os idealistas. Para Marx e Engels, “a produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real”, dado que a consciência prefigura-se como “emanação direta de seu comportamento material” (MARX; ENGELS, 2007, p. 93).

Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas. A consciência [Bewusstsein] não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente [bewusste Sein], e o ser dos homens é o seu processo de vida real. Se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico. (MARX; ENGELS, 2007, p. 93-94)

Admitindo-se, portanto, que suas condições materiais de existência, bem como sua relação com o trabalho e a estruturação da sociedade fundamentada na divisão do trabalho entre classes sociais e seus antagonismos de classe, estruturam a consciência dos homens, podemos seguir para uma das compreensões basilares marxistas de que, assim como a consciência, a ideologia também tem origem na segmentação social do trabalho.

Tal postura era também sustentada por Volóchinov. De acordo com o que já mencionamos, para os teóricos russos, a linguagem pode ser comparada a um palco — ou uma arena¹¹ — onde as relações dialéticas se concretizam, o que acontece por meio do signo, dispositivo ideológico por natureza. Nesse sentido, a linguagem se constitui como uma espécie de campo de batalha no qual os sujeitos falantes encontram-se constantemente em confronto ideológico, posto que a palavra “é o fenômeno ideológico por excelência de valores culturais que expressam as divergências de opiniões e as contradições da sociedade, tornando-se assim um palco de conflitos” (PIRES, 2002, p. 37).

¹¹ Cf. primeira edição de *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, de 1929.

À vista disso, podemos considerar que a consciência é constituída por processos precedentes de uma “socioideologicidade ininterrupta” (DIAS, 2020, p. 22), posto que é formada a partir das interações humanas. Estas, por sua vez, sucedem de maneira sincrônica a uma realidade material situada em determinado tempo-espço e articulam-se na consciência individual de um sujeito sociohistoricamente localizado por meio de signos ideológicos — constituídos pela ideologia hegemônica vigente sobre uma base econômica determinada e uma superestrutura¹². Segundo já defendia Medviédev, o campo ideológico manifesta-se na consciência social materialmente expressa de um grupo social. Nessa lógica, a “consciência é determinada pela existência econômica e, por sua vez, determina a consciência individual de cada membro da coletividade” (MEDVIÉDEV, 2012 [1928], p. 56).

Por meio da alteridade inerente ao signo ideológico, portanto, o homem constitui a si mesmo e a realidade, em um mecanismo dialético, visto que, ao mesmo tempo que constitui a realidade a partir de suas representações ideológicas, também é constituído por ela, o que torna o viver humano uma existência inevitavelmente axiológica (DIAS, 2020, p. 22).

Assim como Medviédev, Volóchinov também evidencia compreender a linguagem como determinada pelas relações sociais de trabalho (base econômica), ao dedicar todo o segundo capítulo de *Marxismo e filosofia da linguagem* à investigação da relação existente entre a base econômica da sociedade capitalista à superestrutura ideológica. Para Volóchinov, uma compreensão a respeito dessa relação só pode ser considerada satisfatória e completa se levar em consideração que existe uma influência recíproca entre uma camada e outra. Isso expõe que, para ele, não somente as esferas ideológicas da superestrutura influenciam e determinam a base econômica, mas também a superestrutura é atravessada por mecanismos de reflexão e refração da base que a influenciam, dialeticamente.

Sendo assim, para Volóchinov (2017), o universo ideológico é uma superestrutura localizado diretamente acima da base econômica, o que Faraco (2009, p. 46) entende como “[...] o universo que engloba a arte, a ciência, a filosofia, o direito, a religião, a ética, a política, ou seja, todas as manifestações superestruturais”. Vinculado a isso, destaca-se a

¹² Para Marx, a infraestrutura, também chamada de base econômica da sociedade, pode ser entendida como a esfera da estrutura social onde se dão as relações de trabalho, as quais configuram-se a partir da exploração da força de trabalho no desenvolvimento do processo de acumulação do capital. A superestrutura, por sua vez, consiste nas estratégias utilizadas pela classe dominante para efetivar e garantir o seu domínio, o que se manifesta nos campos de atividade jurídico-político e ideológico (Estado, religião, Artes, família, meios de comunicação, etc.).

percepção de Marx e Engels (sobre as teses de Feuerbach¹³) com relação às esferas da superestrutura. Para os teóricos alemães, tais categorias acima listadas por Faraco não devem ser concebidas como manifestações da essência do espírito humano, mas sim como resultado direto e inelutável da realidade material, a qual se localiza na base econômica da sociedade. Tais movimentos entre base e superestrutura fundamentam-se na concretude da materialidade (NARZETTI, 2013, p. 369-370).

Tanto Volóchinov quanto Medviédev ancoram-se nos preceitos constantes na obra de Marx, *Contribuição à Crítica da Economia Política*, cuja primeira edição data de 1859, mais especificamente no prefácio escrito pelo próprio teórico alemão. Nessa seção, buscando combater a noção idealista de que eram as ideias dos homens que desempenhavam papel de protagonistas dos processos históricos, Marx esclarece que,

na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (MARX, 2008, p. 47)

Nessa lógica, uma análise objetiva da realidade, bem como dos elementos constitutivos da consciência humana, não pode dar-se de maneira desvinculada dos processos históricos que atravessam a existência do homem no mundo. Em outras palavras, não é a consciência que, em um movimento individual e interno, configura-se como criadora de material sócio de maneira isolada. Pelo contrário: é a organização social — determinada pelas relações de produção — que, a partir da necessidade da realidade material dos homens, é capaz de inserir os signos (linguísticos ou não) no horizonte ideológico de uma comunidade. Contudo, isso somente pode ocorrer na medida em que o signo passa a existir como uma demanda dos indivíduos de uma mesma comunidade linguística e como elemento formador da consciência desses indivíduos, em um processo contínuo e dialético, dado que, a partir do signo, o sujeito é socializado e individualizado simultaneamente, o que se realiza na linguagem social ativa (WILLIAMS, 1979, p. 43).

Ainda segundo Marx (2008), à esfera na qual se desenvolvem essas relações sociais de trabalho e, conseqüentemente, as estruturas que sustentam a sociedade, pode ser entendida

¹³ Ludwig Andreas Feuerbach (1804-1872), filósofo alemão hegeliano, cuja obra foi criticada por Karl Marx em Teses sobre Feuerbach, em 1845.

como uma “base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência”. Em outros dizeres, é a partir da inevitável conexão entre os elementos da base econômica — relações sociais de produção e grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais no processo de produção e reprodução da vida material — que determina e estabelece acima de si uma outra esfera, chamada de *superestrutura*. Nesse âmbito, apresentam-se “as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim”, isto é, os campos da vida humana que não podem ser verificados pelas ciências físicas e naturais (MARX, 2008, p. 48).

Não por acaso, à menor alteração decorrente do conflito que há entre o grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais e as relações sociais de produção, surtirá uma alteração nos campos da vida social, política e intelectual. Postura semelhante e complementar a esta era defendida por Volóchinov (2017, p. 106), que entendia a palavra como “o indicador mais sensível das mudanças sociais”, visto que, através de enunciados materializados nos infinitos gêneros discursivos, a palavra “é o meio em que ocorrem as lentas acumulações quantitativas” do que ainda não teve tempo de constituir os “sistemas ideológicos organizados” (política, ciência, arte, religião, mídia, família, etc.), materializada como interação verbal na psicologia social¹⁴.

A psicologia social não existe em algum lugar interior (nas “almas” dos indivíduos que se comunicam), mas inteiramente no *exterior*: na palavra, no gesto, no ato. Nela, não há nada que não seja expresso, que seja interior: tudo se encontra no exterior, na troca, no material e, acima de tudo, no material da palavra. (VOLÓCHINOV, 2017, p. 107, destaques acrescidos).

É devido a isso que, para o teórico russo, o eixo estruturante de uma filosofia marxista da linguagem é, acima de qualquer coisa, não apenas compreender *como* a base econômica da sociedade estabelece o signo, mas também *de que maneira* o signo reflete e refrata a realidade, dado que as palavras possuem participação ativa e nítida em toda e qualquer situação comunicativa (no sentido amplo de comunicação) e, por isso, revelam os “inúmeros fios ideológicos que penetram todas as áreas da comunicação social” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 106).

¹⁴ [...] a psicologia social é justamente aquele universo de *discursos verbais* multiformes que abarca todas as formas e todos os tipos de criação ideológica estável [...] Na maioria das vezes, se realiza nas mais diversas formas de *enunciados*, sob o modo de pequenos *gêneros discursivos*, sejam eles internos ou externos, que até o presente momento não foram estudados em absoluto (VOLÓCHINOV, 2017, p. 107).

Ao compreender, portanto, que da organização social entre indivíduos surgem signos que, por sua vez, são condicionados pelas relações de trabalho e “pelo regime sociopolítico”, Volóchinov sustenta que é a partir da psicologia social e das diversas formas ideológicas do cotidiano inerentes a ela que se pode realizar, de fato, uma análise da realidade (VOLÓCHINOV, 2017, p. 109). Nesse sentido, elencamos abaixo os critérios metodológicos pelos quais o teórico russo se guia:

- A totalização dialética

Na concepção marxista, a dialética deve ser compreendida como um fenômeno totalizante, dado que a atividade humana insere-se em um processo de totalização. Isso quer dizer que, qualquer elemento passível de ser percebido pelo homem constitui parte de um todo, cujos mecanismos de funcionamento são interligados e influenciáveis mutuamente (KONDER, 2008, p. 35). Dessa forma, a fim de encontrar soluções a problemas de sua realidade, o homem deve ter uma visão do todo para, somente a partir disso, apreender as particularidades dos elementos que constituem esse conjunto. No entanto, conforme ressalva Marx, a visão do todo é sempre provisória, posto que, como resultado da articulação entre os elementos individuais e a totalidade, tem-se os fenômenos condicionando-se reciprocamente.

- A contradição

Pelo viés dialético, cada elemento que constitui a realidade possui, em seu âmago, forças contrárias atuando simultaneamente. Independentemente de sua condição material ou espiritual, o fato é que todos os elementos do mundo apresentam como característica inerente a contradição, que é justamente o que provoca as transformações às quais todos os fenômenos estão sujeitos ininterruptamente. Na lógica dialética, cada fenômeno da análise deve ser entendido de maneira que este seja articulado a outros fenômenos que integram uma mesma totalidade, em um movimento contínuo de contradição entre tais fenômenos. Tal contradição apresenta-se como elemento positivo, posto que deve resultar uma mudança qualitativa do fenômeno.

- O todo provisório

Para o teórico marxista alemão, como visto acima, a visão completa da articulação entre as partes do todo não deve dar-se nunca por esgotada. Isso ocorre porque a totalidade, isto é, a conexão das partes para a compreensão de um dado fenômeno, é

somente um momento do processo de totalização (sempre inacabado). Caso estancasse suas sínteses, a análise dialética entraria em contradição consigo mesma ao negar o constante advento de aspectos e fenômenos novos na realidade humana (KONDER, 2008, p. 38). A vida, a natureza, as relações são sempre inacabadas e partícipes de um processo ininterrupto de transformação, a qual é decorrente da contradição interna inerente a cada fenômeno da realidade e da relação entre eles.

Dito isso, uma análise dialética da linguagem requer, inevitavelmente, a inserção desta na totalidade das relações interativas que constituem a história do homem no mundo, atravessado por todas as mudanças sociais que o trouxeram até o dado momento histórico em que está situado. Nesse sentido, nas interações comunicativas da realidade material do homem é que estão as respostas para se compreender a linguagem em sua totalidade, posto que a psicologia social é amplamente condicionada a toda e qualquer mudança na base econômica. O signo, portanto, não apenas reflete a materialidade a partir da qual é produzido, mas também a refrata, isto é, carrega as marcas da ideologia dominante do espaço-tempo em que se origina.

Volóchinov sustenta que o que estabelece tal característica inerente ao signo é embate entre interesses sociais dentro de uma mesma coletividade e materializados na luta de classes, o que caracteriza-se como a única forma de desenvolvimento do signo.

Justamente aquilo que torna o signo ideológico vivo e mutável faz dele um meio que reflete e refrata a existência. A classe dominante tende a atribuir ao signo ideológico um caráter eterno e superior à luta de classes, bem como a apagar ou ocultar o embate das avaliações sociais no seu interior, tornando-o monoenfático. (VOLÓCHINOV, 2017, p. 113)

No entanto, recapitula Volóchinov, todo signo ideológico possui duas facetas opostas fundamentais, de modo que pode ser apropriado por qualquer grupo integrante de uma coletividade sócio-cultural, o que caracteriza a dialética interna do signo, a qual só se manifesta claramente, porém, em momentos de “crises sociais e de mudanças revolucionárias”. Isso ocorre porque, em épocas normais da vida social, “essa contradição contida em todo signo ideológico” apresenta caráter reacionário na ideologia dominante, como um mecanismo de “estabilizar o momento anterior do fluxo dialético da formação social” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 113), o que permite ao signo refratar a existência, porém limitando-se às fronteiras estabelecidas pela ideologia burguesa.

Além disso, a dialética do signo ideológico manifesta-se também na troca dialógica que norteia o movimento entre os signos exteriores e os interiores. Dado que o signo ideológico constitui-se entre indivíduos socialmente organizados nas relações sociais - que por sua vez são condicionadas pelas relações de produção de dada coletividade - e, portanto, deve sempre estar vinculado à existência história dos homens, trata-se de um fenômeno constituinte de uma determinada totalidade, na exterioridade dos sujeitos. Contudo, no momento em que esse signo exterior passa a incorporar uma consciência, “sofre um processo de interiorização”. Nesse instante, dá-se uma “refração na constituição intrínseca do próprio signo” (DIAS, 2020, p. 12-13), em um movimento externo ao interno, da subjetividade à objetividade, e vice-versa, assinalando a relação dialética entre sujeito e coletividade.

O que se tem realmente que dizer é que o signo é social, mas que em sua qualidade mesma como signo é capaz tanto de ser internalizado – realmente, tem de ser internalizado, para que seja um signo de relação comunicativa entre pessoas reais, usando inicialmente apenas seus próprios poderes físicos para expressá-la – como de ser permanentemente disponível, de maneiras sociais e materiais, na comunicação manifesta. (WILLIAMS, 1979, p. 46)

Os signos possuem, portanto, a faculdade de serem simultaneamente internalizados e externalizados, duas esferas correlatas e indivisíveis. A formação dos signos internos são, de acordo com Williams (1979, p. 43), “evidências vivas de um processo social continuado, no qual as pessoas nascem e dentro do qual são formadas, mas para o qual também contribuem de forma ativa”, ininterrupta e dialeticamente. Assim, o psiquismo individual é, desde sua constituição enquanto tal, resultado de um sistema cujo fundamento é uma base material amplamente ideológica, configurando-se, conseqüentemente, como elemento inevitavelmente regido por sua leis, assim como o é também do sistema psíquico (VOLÓCHINOV, 2017, p. 130).

Salienta-se, dessa forma, que a constituição do psiquismo é um efeito direto da esfera social, mas que a produção ideológica também é condicionada ao individual em certa medida, entrelaçando-se em uma “interdependência dialética para ser e vir-a-ser”, materializada na tensão dialógica que se estabelece na relação constitutiva e reguladora entre o discurso exterior e o interior” (DIAS, 2020, p. 20). Ou seja, ao mesmo tempo que o signo é resultado da realidade material, a realidade da consciência coletiva também é afetada/modificada pelo signo.

1.4 Dialogismo e sujeito dialógico

Bakhtin teve como pilar de seu estudo sobre a linguagem o princípio dialógico da interação verbal, como elemento constitutivo e inerente ao processo comunicativo. Sendo o enunciado considerado a unidade da comunicação discursiva, todo e qualquer enunciado constitui um evento novo, irrepetível e único, posto que, ao se apropriar da palavra, o enunciador é sempre um sujeito alocado em um determinado tempo e espaço que não se repetem na lógica temporal da realidade. Dessa forma, sendo produto da interação discursiva, o enunciado não pode ser o primeiro de uma cadeia comunicativa nem o último, uma vez que sempre se origina como uma réplica a outro enunciado já existente (VOLÓCHINOV, 2017, p. 184).

Na concepção de Bakhtin, por surgir como resultado de relação dialógica entre eu-tu, o ser humano não pode ser entendido exclusivamente como indivíduo — isto é, separado da comunidade à qual pertence. Portanto, entende que a vida, por essa peculiaridade, é essencialmente dialógica. Além disso, para os estudiosos, a comunicação é a materialização concreta e real da interação verbal, e toda palavra emerge da intencionalidade comunicativa de alguém e se direciona a outro alguém. Nesse sentido, toda palavra “serve de expressão ao ‘um’ em relação ao ‘outro’” (VOLOCHÍNOV, 2017, p. 205), o que significa que, ao comunicar, o que se comunica não é um mero produto interior e abstrato da consciência (como os subjetivistas entendiam) que se “entrega”, pronto e inalterável, ao outro; mas sim — e justamente — o processo de expressar-se em relação ao outro.

Em outras palavras, Volóchinov afirma que “a consciência toma forma e ser no material, dos signos criados por um grupo organizado no processo de intercâmbio social. A consciência individual é alimentada pelos signos; deles deriva o seu crescimento, ela lhes reflete a lógica e as leis” (WILLIAMS, 1979, p. 42). Sem a relação eu-outro, não haveria comunicação, posto que a interação discursiva se dá na e pela comunicação; nem antes nem depois dela. Sendo assim, a linguagem deve ser compreendida como agente constante de criação e recriação (WILLIAMS, 1979, p. 37).

A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar do diálogo: interrogar, ouvir, responder, concordar, etc. Nesse diálogo o homem participa inteiro e com toda a vida: com os olhos, os lábios, as mãos, a alma, o espírito, todo o corpo, os atos. Aplica-se totalmente na palavra, e essa palavra entra no tecido dialógico da vida humana, no simpósio universal. (BAKHTIN, 2003, p. 348).

Assim, todo enunciado representa um elo de uma cadeia infinita de enunciados, que são concebidos e determinados pelo fluxo ininterrupto da interação discursiva originada na esfera social da vida e, por isso, estão em constante evolução. Além disso, sendo o discurso uma espécie da malha entremeada por infinitos fios que não se originam no momento do entrelaçamento do tecido, mas sim em um evento anterior ao da costura, o conteúdo do enunciado não é proveniente do momento de sua enunciação, visto que é apenas mais um elo no continuum dialógico que é a língua(gem). Nas palavras de Bakhtin, “a experiência verbal individual do homem toma forma e evolui sob o efeito da interação contínua e permanente com os enunciados individuais do outro” (BAKHTIN, 1992, p. 313-314).

[...] a experiência verbal individual do homem toma forma e evolui sob o efeito da interação contínua e permanente com os enunciados individuais do outro. [...] Nossa fala, isto é, nossos enunciados [...] estão repletos de palavras dos outros, caracterizadas, em graus variáveis, pela alteridade ou pela assimilação, caracterizadas, também em graus variáveis, por um emprego consciente e decalcado. As palavras dos outros introduzem sua própria expressividade, seu tom valorativo, que assimilamos, reestruturamos, modificamos.

Ademais, no processo enunciativo, o locutor avaliará a quem dirige seu discurso e, a partir disso, adequará tanto o conteúdo quanto a forma do enunciado, que serão determinados pela situação social que circunda o eu-tu enunciativo, pela posição social, pelos princípios e pelas opiniões dos interlocutores (PIRES, 2002, p. 43).

Na perspectiva bakhtiniana, além de não sermos os criadores exclusivos de nossos discursos — visto que estamos sempre em uma relação dialógica com outros discursos —, o dialogismo se apresenta como um processo polêmico e ativo, ou seja, “a cada palavra da enunciação que estamos em processo de compreender, fazemos corresponder uma série de palavras nossas, formando uma réplica” (BAKHTIN, 1992, p. 131-132). Nesse sentido, ao defrontar-se com um enunciado de outrem, o interlocutor pode apresentar/gerar uma compreensão passiva, que consiste em apenas reproduzir o enunciado alheio, ou ativa, que se manifesta no ato responsivo de elaborar uma réplica ao que foi ouvido, podendo ser de acordo, de objeção, etc. Segundo Bakhtin (2003), reproduzir o discurso de outrem é poder captar através dele uma dupla expressão: a original (do outro) e a atualizada no novo enunciado, que mobiliza a expressão original.

A partir disso, o interlocutor (real ou presumido) torna-se primordial no entendimento do Círculo de Bakhtin, dado que ele nunca é passivo. No momento em que o significado do enunciado do outro é assimilado, o interlocutor passa a ocupar uma posição ativa responsiva

(VOLÓCHINOV, 2017), pois toda e qualquer compreensão é suscetível de resposta, a qual implicará um juízo de valor e movimentará movimentos ideológicos que constituem a situação social na qual se insere determinado discurso. Assim, a recepção do enunciado do locutor, por parte do interlocutor, articulará uma percepção avaliativa (de concordância ou não).

Nessa perspectiva, se para o Círculo de Bakhtin é evidente a compreensão dialógica de língua, é também muito clara a concepção dialógica de sujeito. Tanto a língua quanto o sujeito são compostos e habitados por discursos já existentes, proferidos em diferentes situações comunicativas por sujeitos igualmente constituídos não apenas de discursos alheios, como também de relações dialógicas que se manifestam em uma recepção que pode ser de confronto, aceitação, assimilação ou rejeição, por exemplo e tornam visíveis as “dinâmicas sociais e as lutas ideológicas presentes em uma dada comunidade de classes” (CAVALCANTI FILHO; TORGA, 2011, n.p.¹⁵).

Nesse sentido, é sintomático que o sujeito seja também constituído na sua relação com os outros, no reconhecimento da alteridade e assimilação desta, uma vez que a identidade se forma a partir do movimento em destino ao outro e qualquer elemento que compõe a consciência chega até ela através das palavras dos outros, o que significa afirmar que a linguagem se configura como o elo de ligação entre eu-outro através da qual o eu é definido em relação ao outro. De acordo com Bakhtin (1992, p. 178), “nosso próprio pensamento [...] nasce e forma-se em interação e em luta com o pensamento alheio, o que não pode deixar de refletir nas formas de expressão verbal do nosso pensamento”.

Dessa forma, o eu só pode se realizar no discurso, apoiando-se em nós, não sendo possível, portanto, um entendimento de sujeito autônomo, cuja linguagem é gerada por si próprio por meio do movimento individual de centralização, abstração, reprodução e do monólogo. Ao contrário disso, o sujeito é constituído na sua relação com a esfera além de si, do concreto, da alteridade, do coletivo, possuindo uma consciência substancialmente dialógica, a começar pelo ato primordial do nascimento e pelo porvir da morte, que revelam o caráter contínuo da vida, de começar e terminar nos outros (PIRES, 2002, p. 41) .

Assim, ao se apropriarem da linguagem, penetrando e sendo entremeados pelas diversas manifestações comunicativas verbais associadas a distintas esferas da comunicação

¹⁵ Neste trabalho, utiliza-se a sigla n.p. [não paginado] para fazer referência a artigos que não apresentam numeração de página, impossibilitando a referência precisa.

humana, é que os sujeitos estabelecem a infinita gama de gêneros do discurso oriundos, de uma dada circunstância e constituidores, em uma relação dialética, da consciência individual do sujeito (CAVALCANTI FILHO; TORGA, 2011).

Para haver relações dialógicas, é preciso que qualquer material linguístico (ou de qualquer outra materialidade semiótica) tenha entrado na esfera do discurso, tenha sido transformado num enunciado, **tenha fixado a posição de um sujeito social**. (FARACO, 2009, p. 66)

Somente dessa forma é que se torna possível estabelecer relações de sentido com o enunciado de outros sujeitos sociais, ou seja, “relações que geram significação responsivamente a partir do encontro de posições avaliativas” (FARACO, 2009, p. 66).

1.5 Dialogia, heteroglossia e consciência socioideológica

Como já visto anteriormente, Volóchinov compreende o enunciado como uma eterna resposta ao já dito e, em função disso, aponta sempre para um horizonte de acordo ou desacordo para com essas vozes, sendo “um elo na cadeia ininterrupta da comunicação sociocultural” (FARACO, 2009, p. 59). Não obstante, o enunciado possui como principal aspecto não somente a responsividade — expressa pela tomada de posicionamento valorativo — aos já ditos, como também presume uma resposta que, por sua vez, terá como sustentação a atitude ativa e socioaxiológica de outro enunciator.

De acordo com Faraco (2009, p. 58), a heteroglossia configura-se como a “dinâmica inerente ao universo da criação ideológica, o jogo de forças que torna esse universo vivo e móvel” e que, devido ao fato de ser resultado do processo de dialogização entre as diferentes vozes que constituem um grupo social, manifesta a dinamicidade semiótica existente no campo ideológico que estrutura esse grupo. Em outras palavras, os enunciados produzidos dentro dessa infinita e complexa cadeia de responsividade carregarão sempre consigo a expressividade dos horizontes axiológicos aos quais se filia o enunciator, podendo apoiar, repudiar, contrapor, parodiar essas vozes-outras.

Nessa mesma direção, ao elucidar esse processo dialógico de produção ideológica intrínseca a todo discurso, Volóchinov explicita, em *Marxismo e filosofia da linguagem*, que: a) todo enunciado é sempre direcionado a um já dito, b) todo enunciado pressupõe uma réplica do “auditório social” e é influenciado por ela, c) todo enunciado possui natureza

heterogênea e dialogizada, isto é, constitui-se a partir de múltiplas vozes, pertencentes a horizontes socioaxiológicos diferentes e até mesmo antagônicos entre si.

Com isso, deve-se atentar à diferença entre dialogismo — conceito amplamente abordado nas obras bakhtinianas e muitas vezes empregado erroneamente — e heteroglossia. Os diálogos estabelecidos face a face, isto é, condizente com a compreensão mais usual de “diálogo”, como o debate político, a discussão científica, a conversa cotidiana, configura-se para o Círculo como uma forma relacional-dialógica mais evidente e simplória. Sendo assim, o diálogo, em seu sentido estrito, interessa ao Círculo somente no que diz respeito à capacidade de revelar “o complexo de forças que nele atua e condiciona a forma e as significações do que é dito ali” (FARACO, 2009, p. 61), ou seja, “a dinâmica do processo de interação das vozes sociais”.

Para o Círculo, o que de fato adquire relevância maior são as forças que mobilizam e condicionam não apenas as situações comunicativas mais básicas — como a conversa rápida e banal com um vizinho —, como também as mais elaboradas e conseqüentemente mais complexas e múltiplas do campo de criação ideológico, o que Volóchinov chama de “colóquio ideológico em grande escala” e Bakhtin denomina “o simpósio universal” (FARACO, 2009, p. 61). Nesse sentido, o diálogo face a face torna-se útil ao Círculo pelo fato de evidenciar a rede na qual se topam “as múltiplas verdades sociais”, as quais originam o embate entre “as mais diferentes refrações sociais expressas em enunciados de qualquer tipo e tamanho postos em relação” (FARACO, 2009, p. 62).

Ao círculo interessa, portanto, analisar o evento social da interação verbal como espaço de tensão socioideológica onde o diálogo, enquanto concepção estreita de dialogismo, evidencia o confronto contínuo entre “duas tendências opostas da vida verbal” (FARACO, 2009, p. 69). Tais tendências consistem nas chamadas forças centrípetas e forças centrífugas, sendo a primeira uma força que busca tornar o signo monovalente, produzindo uma deformação de seu referente, isto é, refratando a realidade de forma que determinada posição axiológica seja conservada por meio do signo. Por outro lado, as forças centrífugas consistem naquelas que se movimentam constantemente na direção oposta às tendências centralizadoras verboaxiológicas, buscando, com isso, desmantelá-las “por meio de vários processos dialógicos, tais como a paródia e o riso de qualquer natureza, a ironia, a polêmica explícita ou velada, a hibridização ou a reavaliação, a sobreposição de vozes etc.” (FARACO, 2009, p. 69-70). Dessa forma, a heteroglossia configura-se como a estratificação socioideológica da

linguagem decorrente das relações de poder existentes entre as múltiplas vozes sociais, sendo a heteroglossia dialogizada a materialização dessa guerra entre discursos.

Conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe é um dos mecanismos da camada social dominante de abafar ou ocultar os índices sociais de valor contra hegemônicos, distanciando o entendimento e até a mensuração destes parâmetros pela classe social explorada, tornando-o aquilo que Volóchinov chama de *monoacentual* (2017, p. 113).

CAPÍTULO 2 - PT: UM PARTIDO DOS “DE BAIXO”

2.1 Do surgimento do Partido dos Trabalhadores

O nascimento do Partido dos Trabalhadores data da década de 1970, período histórico brasileiro marcado pelo aniquilamento dos direitos à manifestação decorrente do processo político da ditadura empresarial-militar que assolou o país entre os anos de 1964 e 1985. É em meio a esse cenário que, de acordo com Iasi (2016), devido ao agravamento das condições de trabalho, intensificação da produção e corrosão dos salários pela inflação desenfreada durante o governo do ministro Delfim Netto, irrompem-se greves no final de 1970 que ocasionam favoráveis condições para a célere difusão das lutas para além dos limites do operariado, o que possibilitou uma convergência dos interesses da classe trabalhadora contra um inimigo comum: a autocracia burguesa.

O PT surge em um contexto de crise do capital, em que a “paz burguesa”, defendida a unhas e dentes pelos meios midiáticos hegemônicos, desmoronava. Assim, diante de seu declínio, a burguesia brasileira viu-se compelida a delegar poder político (direto e indireto) aos militares, instaurando uma ditadura empresarial-militar no país, a qual se autodeclarava desvinculada das classes. No entanto, tal reputação não se sustentava, uma vez que os militares governavam em consonância às exigências da burguesia interna, bem como da comunidade capitalista global, intensificando um período de silenciamento dos sindicatos e o desmantelamento dos protestos operários (FERNANDES, 2019, p. 50).

Como efeito, as greves de Contagem e Osasco, por exemplo, em 1968, foram violentamente reprimidas. Além disso, líderes sindicais vinculados ao PCB e ao PTB

passaram a sofrer perseguição e cassação, o que não impossibilitou, porém, o desenvolvimento de formas de luta e resistência por parte dos operários do chão de fábrica. Ainda que com um campo de atuação limitado devido à Lei nº 4.725, sancionada em 1965, mais conhecida como “lei do arrocho salarial”¹⁶, que bloqueava “as possibilidades de negociação direta com os patrões” (COELHO, 2005, p. 36), sindicatos e federações não deixaram de funcionar. No entanto, por outro lado, o movimento operário encontrava-se muito longe da esfera decisiva do jogo político brasileiro, o que o impedia de denunciar ao público a vasta gama de conflitos existentes nos locais de trabalho decorrentes da relação trabalho-capital.

É nesse cenário que, após uma década inteira de inexistência de greves — esse instrumento histórico e privilegiado de luta dos trabalhadores —, o ciclo de greves desencadeado pelas paralisações dos metalúrgicos de São Bernardo, em 1978 e 1979, apresenta-se como um dos maiores e mais significativos acontecimentos da história brasileira contemporânea, tornando-se um marco na trajetória do movimento operário no Brasil (COELHO, 2005, p. 35), em que os trabalhadores lutavam simultaneamente contra o arrocho, a política salarial e a política econômica dos militares.

O mero fato de haver greves, o seu simples ser, era um acontecimento político relevante num contexto em que o poder ditatorial trabalhava para interditar todas as expressões de conflito social. Ora, precisamente esta interdição – cuja forma jurídica era a legislação anti-greve - era frontalmente desafiada pelos trabalhadores mobilizados. E a rebeldia dos trabalhadores não arranhou somente a proibição de greves. (COELHO, 2005, p. 36)

Com isso, torna-se imperativo o surgimento de uma organização política que traduzisse os interesses da classe trabalhadora e direcionasse a vontade de luta que emergia de maneira intensa. Luiz Inácio Lula da Silva, ao dar um entrevista no programa Roda Viva da TV Cultura em 1979, afirmou que era um sindicalista e que jamais em toda a sua vida iria entrar na política partidária e se candidatar a nada. Logo após, em abril de 1980, afirmaria: “cheguei a conclusão de que a classe trabalhadora não poderia pura e simplesmente chegar à época das eleições e dar seu voto, oferecendo, às vezes, favores; daí, portanto, que eu entendi que os trabalhadores precisavam se organizar politicamente” (IASI, 2016, p. 4).

¹⁶ Em julho de 1965, já em meio ao regime militar, foi sancionada a Lei nº 4.725, conhecida como “lei do arrocho salarial”, que estabeleceu novas regras para os dissídios coletivos. Apresentando uma nova fórmula de cálculo salarial, extremamente simplificada e que desprezava o resíduo inflacionário, seriam, a partir de então, levados em consideração apenas dois fatores: a repercussão dos reajustamentos salariais na economia nacional e a adequação do reajuste às necessidades mínimas de sobrevivência dos assalariados. Essa lei, ao estender a política salarial às empresas privadas, aprofundava o teor do Decreto nº 54.018, publicado um ano antes, que regulamentava apenas os salários no âmbito do funcionalismo público (DAMIÃO, 2021, p. 156).

Frente a isso, um desafio se apresentava: para se diferenciar da tradição comunista empreendida até então pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), caracterizada por uma visão posteriormente tida como equivocada acerca do desenvolvimento do capital em solo brasileiro (estratégia democrática nacional) (IASI, 2016) e pela ausência de um efetivo trabalho de base decorrente do “oportunismo de partidos de esquerda, que se conformavam com os papéis de cauda da política burguesa, pseudoprogressista e pseudodemocrática” (FERNANDES, 2019, p. 14), faz-se necessário que esse novo partido, nascido entre 1979 e 1980, tenha que firmar uma posição mais radical, isto é, mais comprometida com as pautas dos trabalhadores. O socialismo afirmado pelo PT, neste momento, era mais resultado de sua postura de contestação da ordem vigente. De acordo com Florestan Fernandes (2019), o que deu origem ao PT foi a

[...] inexistência de um partido dos de baixo que pudesse atuar, simultaneamente: na criação de uma democracia que conferisse peso e voz aos trabalhadores e aos oprimidos na atual sociedade de classes, realizando tarefas políticas monopolizadas pelos de cima; abrir a ordem existente para reformas sociais de interesse específico para os trabalhadores e os oprimidos; formar as premissas históricas de uma revolução socialista. O PT desprende-se quer do populismo dos partidos das classes dominantes, quer do oportunismo de partidos de esquerda, que se conformavam com os papéis de cauda da política burguesa, pseudoprogressista e pseudodemocrática. (FERNANDES, 2019, p. 14)

Isso significava defender uma postura cuja finalidade era ir além das (poucas) conquistas adquiridas pelos sindicatos. O novo partido, portanto, deveria assumir — e agir de acordo com — a consciência de que, apesar de os sindicatos serem uma importante ferramenta para abrandar a exponencial precarização das condições de trabalho e amenizar a relação entre capital e trabalho, eles não seriam suficientes para acabar com a exploração do trabalhador pelo capitalista. Conforme posicionamento de Lula em seu discurso na 1ª convenção nacional do PT, em 1981, a luta deveria ser travada para “mudar a relação entre capital e trabalho”, além de buscar tornar possível que “os trabalhadores sejam donos dos meios de produção e dos frutos de seu trabalho”, o que “só se consegue com a política” (IASI, 2016, p. 5).

Sabemos que caminhamos para o socialismo, para o tipo de socialismo que nos convém. Sabemos que não nos convém, nem está em nosso horizonte, adotar a idéia do socialismo para buscar medidas paliativas aos males sociais causados pelo capitalismo ou para gerenciar a crise em que este sistema econômico se encontra. Sabemos, também, que não nos convém adotar como perspectiva um socialismo burocrático, que atende mais às novas castas de tecnocratas e de privilegiados que aos trabalhadores e ao povo. (Discurso de Lula na 1ª convenção nacional do PT)

Nesse contexto, o PT surge em um momento histórico extremamente obscuro para a classe trabalhadora como uma alternativa de luta contra o socialismo burocrático, a ditadura empresarial-militar, os métodos de dominação da burguesia (reacionária ou conservadora) e os intentos de expropriação imperialistas, prefigurando-se como “partido de hegemonia operária e socialista” (FERNANDES, 2019, p. 20). Tudo isso tendo como horizonte de metas o distanciamento da dinâmica oportunista dos partidos da esquerda hegemônica da época, “que anulavam o inconformismo, o reformismo e o revolucionismo dos trabalhadores e de seus aliados orgânicos” (FERNANDES, 2019, p. 14). A união dos trabalhadores e seus efetivos aliados na luta em favor do surgimento de uma república democrática e do triunfo do socialismo, assim como a “reconfiguração da luta de classes criou a necessidade de engendrar uma nova formação política” (COELHO, 2005, p. 45).

Além disso, o momento era marcado pelo eminente desenvolvimento do modo de produção capitalista oligopolista (FERNANDES, 2019, p. 50) e pela industrialização acelerada propiciada pelo período ditatorial. Dessa forma, assumindo pautas antigas da classe trabalhadora, de caráter tanto econômico quanto político, o PT prefigurou-se como um sindicalismo renovado, cujas bases se solidificaram nos chãos de fábrica (e plantações), dando continuidade e aparente direção à força combatente do movimento operário e sindical em ascensão em uma conjuntura fundada em interesses de classes antagônicas. De acordo com Fernandes (2019, p. 51), “a greve de 1978 efetuou uma ruptura, que punha o grande capital, a contrarrevolução e seu governo ditatorial de um lado, os operários e o movimento sindical de outro”. Entretanto, seguindo a perspectiva de Mauro Iasi em *O PT e a Revolução Burguesa* (2016), a análise do surgimento de um partido dedicado a colocar em execução os interesses próprios da classe trabalhadora a partir de reformas sociais não pode se reduzir a uma compreensão limitada, afirmando:

Uma estratégia não pode ser compreendida como resultante da mera intencionalidade dos sujeitos políticos, ela é produto de todo um conjunto de fatores entre os quais o grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais e o grau de amadurecimento da contradição que daí deriva em relação às relações sociais de produção existentes, a dinâmica da luta de classes, o caráter do Estado e, naquilo que nos interessa diretamente, da expressão destas contradições na consciência social de uma época, no quadro cultural e teórico existente. (IASI, 2016, p. 6)

Em outros termos, pode-se afirmar que a implosão do ciclo de greves¹⁷, bem como o sucesso das mobilizações, no final da década de 1970, não ocorreram devido a um movimento “espontâneo”, mas sim como resultado de um constante e intenso trabalho no interior das fábricas¹⁸ (COELHO, 2005, p. 35). O período de transição pelo qual o Brasil passou não pode ser reduzido a um mero conjunto de escolhas ou a figuras políticas notáveis. Compreender esse decurso significa analisar que, com a intensificação da luta de classes, os políticos se viram obrigados a dismantelar — ainda que lentamente — da ditadura em vigência. Nas palavras de Coelho (2005, p. 41), era na arena do embate entre as classes “que se estava forjando a história”.

2.2 O PT e a estratégia democrática e popular

Devido a sua centralidade no redirecionamento da política brasileira, as lutas operárias da segunda parte da década de 1970 devem ser analisadas sob a perspectiva de um papel histórico decisivo. O período de surgimento do PT é marcado por uma reconfiguração da luta de classes, em que a classe trabalhadora toma um papel de protagonismo, ao contrário de outros estudos que desconsideram a condição de classe como figura central desse período (COELHO, 2005).

Tal entendimento decorre do fato de que a organização de milhares de trabalhadores por meio das greves de 1979 e 1980, confrontando a autoridade imposta pela ditadura, evidenciava um questionamento contundente em relação ao modo de dominação ditatorial e um enfraquecimento em sua capacidade defender os interesses da classe dominante (COELHO, 2005, p. 40).

Ainda segundo Coelho (2005, p. 45), além desse evidente enfraquecimento da eficiência da ditadura empresarial-militar, tal período é marcado também por uma vasta quantidade de empresários (majoritariamente ligados às repartições privilegiadas da indústria metal-mecânica) que, apesar de tirarem vantagem das políticas de arrocho salarial, diante da

¹⁷ De acordo com Eduardo Noronha (1991), em 1979 foram realizadas 246 greves, sendo que 18% delas foram de metalúrgicos. Do total de quase 21 milhões de jornadas de trabalho perdidas, 31% foram causadas por greves de metalúrgicos. O restante das greves (82%) e das jornadas perdidas (69%) foram obra da mobilização de outras categorias de trabalhadores (principalmente operários da construção civil, motoristas e cobradores, médicos e professores) (ZORNETTA, 2018, p. 180).

¹⁸ Trabalho de organização da classe operária que desde o início do século XX vinha denunciando as condições precárias dentro das fábricas e nos meios rurais. Destacam-se neste período as greves gerais de 1917 e do fortalecimento do Partido Comunista Brasileiro no início dos Anos 20, após a Revolução Russa.

força cada vez maior que ganhava o movimento dos trabalhadores, mostraram-se inclinados a mudar o próprio arranjo. Com isso, passaram a investir na estratégia de, em vez de recorrer à repressão desvelada de um sistema ditatorial, reestabelecer a dinâmica política brasileira de forma que se instaurassem espaços de negociação dos conflitos. Sob essa lógica, apesar do que aparentava, não estavam preocupados com os valores democráticos, mas sim com o fato de que uma abertura política convergia com os interesses de manutenção da própria dominação.

No noticiário político dos primeiros anos da década de 80 aparecem como os principais heróis da transição democrática os políticos do PMDB e os dissidentes do PDS que foram, de fato, os “operadores políticos” da mudança institucional. Mais uma vez a visão ilusória pode se dissipar diante da indagação do historiador: que problemas tentavam resolver os “atores” com o seus projetos específicos de democracia? Por que a democratização se tornou uma necessidade para sujeitos que estiveram comprometidos com a ditadura desde a primeira hora e até o instante imediatamente anterior? (COELHO, 2005, p. 41)

A ação do Estado democrático burguês como resposta ao agravamento dos conflitos não foi nada diferente da que segue colocando em prática até os dias atuais: ainda que pudesse atender a pautas específicas da classe trabalhadora, isto é, mesmo quando se ampliou, o Estado manteve conservando seu caráter de guardião da ordem de dominação do capital e de conciliador das contradições entre as classes, defendendo, obviamente, os interesses da burguesia brasileira (COELHO, 2005, p. 45).

O fortalecimento das lutas operárias através das greves propiciaram um quadro que abriu inúmeras portas para as vivências de classe. Visto que a história do proletariado se constrói através da experiência para além de si, a necessidade de uma reordenação da política econômica levou os trabalhadores a visualizarem sua condição de explorados pelo capital e compreenderem-se enquanto classe, enquanto sujeito coletivo com aspirações compartilhadas entre seus indivíduos (COELHO, 2005, p. 46-47). Esse sujeito coletivo, reconhecendo-se como classe trabalhadora, agora distinguia-se e empenhava-se em se apresentar enquanto tal nos espaços públicos. A dicotomia lhes era clara como nunca: a luta dos “trabalhadores contra patrões, ou contra o governo dos patrões” (COELHO, 2005, p. 47). A dialética, cuja lógica de operação é o reconhecimento/diferenciação, pairava com cada vez mais potência no horizonte da experiência do proletariado.

Nesse cenário, o PT inicia um processo de fortalecimento e visibilidade em diversos lugares do país, surgindo como uma alternativa, construída pelos próprios trabalhadores, à

formação política hegemônica da época. No entanto, essa reorganização da conjuntura brasileira não foi, de forma alguma, mecânica (COELHO, 2005, p. 49).

Refletindo a respeito das estratégias a que a burguesia poderia filiar-se para encontrar uma solução para o problema hegemônico que se colocava à época, com um sistema político que já não encontrava na ditadura uma garantia de manutenção de seus privilégios, Florestan Fernandes (1975) chega à conclusão de que “a burguesia transitaria de uma forma ditatorial para uma outra na qual o caráter autoritário e autocrático seria mantido, ainda que em formas alteradas”¹⁹. Para isso, deveria buscar a cooptação de setores da classe trabalhadora como forma de manter a hegemonia, oferecendo, porém, pouco ou quase nada aos trabalhadores mediante o Estado, em troca de aceitação por parte do proletariado da ordem capitalista burguesa, em um processo que Florestan chamou de “democracia de cooptação” (FLORESTAN, 2011 [1979]).

Para o autor, antes do momento de eclosão da classe operária organizada enquanto tal, a política brasileira tinha como uma de suas principais características o afastamento dos trabalhadores dos espaços políticos, os quais eram restringidos aos burgueses e demais representantes da elite. No entanto, o irrompimento da força social dos trabalhadores, conquistada através das lutas travadas, trouxe ao quadro histórico brasileiro uma tentativa de ampliação da democracia, dentro dos limites da ordem, cujo propósito a longo prazo era o cultivo de um horizonte socialista, mas não revolucionário, como veremos mais adiante. Nas palavras de Florestan, “a entrada em cena dos trabalhadores em 1978 permite a luta por uma democracia ampliada que inserindo os de baixo no campo político permitiria que uma revolução dentro da ordem transforma-se em uma revolução ‘fora da ordem’” (FLORESTAN, 2011).

CAPÍTULO 3 - A REFRAÇÃO DIALÉTICA DA EXISTÊNCIA

3.1 Heteroglossia e luta de classes

Diferentemente de Bakhtin, Volóchinov sustenta que existe uma ligação estreita entre as infinitas vozes sociais do vasto oceano da heteroglossia e classes sociais. Para ele, a estratificação socioaxiológica da linguagem é uma consequência direta da base material de

¹⁹ Tanto que o resultado, num primeiro momento, foi a abertura democrática lenta e gradual através de eleições indiretas.

uma sociedade dividida em classes, visto que, valendo-se de uma mesma língua, as diferentes classes sociais apropriam-se do signo sob diferentes e antagônicos índices sociais de valor (FARACO, 2009, p. 70), fazendo do signo uma arena onde as contraditórias consciências socioideológicas se manifestam e entram em embate.

Ademais, conforme visto anteriormente, o Círculo defende que a classe dominante, como forma de legitimar e conservar sua ideologia, busca transformar o signo, plurivalente por natureza, em monovalente, ao utilizá-lo como uma refração distorcida em maior ou menor grau da realidade, dado que as representações sógnicas do mundo "em última análise são inevitavelmente condicionadas por relações de classe" (BAKHTIN, 1992, p. 144). Por outro lado, ao proletariado seria atribuída a propensão a significar o mundo sem distorcer a realidade tanto quanto o faz a burguesia, uma vez que é o proletariado que "revolucionariamente construirá uma sociedade sem classes" (FARACO, 2009, p. 71). Dessa forma, a partir da teoria da refração, Bakhtin sustenta a compreensão de que, devido à refração por meio dos signos e da coexistência de múltiplas verdades, o proletariado tende a representar a existência material de maneira mais fiel (1992, p. 74).

Em outros dizeres, ao tratar do processo inerentemente responsivo pelo qual a comunicação ocorre, Bakhtin declara que o ato de compreender o enunciado-outro não se dá simplesmente por meio da decodificação linguística, mas também pela mobilização dos signos internos para apreender os signos externos e os elementos extraverbais, opondo "à palavra do locutor uma contrapalavra" (BAKHTIN, 1992, p. 102). Assim, apesar de ser fortemente condicionado à ideologia dominante, o proletariado refrata a realidade com maior fidedignidade, o que ocorre devido ao fato de a classe explorada estar condicionada também às condições materiais de sua própria existência, as quais constituem sua consciência e viabilizam o processo dialético, posto que "qualquer enunciado é uma unidade contraditória e tensa de duas tendências opostas da vida verbal, as forças centrípetas e as forças centrífugas" (BAKHTIN, 1981 apud FARACO, 2009, p. 69).

É por conta disso que, no *continuum* de possibilidades de uso da língua e da plurivalência do signo, as palavras sinalizam as diferentes posições valorativas resultantes dos diferentes eixos axiológicos aos quais se filiam as classes sociais — hegemônico e contra-hegemônico.

3.2 Discurso na 1ª Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores [1981]

Conforme visto anteriormente, o PT nasce e apresenta-se como uma alternativa institucional a uma esquerda enfraquecida pelo aparato repressivo da ditadura empresarial-militar ainda em vigência no país e pela crise do marxismo em seu projeto político. Enquanto Partido, buscava traçar os caminhos do socialismo “dentro dos marcos da ordem, sobretudo pela via da disputa eleitoral nas mais diversas esferas da administração estatal” (CASTRO, 2017, p. 38). Dessa forma, em 1981, após um ano de fundação, o PT organiza a 1ª Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores, em Brasília, em 27 de setembro. Na ocasião, lança a Carta de Brasília, documento em que se afirmava o apoio aos trabalhadores brasileiros contra o desemprego e o governo de Figueiredo. A apresentação dessa Carta foi muito importante para o período, uma vez que as assembleias ocorriam mesmo com o cerceamento de direitos à manifestação (devido à Ditadura Militar) e marcou o início da abertura democrática, com a presença de uma Partido burocraticamente dentro da constitucionalidade necessária.

Além disso, havia como estratégia a obtenção de um poder político por um governo dos trabalhadores, democrático e popular, que só seria possível se a classe trabalhadora estivesse suficientemente organizada para reivindicar e alcançar as reformas estruturais pretendidas e orientadas pelo socialismo democrático. Isso, por sua vez, poderia ocorrer apenas se houvesse a inserção institucional no espaço democrático estabelecido pelo sistema de governo representativo do país (CASTRO, 2017, p. 37-38), o que se manifesta essencialmente através da *palavra-enunciado*.

À luz dos preceitos do Círculo de Bakhtin de dialogismo como característica inerente à linguagem em seu sentido amplo, mas sobretudo referente à comunicação discursiva, sustenta-se que o enunciador — situado em um determinado tempo e espaço — formula seus enunciados sempre em resposta a outros já existentes, visto que não a linguagem não provém de uma criação unívoca, mas em intrínseca relação ao outro. Nesta seção analisaremos fragmentos do discurso do então líder sindical e primeiro presidente do partido Luiz Inácio Lula da Silva na 1ª Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores, buscando compreender de que maneiras o dialogismo se evidencia em seu enunciado, bem como a que possíveis discursos ele se alia e/ou se contrapõe. Para tanto, primeiro buscar-se-á identificar seus interlocutores para, em seguida, investigar os elementos de sua fala pelos quais a heteroglossia se materializa, dado que “Todo ato cultural (aí incluído todo e qualquer

enunciado concreto, toda e qualquer manifestação da linguagem verbal situada) é, primordialmente, um ato responsivo” (FARACO, 2009, p. 7).

Os interlocutores do discurso em análise, em primeiro plano (isto é, que se faziam presentes na Convenção) eram militantes petistas, bem como sujeitos coletivos organizados em grupos de esquerda que estavam passando a integrar o partido recém-fundado e demais aliados na luta contra a ordem vigente. Desse modo, o discurso surgia como uma forma de afirmar a posição do PT em relação a sua ideologia e estabelecer a necessidade de haver uma associação entre partidos que compartilhassem das mesmas ou de semelhantes aspirações. Em segundo plano, o documento deixa muito claro estar buscando um alcance a todos os sujeitos da classe trabalhadora, haja vista a utilização abundante do termo “trabalhadores” e “classe trabalhadora”.

No início do discurso, na linha 24, Lula faz uso do pronome *nós* ao tratar do clima de festa trazido pela realização da 1ª Convenção do Partido, assim como também o faz em outros momentos significativos do texto e com particularidades marcantes a cada um desses usos. Analisaremos, aqui, somente alguns dentre tais empregos, uma vez que a intenção é apenas evidenciar as dissonâncias do eu-enunciador nas distintas ocasiões discursivas em questão. Nesse sentido, na linha 24, ao enunciar que *“Para nós, a realização desta Primeira Convenção Nacional do PT significa mais que mero cumprimento de exigências legais”* e utilizar o *nós*, o presidente sindicalista deixa claro e bastante delimitado estar se referindo aos integrantes do novo partido brasileiro, característica que se repete na linha 37, quando diz que *“muitos duvidaram de nós”*, e na linha 60, *“Nós conseguimos, e formamos 627 [comissões municipais] em todo o País”*. Nessas três ocorrências, a posição-sujeito revela-se intimamente incorporada ao grupo representado pelo *nós*, o que é coerente tanto ao novo arranjo partidário - oriundo das massas e liderado por um operário e líder sindical - quanto ao momento histórico - de criação de um novo partido no cenário nacional depois de anos de bipartidarismo político.

Por outro lado, observa-se também, em outras ocasiões do discurso, o emprego do *nós* de forma ampliada, isto é, agregando mais sujeitos com o intuito de gerar um sentimento de identificação entre os ali presentes e os demais integrantes da classe trabalhadora e de fortalecimento de uma identidade recentemente formada - de um partido do proletariado. Isso fica claro quando Lula, por exemplo, declara:

Nós, petistas, temos certeza de que voto não será nosso problema, pois já somos um partido de massas. O grande desafio que temos pela frente é não incorrer nos mesmos erros daqueles que pretenderam falar em nome da classe trabalhadora sem ao menos ouvir o que ela tinha a dizer. (linhas 66-68)

Com esse enunciado, Lula insere-se novamente dentro de um grupo bastante demarcado, mas dessa vez exibindo uma posição-sujeito pertencente a um *nós* ampliado, que abrange não somente os sujeitos oficialmente filiados ao PT, mas também movimentos sociais populares, estudantes, intelectuais, militantes, setores das classes populares, ativistas e personalidades simpatizantes. De certa forma, pode-se afirmar que há aqui uma tentativa de expandir as fronteiras do delineamento petista a todo o proletariado, buscando, com isso, estabelecer uma outra personalidade coletiva, mas assinalando-se, enquanto Lula, como um elemento à parte dela.

Outra ocorrência do uso do *nós* consta na linha 136, onde Lula condena a ação destrutiva investida pelos grandes donos de terras e seus capangas como forma de acumular capital e declara que este converter-se-á em elemento de valor “*pelo tempo e pela economia inflacionária que pesa sobre nós*”. Nesse caso, a pretensão enunciativa consiste em não mais identificar-se como sujeito à parte e à frente da classe trabalhadora, mas sim como peça constituinte dela, o que resulta do fato de que, àquela época, as condições materiais do líder sindicalista ainda se equiparavam às do proletariado. Dessa forma, a piora no quadro inflacionário, bem como o agravamento das condições econômicas do país que refletiam na vida dos trabalhadores, também condicionavam a percepção do ex-metalúrgico e o levavam a reconhecer-se enquanto parte da classe trabalhadora.

Das linhas 257 a 269, por sua vez, referindo-se aos compromissos do Partido firmados com a classe trabalhadora, Lula enuncia:

Denunciaremos, quantas vezes for preciso, certos desvios a que todos nós estamos sujeitos, como o economicismo, que pretende restringir a luta dos trabalhadores às conquistas imediatas de sua sobrevivência; o politicismo, que de cima para baixo quer impor seu dialeto ideológico aos *nostros* militantes, como se discurso revolucionário fosse sinônimo de prática revolucionária; o colonialismo daqueles que se autodenominam vanguarda do proletariado sem que os trabalhadores sequer os conheçam; o esquerdismo, que exige do Partido declarações ou posições que não se coadunam com seu caráter legal e a sua natureza popular; o voluntarismo dos que querem caminhar mais depressa que o movimento social; o eleitoralismo dos que desejam reduzir o PT a um trampolim de cargos eletivos e de projeções políticas; o burocratismo dos que *nos* criticam por ir às portas de fábrica e querem um partido bem organizado, mas sem bases populares; o oportunismo dos que só põem um pé dentro do PT e mantêm o outro pronto a correr quando sentem que suas intenções não são aceitas pelos trabalhadores. [destaques acrescidos]

Nas ocorrências citadas, cuja expressão da posição enunciativa do locutor ocorre por meio do emprego de verbos flexionados na primeira pessoa do plural (*denunciaremos*), podemos perceber uma clara caracterização de si em contraposição ao outro, em um processo, portanto, dialético. A partir de diferentes exemplificações, Lula estabelece uma relação altamente dialógica com enunciados proferidos antes de si, contestando-os, uma vez que não apenas compreende a palavra alheia, como também apropria-se dela para refutá-la. Nesse caso, evidencia-se claramente que o ato discursivo origina-se sempre na interação dialógica com as vozes dos outros, as quais serão assimiladas por meio de um processo de ativa posição responsiva em relação a elas, seja de aceitação, recusa, reelaboração ou reacentuação valorativa (BAKHTIN, 2003, p. 294-295).

O discurso de Lula nos apresenta diversos indicadores heteroglóssicos, de modo que o texto movimentava vozes e índices de valor sociais que estabelecem entre si uma relação de contradição, isto é, dialética. Na tentativa de assinalar uma diferenciação para com os demais partidos e organizações de oposição, o PT se autodeclarava na cena pública um partido vindo “dos de baixo”²⁰ como marcação identitária, frisando, com isso, uma postura evidente de contestação à ordem burguesa e refratando uma realidade concreta cuja característica salientada é a de um poder político autocrata, na qual articula o discurso ao eixo axiológico contra-hegemônico. Ao associar seu surgimento com os movimentos de base organizados, o PT revela uma posição valorativa de aprovação em relação à visão histórica e enunciativa à qual faz alusão, identificando-se com a luta dos movimentos sociais e comprometendo-se com a defesa de seus direitos. Tal discurso, portanto, é refratário de uma realidade de enérgicas mudanças sociopolíticas resultantes de uma ditadura que perdurou por mais de duas décadas. Referente a isso, Bakhtin (2002, p. 23) destaca:

O enunciado existente, surgido de maneira significativa num determinado momento social e histórico, não pode deixar de tocar os milhares de fios dialógicos existentes, tecidos pela consciência ideológica em torno de um dado objeto de enunciação, não pode deixar de ser participante ativo do diálogo social.

Nesse sentido, todo enunciado é composto não apenas daquilo que afirma e da posição à qual se filia, mas também, e inevitavelmente, da posição que rejeita ou contraria, o que demonstra, uma vez mais, o caráter dialógico e dialético da comunicação humana. Nas palavras de Bakhtin, “A expressão do enunciado, em maior ou menor grau, *responde*, isto é, exprime a relação do falante com os enunciados do outro, e não só a relação com os objetos

²⁰ Recuperando a estrutura piramidal da sociedade, estabelece uma contraposição aos “de cima”, o que é amplamente referenciado nos discursos políticos de esquerda como uma concepção identitária de classe.

do seu enunciado” (2003, p. 298, destaques acrescidos). Portanto, pode-se dizer que, ao mesmo tempo que traz um posicionamento claro a respeito de sua ideologia política, o PT (representado pelo presidente do partido) também revela, no discurso analisado, um posicionamento ao qual se opõe, a partir do uso da contrapalavra. Por isso, a voz do outro, seja ela utilizada na perspectiva de concordância ideológica ou de rechaço, é não apenas convocada, mas configura-se como substancial à construção enunciativa. Por mais que seja o porta-voz que fale, há toda uma estrutura que legitima e direciona a sua fala através dos mecanismos de representação sindical.

Além disso, convém observar mais atentamente alguns outros pontos interessantes à análise dialógica da linguagem no fragmento referenciado acima. Podemos notar que o sujeito-enunciador vale-se, novamente, de discursos com os quais não concorda para reafirmar sua posição diante do horizonte do socialismo ainda anuviado na situação comunicativa de seu discurso, mas o faz, desta vez, de forma mais velada. Quando Lula afirma que o PT denunciará, quantas vezes for preciso, “*o politicismo, que de cima para baixo quer impor seu dialeto ideológico aos nossos militantes, como se discurso revolucionário fosse sinônimo de prática revolucionária*” e “*o colonialismo daqueles que se autodenominam vanguarda do proletariado sem que os trabalhadores sequer os conheçam*”, evidencia-se, através da contrapalavra, a tentativa de tecer uma crítica à compreensão marxista-leninista de necessidade de um partido de vanguarda para liderar as massas na luta revolucionária rumo ao socialismo. Nesse momento, Lula faz uso da palavra-enunciado *colonialismo* não por acaso. Pretendendo estabelecer uma relação entre o vanguardismo revolucionário e a colonização de territórios principalmente americanos, africanos e asiáticos, busca obter de seu auditório uma posição valorativa de concordância quanto ao que desconsidera eficiente na luta pela emancipação humana.

Fenômeno semelhante pode ser percebido no excerto em que Lula garante que o PT denunciará também “*o esquerdismo, que exige do Partido declarações ou posições que não se coadunam com seu caráter legal e a sua natureza popular; o voluntarismo dos que querem caminhar mais depressa que o movimento social*”. Nesse caso, a crítica é tecida novamente aos revolucionários, mas agora de forma relativa à estratégia revolucionária, segundo a qual é preciso que uma vanguarda, a partir da classe trabalhadora organizada e em luta, direcione as massas para uma tomada abrupta do poder. No entanto, Lula vincula-se a uma noção muito diferente dessa, visto que seu enunciado revela estar comprometido com a causa da libertação humana somente enquanto representante de um partido das massas que atue dentro da ordem,

e não enquanto partido de vanguarda que direcione a efervescência das lutas travadas no interior das fábricas para um horizonte revolucionário. Fica muito claro, portanto, que ao fazer uso de *esquerdismo* para mostrar seu antagonismo, mesmo atribuindo o partido do qual é líder a esse mesmo espectro político, gera uma ressignificação do signo. Esquerdismo, nesse caso, serve como resposta a um discurso em relação ao qual o PT evidencia uma avaliação negativa. De acordo com isso, podemos afirmar que o enunciado de Lula revela uma compreensão totalmente diferente da concepção revolucionária marxista, posto que a conquista do socialismo deveria ocorrer única e exclusivamente por meio do aparato do Estado burguês, isto é, com uma estratégia reformista e não revolucionária.

Já no início do discurso, na seção “Superando os obstáculos”, logo após tratar brevemente sobre a curta história do Partido em questão, Lula declara:

Porém, companheiros, mesmo a legislação partidária sendo restritiva, como é, provamos a toda a nação que não existe lei capaz de impedir a organização e a prática democráticas da classe trabalhadora. Fomos além do que a lei exigia: criamos mecanismos internos de participação democrática, sistemas de consulta, sistemas de pré-convenções, multiplicando os debates internos, permitindo ao maior número possível de nossos militantes e filiados ampla participação em todas as decisões. O Partido dos Trabalhadores nasceu dos que nunca tiveram vez e voz na sociedade brasileira. (linhas 27-23)

Com isso, evidencia-se uma objeção a respeito do discurso hegemônico — aqui representado pelas leis — de um regime ditatorial que restringia violentamente as manifestações sociais, que extinguiu inicialmente todos os partidos com o Ato Institucional nº 2 (AI-2), instaurando o bipartidarismo no Brasil, e dificultou fortemente a expressão política, sobretudo para com partidos do espectro de esquerda. Na legislação seguinte²¹, por sua vez, permitia-se a formação de outros partidos além dos únicos legalizados à época, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), de apoio ao governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que exercia oposição ao regime dentro dos limites demarcados pelo próprio sistema. No entanto, tinha como exigência aos novos partidos a presença de 20 senadores e 120 deputados federais, o que obstaculizava a existência de um terceiro partido que adquirisse estrutura nacional. Contudo, em 1979, sob a tentativa de dividir a oposição, o Congresso Nacional aprova a Lei Orgânica dos Partidos e estabelece liberdade partidária no país, movimento que deu origem a outros partidos, dentre eles o Partido dos Trabalhadores.

À vista disso, a declaração de Lula na Convenção de 1981 a respeito da política restritiva da época para com a criação de novos partidos opera como um discurso

²¹ Legislação de 1979, que cria a Lei Orgânica dos partidos políticos.

contra-hegemônico e refratário de um discurso ideológico socialmente admitido e legitimado, evidenciando um choque entre as vozes sociais em vigor no período. Nessa lógica, a posição axiológica enunciativa retratada nesse fragmento do discurso configura-se como uma força centrífuga, visto que tem como intuito principal a descentralização de uma voz-outra hegemônica, isto é, da extrema direita, revelando o caráter responsivo do enunciado, o que converge com o que defende Bakhtin (2015, p. 41):

A estratificação e o heterodiscurso se ampliam e se aprofundam enquanto a língua está viva e em desenvolvimento; ao lado das forças centrípetas segue o trabalho incessante das forças centrífugas da língua, ao lado da centralização verboideológica e da unificação desenvolvem-se incessantemente os processos de descentralização e separação.

Outro fragmento no qual diferentes posições valorativas pertencentes a horizontes axiológicos distintos podem ser encontradas é o seguinte: “*Muitos duvidaram de nós, e ainda hoje há aqueles que ousam duvidar da capacidade de organização política dos trabalhadores*”. Nesse momento, Lula demonstra a assimilação das palavras de outrem em seu enunciado e a não adesão a essas vozes, respondendo a elas ao ocupar uma posição valorativa de negação em uma relação entre enunciados com visões divergentes. O discurso hegemônico ao qual o enunciado de Lula adquire uma posição responsiva de negação é referente ao ideário da extrema-direita, que subestimava a força das lutas que vinham sendo travadas no chão de fábricas. Além disso, tal posicionamento buscava qualificar a organização dos trabalhadores em prol de um mesmo propósito: fortalecer a sociedade civil como forma de estabelecer uma democracia organizada de massas, originando um “bloco democrático e nacional-popular” (IASI, 2016, p. 13).

Logo em seguida, quando Lula afirma que “*No início, diziam que éramos um partido dos trabalhadores de macacão, obreirista, limitado, estreito e fechado aos demais setores da sociedade*” e que “*O Partido dos Trabalhadores nasceu dos operários de macacão e se orgulha de ter nascido de macacão*” (linhas 38-43), mais uma vez estamos diante da heterogeneidade de vozes sociais opostas, de valores ideológicos antagônicos, ou seja, da heteroglossia. No entanto, ao atribuir a identidade de seu grupo a um enunciado com tom originalmente pejorativo, visto ter sido proferido pela direita e pela mídia hegemônica como forma de deslegitimar o novo partido em ascensão, o enunciador ressignifica o signo linguístico — dado que possui caráter socialmente plurivalente (PIRES, 2002, p. 38) —, em um movimento de disputa da hegemonia do signo. Para tanto, o enunciador não só evoca

outras vozes, como também lhes atribui uma nova face: sendo antes de caráter depreciativo, passam agora a ser empregadas como recurso fortalecedor de uma identidade disruptiva.

Posteriormente, ao reafirmar sua posição contrária aos sujeitos descrentes na continuidade e sucesso do PT, Lula diz que

[...] o sindicato, controlado pelo governo, não é suficiente para mudar a sociedade. O sindicato é a ferramenta adequada para melhorar as relações entre o capital e o trabalho, mas não queremos só isso. Não queremos apenas melhorar as condições do trabalhador explorado pelo capitalista. Queremos mudar a relação entre capital e trabalho. Queremos que os trabalhadores sejam donos dos meios de produção e dos frutos de seu trabalho. [...] Em nossa luta, a atividade partidária deve completar a sindical, sem que uma queira substituir ou excluir a outra. (linhas 90-97)

Com essa afirmação, fica mais do que evidente que o Partido dos Trabalhadores não tinha como pretensão ser um partido que apenas apaziguasse os conflitos entre classes com fins de preservar o capital. Sua posição vinculava-se completamente ao eixo axiológico contra-hegemônico, de modo que sua principal reivindicação era atuar para e com “os de baixo”, o que também se manifesta através de uma linguagem carregada de palavras que fazem referência a uma visão classista de sociedade, como *trabalhadores*, *exploração*, *meios de produção*. Com relação a essas escolhas lexicais, tem-se as principais ocorrências (Figura 1):

Já na seção intitulada “Com os negros, as mulheres, os índios”, convém-nos fazer uma análise mais aprofundada a respeito do que o líder sindical afirma sobre a luta das mulheres no seguinte fragmento:

A luta das mulheres deve ajudar a nós, homens, a nos reeducarmos na direção da sociedade igualitária que queremos construir juntos. Entretanto, estamos convencidos de que essa luta não pode desligar-se da luta global de todos os brasileiros por sua libertação. A questão feminina não interessa só às mulheres e *nem se reduz à conquista de liberdades pessoais* que, por vezes, são *meros paliativos burgueses*. (linhas 194-198, destaques acrescidos)

Aqui já se apresenta uma posição mais branda sobre o processo de transição do capitalismo ao socialismo, diferentemente do modelo clássico revolucionário com a tomada abrupta do poder tendo como sujeito revolucionário o proletariado urbano em aliança com pequenos proprietários do campo, como visto principalmente na União Soviética. Nota-se uma composição mais ampla de diferentes setores da sociedade em pautas fragmentadas, conformando o bloco popular (PALUDO, 2001).

No entanto, uma característica, em comparação ao pronunciamento de posse de 2023, chama a atenção. Lula sustenta que a luta das mulheres, a qual se prefigura como uma pauta identitária, é um elemento fundamental no decurso rumo a uma sociedade igualitária. Porém, logo em seguida, declara que “*a questão feminina não interessa só às mulheres e nem se reduz à conquista de liberdades pessoais que, por vezes, são meros paliativos burgueses*”. Com isso, seu discurso mostra que, apesar de o PT pretender dar voz às mulheres, Lula entende que essa luta não pode se dar de forma desvinculada de uma luta maior pelo fim da exploração e do aniquilamento das classes, posto que é a partir da luta dos trabalhadores organizados enquanto classe que uma sociedade verdadeiramente justa pode tornar-se realidade, caso contrário, não passaria de uma medida liberal. Para reforçar tal ponto de vista, o ex-sindicalista vincula as conquistas decorrentes das lutas identitárias como um todo — ainda que não aborde, nesse fragmento, outras pautas senão a das mulheres —, quando separadas do recorte de classe, a migalhas fornecidas pelo Estado burguês em troca da manutenção de uma sociedade na qual é aceitável a exploração de uma classe sobre outra. Sendo assim, seu posicionamento atrelado a uma maior fidelidade à luta da classe trabalhadora é clara, visto que a considera central no processo da libertação humana.

Já em 2023, Lula mostra-se muito mais aliado a um discurso liberal, dado que diversos elementos tanto de seu pronunciamento quanto da cerimônia de posse propriamente dita colocam o identitarismo como centralidade no debate político, dedicando pouco ou quase

nenhum espaço às pautas específicas da classe trabalhadora, o que já vinha ocorrendo também em suas gestões anteriores. Ao subir a rampa do Planalto com um grupo de representantes das minorias e transmite uma mensagem muito clara, dialogizando com vozes sociais discriminatórias que ganharam força nos últimos anos. Ao assimilar vozes-outras no seu enunciado, adquire uma contundente postura de forte desaprovação em relação ao discurso da extrema direita, fomentado durante o governo de Jair Messias Bolsonaro, uma vez que o discurso bolsonarista possui como principal característica a tentativa de exclusão das minorias, defendendo que as minorias devem se adequar à maioria²². Com esse recurso expressivo, Lula tinha como finalidade representar a diversidade do povo brasileiro, de modo que esse ato remetesse simbolicamente ao povo brasileiro entregando-lhe a faixa presidencial, o que gera um sentido também atribuído à ausência de Bolsonaro na cerimônia.

3.3 Do socialismo

Ao fim do discurso, Lula dá especial destaque ao caráter socialista que o PT buscava conferir ao seu programa político e enfatiza o tipo de socialismo que o Partido defendia²³. Nessa perspectiva, o sindicalista defendia o alinhamento a uma concepção de socialismo democrático, o qual seria imperiosamente fruto e se delinaria a partir das lutas concretas travadas pelos próprios trabalhadores. A necessidade de trazer em seu discurso uma elucidação a respeito do tipo de socialismo que o partido buscava alcançar já nos coloca diante da evidência de que não existia, à época, uma definição efetivamente precisa a respeito do socialismo, dado que o signo encontrava-se também em disputa. Entretanto, uma questão colocava-se como primordial ao partido: era preciso conduzir os trabalhadores de forma que, por meio das esferas sindical, social e parlamentar, se alcançasse sua emancipação.

A defesa de um socialismo democrático surgia em decorrência do horizonte socialista que vinha se formando desde a primeira metade do século XX e nos indica as relações de dialogização entre vozes sociais historicamente pertencentes a diferentes horizontes axiológicos, em uma complexa trama de enunciados e cadeias de responsividade. Ao

²² ANDRADE, H. de. Bolsonaro contraria Constituição e diz que 'minorias têm que se adequar'. **UOL Notícias**, 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/07/15/bolsonaro-defende-falas-transfobicas-minorias-t-em-que-se-adequar.htm>>. Acesso em: 19 ago. 2023.

²³ Verbo empregado no pretérito perfeito por questões já conhecidas, mas que serão analisadas detalhada e linguisticamente mais adiante.

delimitar a perspectiva de socialismo de seu recém-surgido partido, o enunciado de Lula sugere uma resposta a uma série de discursos anteriores cuja concepção histórica e enunciativa dissocia da sua. Sendo assim, Lula tece uma nítida crítica ao despotismo da URSS, à social-democracia europeia (CASTRO, 2017, p. 38) e aos comunistas, respondendo a diferentes vozes que constituem o caráter dialético, dialógico e ideológico da enunciação.

Além disso, como brevemente mencionado acima, estamos diante de uma clara manifestação heteroglóssica por meio do discurso, em que o signo *socialismo*, aqui em evidente disputa ideológica, é empregado no sentido de estabelecer uma contraposição ao sentido de *socialismo* em outros contextos. Quanto a isso, cabe-nos primeiramente trazer algumas ponderações de Marx em *Manifesto do Partido Comunista*. Para o teórico alemão, em função das diversas nuances sociohistóricas que constituem a existência, conceberam-se durante a História diversos entendimentos e empregos da noção de socialismo. Nesse sentido, haveria uma diferença cabal entre o socialismo conservador ou burguês e o socialismo revolucionário. Enquanto o primeiro consiste em uma investida da burguesia em “remediar males sociais para garantir a existência da sociedade burguesa” e manter “a sociedade atual, subtraindo dela os elementos revolucionários” por meio de reformas que conservarão a exploração do capital, a segunda prefigura-se a partir da premissa de transformação da sociedade, isto é, “[...] não se trata de melhorar a sociedade existente, mas de estabelecer uma nova”, na qual inexistam as classes sociais e, conseqüentemente, a exploração do homem pelo homem.

Dessa maneira, o signo *socialismo* encontra-se nesse contexto também em disputa ideológica, ora sendo empregado com o sentido de socialismo revolucionário pelos comunistas do qual Lula se distancia, ora com sentido de socialismo conservador ou burguês como representação da estratégia política elaborada por Lula e o PT desde a década de 1980.

3.4 Da noção de democracia

Para Bakhtin, as palavras, em si mesmas, não pertencem a nada e a ninguém e, conseqüentemente, não exercem nenhum tipo de valoração. Justamente por serem plurivalentes é que são passíveis de prover a quaisquer falantes a possibilidade de expressarem seus juízos de valor, por mais diversos e opostos que possam ser entre si. Nessa perspectiva, “os significados lexicográficos neutros das palavras da língua asseguram para ela

a identidade e a compreensão mútua de todos os seus falantes” (2003, p. 290). Todavia, na realidade discursiva, que como já vimos é sempre viva e concreta, as palavras são sempre de caráter individual-contextual, visto que refletem e refratam tanto a ideologia de quem as emprega quanto a realidade material na qual é produzida.

Assim, Bakhtin sustenta que, devido a essa natureza, a palavra existe para o falante de três formas: enquanto palavra neutra, signo virtual que não foi incorporado a nenhum enunciado vivo e encontra-se fora de uma situação comunicativa; como palavra do outro e, logo, carregada de vozes alheias; e como palavra minha, isto é, refratária da minha posição valorativa em relação ao mundo (BAKHTIN, 2003, p. 294).

Manifestando valores ideológicos antagônicos, o signo linguístico possui caráter socialmente plurivalente, uma vez que diferentes classes sociais, ao fazerem uso de um mesmo sistema linguístico, vinculam e colocam em embate diferentes concepções de mundo que só podem ter seu sentido desvelado no contexto do qual se originam, o que significa dizer que “é a situação social imediata a responsável pelo sentido” (PIRES, 2002, p. 38). Desse modo, somente podemos apreender a valoração atribuída a um determinado signo ao vinculá-lo ao seu contexto de produção. Caso contrário, a palavra é neutra e, portanto, vazia de qualquer caráter axiológico.

Como vimos anteriormente, em razão da particularidade inerente ao signo verbal de não apenas refletir, como também refratar a realidade, o signo se converte em uma arena de conflitos, uma vez que a burguesia, cuja principal característica é o caráter conservador, aspirando manter seu domínio no campo ideológico (mas não só, obviamente), pretende tornar o signo monovalente. Por outro lado, disputando a hegemonia do signo, a classe trabalhadora, apesar de fazê-lo dentro dos limites determinados pela ideologia burguesa, busca atribuir ao signo sentidos próprios de sua realidade material, de maneira que ele possa refratar os prenúncios de uma nova sociedade.

Numa sociedade, segundo Bukharin (1970), não há uma única psicologia social, mas várias, visto que ela se constitui como um efeito da divisão da sociedade em classes (cada classe elabora sua psicologia em conformidade com suas condições de existência, com suas relações na produção, com seu lugar na produção etc.). No entanto, em cada época, há uma tendência dominante nos pensamentos, nos sentimentos, ou seja, há “uma psicologia dominante”. (NARZETTI, 2013, p. 371)

Seguindo na mesma direção, Fiorin (2011, p. 29) reforça, à luz dos preceitos bakhtinianos, que a dinâmica de coexistência de diversas vozes em uma dada formação social

está sempre condicionada às relações de poder em vigor, o que pode ser mais claramente visualizado na inexistência de neutralidade das vozes em convívio e no constante embate em que entram as forças centrípetas e centrífugas. Para o teórico russo, o ponto mais acentuado desse embate encontra-se no campo da luta de classes, o que atravessa toda a existência. O processo de produção ideológica a partir de suas condições materiais de existência, para Volochinov, é próprio de todas as classes, sendo inevitável que essas ideologias entrem em um processo dialético de confronto (NARZETTI, 2013, p. 379-380).

Nesse sentido, as ideologias antagônicas referentes a essas classes entram em guerra no campo ideológico através dos signos, os quais, por sua vez, constituem-se a partir de índices sociais de valor representativos e refratários da visão de mundo de cada classe. Contudo, de acordo com Volóchinov (2017), as classes não entram nessa guerra sógnica e ideológica em condições de igualdade, dado que “a ideologia dominante tenta apagar índices sociais de valor heterogêneos, visando a estabilizar aqueles que respondem a seus interesses”.

De acordo com o teórico, o grau de falseamento ou de veracidade das representações sógnicas com relação à ideologia está diretamente relacionado aos índices sociais de valor representativos de cada classe. Nesse sentido, Volochinov defende que, devido ao caráter conservador do discurso da burguesia que tem por finalidade a preservação do *status quo* e a defesa de seus próprios privilégios, a ideologia dominante constitui-se de um caráter majoritariamente falseado. Dessa forma, os signos, que são constantemente atualizados a cada vez que são empregados por um determinado sujeito em uma dada situação social, serviriam nesse caso para que a burguesia pudesse frear as inevitáveis transformações da sociedade, imputando ao signo suas próprias perspectivas da realidade. Em contrapartida, dado que é de interesse essencial à classe trabalhadora a transformação da sociedade, questionando mediante sua *práxis* o que é convencionalizado como inalterável, sua representação ideológica de mundo seria mais fiel à realidade.

Nessa perspectiva, nas palavras de Florestan Fernandes (1981),

[...] em uma sociedade de classes da periferia do mundo capitalista e de nossa época, não existem simples palavras. [...] Se a massa dos trabalhadores quiser desempenhar tarefas práticas, específicas e criadoras, elas tem de se apossar primeiro de certas palavras chaves - que não podem ser compartilhadas com outras classes, que não estão empenhadas ou que não podem realizar aquelas tarefas sem se destruir ou se prejudicarem irremediavelmente. [...]

Nessa lógica, é inevitável que, como resultado do caráter plurivalente da palavra, diferentes classes disponham e façam uso dos mesmos signos para representar suas respectivas condições materiais de existência, o que dá sentido à análise dos discursos o faz com que o significado de determinado signo só possa ser efetivamente compreendido se relacionado ao seu contexto sociohistórico de emprego. No entanto, conforme o sociólogo, é imprescindível que a classe trabalhadora desde já, isto é, mesmo dentro dos limites estabelecidos pela ordem burguesa, crie e se aposses de palavras exclusivas aos seus interesses emancipatórios. Sobre esse ponto, analisaremos melhor a partir do fragmento a seguir, retirado do discurso de Lula em 1981:

Porém, companheiros, mesmo a legislação partidária sendo restritiva, como é, provamos a toda a nação que não existe lei capaz de impedir a organização e a prática *democráticas* da classe trabalhadora. Fomos além do que a lei exigia: criamos mecanismos internos de participação *democrática*, sistemas de consulta, sistemas de pré-convênções, multiplicando os debates internos, permitindo ao maior número possível de nossos militantes e filiados ampla participação em todas as decisões. O Partido dos Trabalhadores nasceu dos que nunca tiveram vez e voz na sociedade brasileira. (linhas 17-23, destaques acrescidos)

Sendo assim, antes de passarmos para uma análise do signo *democracia* em si, cabe observarmos a compreensão de Marx a respeito da democracia em *A Ideologia Alemã*. Para o teórico alemão, a democracia tal qual conhecemos e experienciamos hoje, através principalmente das instituições da superestrutura, a qual Marx chama de “democracia burguesa”, nada mais é do que um mecanismo da burguesia para legitimar a exploração do homem sobre o homem, de maneira que seus privilégios e a divisão da sociedade em classes sejam validados como um evento natural e, por isso, inevitável. Marx sustenta que, tendo o Estado se tornado uma esfera aparentemente à parte da sociedade, sua função não é outra senão o mecanismo pelo qual os burgueses garantem a prerrogativa tanto da propriedade privada quanto de seus interesses (MARX; ENGELS, 2007, p. 75). Segundo o revolucionário russo Vladimir I. Ulianov (Lenin), em *O Estado e a revolução* (1918), “A democracia [burguesa] tem uma enorme importância na luta da classe operária por sua emancipação”, mas não como um fim em si própria e sim como “uma etapa no caminho que vai do feudalismo ao capitalismo e do capitalismo ao comunismo”.

Dessa forma, a democracia por meio das esferas de poder consiste em uma mera representação de aspirações exclusivamente individuais. Ou seja, não há forma de conceber uma democracia real enquanto a sociedade for dividida em classes. Para Lenin, em

Democracia Burguesa e Democracia Proletária (1918), dentro do Estado burguês a concepção de democracia não passa de uma armadilha aos explorados:

No mais democrático Estado burguês, as massas oprimidas deparam a cada passo com a contradição flagrante entre a igualdade *formal*, que a ‘democracia’ dos capitalistas proclama, e os milhares de limitações e subterfúgios reais que fazem dos proletários *escravos assalariados*. É precisamente esta contradição que abre os olhos às massas para a podridão, a falsidade e a hipocrisia do capitalismo. É precisamente esta contradição que os agitadores e propagandistas do socialismo denunciam constantemente perante as massas a fim de as *preparar para a revolução!* (LENIN, 1918, n.p)

Seguindo essa perspectiva, ao analisarmos o enunciado de Lula (linhas 17-23, transcritas na página anterior), encontramos-nos diante de uma visível disputa ideológica por meio do signo *democracia*. Convencionalmente e em outros contextos que não esse, tal signo se referiria à concepção hegemônica de democracia. Contudo, Lula, enquanto ex-operário e presidente sindicalista com declaradas aspirações socialistas, faz alusão a uma nova representação sógnica, o que refrata a conjuntura de crise pela qual o capitalismo vinha passando e, em especial no quadro brasileiro, a eclosão das greves operárias em 1978 e a ampliação do combate à autocracia em crise (IASI, 2016). Recapitulando Volóchinov, a dialética do signo, entretanto, manifesta-se de forma mais clara somente em contextos de crises sociais, as quais geram rupturas no campo ideológico e revelam o embate travado por meio do signo linguístico. Dessa forma, signos cuja valorização axiológica era, em épocas de estabilidade político econômica, passam a ser disputados mais intensamente tanto pela burguesia quanto pelo proletariado, de forma que haja uma ruptura que levará à eclosão de novas representações sógnicas que refletirão um horizonte-outro.

É o caso do que podemos identificar na passagem acima citada, em que Lula declara que, enquanto partido político recém-formado, conseguiram ir além das fronteiras jurídicas e elaborar um aparato interno que permitia a participação quase que integral dos militantes nas decisões do partido. Consoante a Bakhtin (2015), “a língua é estratificada em camadas (...), em linguagem socioideológica”, o que se evidencia aqui com o emprego do signo *democracia*, cujo sentido só é apreendido em sua real pretensão quando considerado o sujeito enunciativo, o qual aponta seu enunciado para um discurso com o qual dialoga e se afilia, o da democracia proletária. Dialeticamente, põe-se em evidência que o discurso ao qual Lula se opõe é, justamente, os discursos cujo emprego do signo *democracia* é hegemônico.

Por outro lado, o emprego de tal signo no quadro político de 2023 encontra-se totalmente vinculado ao eixo axiológico hegemônico. Isso decorre do fato de que o PT

formulou a Estratégia Democrático-Popular na tentativa de acumular forças e de ampliar o Estado, investindo na articulação das forças políticas populares em uma espécie de pacto social de assistência às demandas dos brasileiros e esvaziando, com isso, a consciência da classe trabalhadora enquanto classe explorada pelo capital. Conservou-se, dessa forma, a hegemonia dominante, fazendo com que a estratégia que antes buscava *acumular forças* para alcançar o socialismo, resultasse, segundo Fernandes (1976), em uma “democracia de cooptação”.

Sendo assim, ao Lula utilizar a expressão “festa da democracia” (linha 13) em seu pronunciamento de posse em 2023, o signo *democracia* passa a vincular-se ao eixo axiológico hegemônico, pois se trata agora de uma democracia burguesa e não mais com aspirações socialistas, isto é, uma democracia de cooptação cujo pressuposto é a conciliação de classes e a conservação do Estado burguês. Tal posicionamento manifesta-se mais claramente ainda nas linhas 22 e 23: ao falar sobre “*a necessidade de unir o país*”, o Lula enunciativo estabelece e reforça uma posição já desempenhada em seus governos anteriores, mas agora de maneira mais intensa, uma oposição aos enunciados de três décadas atrás, em que estabelecia de forma muito clara e categórica a dicotomia entre trabalhadores e patrões. Seu discurso agora revela um apassivamento da radicalidade discursiva dos anos 1980, mostrando-se muito claramente a mudança de tom, de atitude valorativa de distanciamento para com o tema socialismo, revelando-se tendenciado ao discurso hegemônico da burguesia.

Essa mudança de tom e o deslocamento de um eixo axiológico a outro também se relaciona com a conjuntura brasileira do pleito eleitoral de 2022 onde, além de colocar seus discursos políticos e promessas de campanha como uma alternativa democrática frente a ascensão do discurso bolsonarista²⁴ representada pelo outro candidato, buscava cooptar as diferentes forças políticas que não necessariamente alinhavam-se aos preceitos do socialismo democrático, mas estabeleciam-se como uma ruptura frente aos retrocessos verificados nas duas últimas gestões presidenciais (2016-2022). Mais do que posicionar-se como uma figura unificadora do país, o discurso de 2023 é também uma tentativa de apaziguar pelo espectro da social-democracia, uma polarização presente em todas as esferas sociais.

²⁴ Retórica utilizada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro em diferentes momentos de sua trajetória política enquanto representante maior do Estado Brasileiro, manifestando amplamente seu caráter autoritário contra minorias, contra a população mais pobre e principalmente com aqueles denominados “comunistas”, ou seja, opositores de seu governo.

Uma das manifestações do discurso de Lula em 2023 que mais expressa essa tentativa de conciliação de classes é na linha 27, quando fala: “*Hoje a alegria toma posse do Brasil de braços dados com a esperança*”. A utilização do substantivo *esperança* está diretamente vinculada à necessidade de estabelecer aquilo que no entendimento do enunciador, havia se perdido ou que estava distante de mostrar-se presente no imaginário social de seus interlocutores, uma vez que, embora estivesse diante de um país extremamente polarizado, havia no seio do Estado democrático de direito uma possibilidade de reconstrução das políticas de governo de seus mandados anteriores, onde criou-se uma forte política assistencialista e de inclusão social, baseada no fortalecimento do mercado interno e na possibilidade de ampliação de acesso aos bens de consumo.

3.5 Do uso de *companheiro*

Movimento semelhante podemos verificar no uso do termo *companheiros* ou *companheiras* nos pronunciamentos de Lula no decorrer de sua carreira política. No discurso de 1981, com 12 páginas, contabiliza-se um total de 18 ocorrências do termo, enquanto no de 2023, de seis páginas, apenas duas. De acordo com Cereja (2005, p. 203), a palavra *companheiro* tem sido amplamente empregada em discursos político-ideológicos desde a segunda metade do século XX, sobretudo em países latinoamericanos, tanto em discursos de cunho revolucionário, como de Fidel Castro em Cuba, quanto em pronunciamentos públicos de figuras políticas ocupantes de cargo presidencial, a exemplo de Evo Morales, na Bolívia, e José Mujica, no Uruguai (WERNER, 2018, p. 153).

Nessa perspectiva, a identificação do tema do signo em questão não pode estar desvinculada de seu contexto, uma vez que é a partir da análise da situação comunicativa viva e concreta, isto é, o sentido que a palavra adquire em dado momento histórico e na situação enunciativa de seu emprego, o que implica levar em conta a vasta gama de aspectos extraverbais assimilados ao seu uso, como “a identidade e o *papel* dos interlocutores, a esfera de circulação do signo e a finalidade do ato enunciativo” (CEREJA, 2005, p. 206). Sendo assim, no cenário brasileiro, principalmente entre os anos de 1970 e 1980, *companheiro* apresentava-se como um signo amplamente associado aos discursos de viés socialista (CEREJA, 2005), sendo abertamente difundido com os pronunciamentos públicos de Luiz Inácio Lula da Silva durante o período que vai desde o ciclo de greves dos metalúrgicos do

ABC Paulista (1978) até a fundação do Partido dos Trabalhadores em 1980. No sentido com que era empregado durante essa época, apresentava-se como manifestação de uma noção de igualdade entre sujeitos, sobretudo entre companheiros de classe.

A palavra *companheiro* já vinha sendo utilizada pelo movimento sindical e ganhou ainda mais força com as greves dos trabalhadores a partir do final da década de 1970, sendo amplamente utilizada para referir-se a militantes e filiados do PT. Segundo Cereja (2005, p. 210), a palavra *camarada*, por outro lado, era restringida a grupos efetivamente comunistas, isto é, “aos partidos que apoiavam as orientações do socialismo soviético, ao passo que *companheiro* passou a designar militantes de todas as outras tendências políticas de esquerda.” A partir dessa divisão, ao passo que o PT se afastava cada vez mais do horizonte ideológico socialista soviético, a palavra *companheiro* tornou-se um símbolo cuja atualização ocorreu por meio de seu uso tanto formal quanto informal, sendo mais utilizado, portanto, em discursos relacionados ao PT e, conseqüentemente, à social-democracia.

Já em 2023, apesar de o vocativo *companheiros* praticamente cair em desuso, ainda é utilizado em duas ocorrências. Posto que o momento histórico da enunciação do discurso aqui analisado refrata uma conjuntura na qual Lula se desvincula completamente dos preceitos socialistas e reelege-se sob muitas adversidades geradas pela oposição, carece de uma postura muito mais moderada e da constituição de uma nova imagem de si próprio. Dessa forma, a significação de *companheiro* atualiza-se, posto que se trata agora não mais de colegas da causa socialista, como nos anos 1970 e 1980, mas sim de um interlocutor muito mais ampliado, que abarca não somente seus partidários, como também os eleitores de seus adversários políticos, sem mais fazer uso de uma avaliação apreciativa, e o tema atualizado é ampliado, “coincidindo com a política de alianças e com certa ‘desideologização’, ou mudança de ideologia, do Partido dos Trabalhadores” (CEREJA, 2005, p. 213).

Além disso, durante a revelação do escândalo do Mensalão, em 2005, e nos anos subsequentes, o uso de *companheiros* pela mídia passou a ser associado a “colegas de corrupção”²⁵, dado que Lula sempre se referiu a seus aliados políticos como *companheiros*, inclusive durante as polêmicas suas gestões, e isso passou a ser veiculado pela imprensa com uma avaliação depreciativa, gerando efeitos de sentido de ironia em relação aos *companheiros*

²⁵ PARANAÍBA, G. Ex-presidente Lula tem sete "companheiros" na prisão em Curitiba. *Correio Braziliense*, 2018. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/04/09/interna_politica,672142/ex-presidente-lula-tem-sete-companheiros-na-prisao-em-curitiba.shtml>. Acesso em: 14 ago. 2023.

de Lula, isto é, políticos convidados a ocupar cargos em seu governo, ainda que de outros partidos, independente do espectro político-ideológico. Devido a isso, a atualização do sentido do vocativo busca abranger “todo aquele que, sem preconceitos, colabora com uma causa popular (não necessariamente socialista), independentemente de sua origem, de seu partido e de sua ideologia” (CEREJA, 2005, p. 213).

3.6 Discurso de posse de 2023

No dia 1º de janeiro de 2023, após subir a rampa do Palácio do Planalto ao lado da primeira-dama Janja da Silva, do vice-presidente Geraldo Alckmin, de Lu Alckmin e receber a faixa presidencial, Lula faz seu discurso no parlatório do Palácio para um público de 300 mil apoiadores que se deslocaram do país inteiro para ouvi-lo. Além disso, sobe a rampa do planalto com a presença de oito representantes da sociedade civil, cada um representando um setor minoritário da sociedade brasileira, demonstrando o caráter de inclusão que pretende retomar em seu governo. Mais do que isso, demonstrar para aqueles presentes que o país seguiria outro rumo que não o de seu antecessor, que além de não estar presente no momento da cerimônia, desempenhava uma política de negligência para com estes setores minoritários. Dessa forma, Lula é reeleito presidente da República pela terceira vez, mantendo-se filiado ao PT.

Importante recuperar aqui, primeiramente, o contexto sócio-histórico em que Lula profere seu discurso e algumas das principais questões políticas dos anos anteriores que fizeram com que Lula tivesse uma grande parcela da sociedade brasileira fortemente posicionada contra seus governos anteriores. Isso pode ser verificado desde 2016 com o processo de Impeachment da Presidenta Dilma Rousseff e o desgaste que o Partido dos Trabalhadores teve em todo território nacional. Michel Temer (PMDB), vice-presidente na época, assumiu um país marcado por esquemas de corrupção e de desconfiança do cenário político, somando-se a isso uma crise financeira global que desfavoreceu a moeda nacional e colocou o Brasil novamente em patamares socialmente preocupantes. Ademais, desse período é importante ressaltar as construções de narrativas que a mídia hegemônica fazia dos governos do PT e da situação negativa em que o Brasil encontrava-se frente aos países de capitalismo central. A popularidade do governo de Temer foi extremamente baixa, tanto pela forma como chegou à presidência tanto pelas medidas políticas que prejudicavam os trabalhadores e

diversos setores da sociedade civil, tal como a Proposta de Emenda Constitucional nº 241/55, que congelava, pelo período de 20 anos, os gastos públicos destinados à saúde e à educação. Tal proposta foi votada e aprovada no Congresso Federal e no Senado, mas amplamente criticada por diversos setores da sociedade brasileira.

Se, no pleito eleitoral de 2014, já existia uma certa polarização entre os partidos de esquerda e aqueles vinculados ao espectro centro-direita (na figura de Aécio Neves, do PSDB), nas eleições de 2018 essa polarização toma novas proporções com a figura de Jair Bolsonaro (PSL), ex-deputado federal que se candidatou à presidência com um discurso antissistema e com fortes posicionamentos contra os governos do PT e seus representantes (opositores). Tal narrativa via-se amparada em uma crise no sistema político que Jair utilizou como forma de desmoralizar seu adversário Fernando Haddad (PT), ora vinculando à crise no país como consequência dos governos do PT, e amparando-se em valores atrelados aos setores mais conservadores da sociedade. Sua vitória em 2018, com 55,13% dos votos, deu respaldo a uma insatisfação amplamente visualizada no cenário nacional, mas que encaminhou a política brasileira para o espectro da extrema-direita com o desmantelamento dos direitos sociais e com a falta de diálogo com os mais necessitados.

É notório que as políticas conservadoras e neoliberais marcaram a passagem de Bolsonaro pelo Palácio do Planalto. Seus discurso defendendo o garimpo em terras indígenas, o ataque às minorias, as intervenções nos órgãos públicos e as falas cada vez mais arbitrarias fortaleceram uma oposição que estava desarticulada desde 2018 e necessitava encontrar forças para fazer frente ao governo de extrema-direita. Parte desse fortalecimento deu-se justamente pela infeliz política de assistência que o governo federal teve com a pandemia da Covid-19, que se iniciou em 2020 e dizimou cerca de 700 mil brasileiros. O posicionamento negacionista de Bolsonaro e de seus ministros foi amplamente criticado por cientistas, políticos opositores e pela grande maioria da população brasileira.

Desse modo, o discurso de posse de Lula, no Planalto, em 2023, é amplamente distinto dos aspectos que identificamos em seu discurso na Convenção do PT em 1981, apresentando um material enunciativo quase que completamente oposto ao analisado anteriormente. Nesta seção, veremos que Lula, em seu pronunciamento, assim como todo enunciador, mostra-se responsivo a enunciados-outros, inclusive em relação a enunciados proferidos por si próprio, adquirindo ora uma posição valorativa de adesão, ora de oposição, tanto para com as suas quanto para com vozes alheias. Nesse sentido, observaremos, novamente, de que maneiras se

constroem os processos de dialogização entre as múltiplas vozes sociais que nascem e renascem no *continuum* enunciativo que é a linguagem em seu emprego vivo e concreto, pois, nas palavras de Bakhtin (2015):

O enunciado vivo, que surgiu de modo consciente num determinado momento histórico em um meio social determinado, não pode deixar de tocar milhares de linhas dialógicas vivas envoltas pela consciência socioideológica no entorno de um dado objeto da enunciação, não pode deixar de ser participante ativo do diálogo social (BAKHTIN, 2015, p. 49).

Volóchinov, em *A palavra na vida e a palavra na poesia* (2019, p. 269), compartilha dessa compreensão ao sustentar que o enunciado se constitui pelas condições materiais da realidade na qual se produz e tudo o que envolve esse processo enunciativo, como as particularidades, a ideologia, a pluralidade sociocultural que abarca determinado grupo linguístico, condicionando o sujeito e, conseqüentemente, sua produção enunciativa. A esse aspecto inerente à linguagem o autor russo dará o nome de *situação*. Além disso, a partir da participação inquestionável e substancial dos sujeitos de uma dada situação comunicativa, a enunciação pressupõe sempre uma antecipação de tais atores, o que Volochinov chama de *auditório do enunciado*. Nesse sentido, a construção do enunciado se dá na dinâmica existente entre dois campos: o verbal propriamente dito, ou seja, o que se comunica, e o extraverbal, representado pela situação e pelo auditório, elementos sem os quais seria impossível compreender o enunciado.

Ao campo extraverbal, Volóchinov (2017, p. 285) atribui duas características fundamentais, as quais são: o *espaço* e o *tempo*, o *objeto* ou o *tema* (isto é, o conteúdo do enunciado) e a *relação* dos falantes ao enunciado, o que ele intitula *avaliação*. Esses três elementos da interação discursiva constituem, por sua vez, a *situação* comunicativa e fazem com que o enunciado interno possua um aspecto exterior determinado, o que é condicionado “pela ação, pelo ato ou pela resposta verbal dos outros participantes do enunciado” e materializado nos gêneros do discurso (VOLÓCHINOV, 2017, p. 270), posto que a comunicação social pressupõe sempre um auditório e, portanto, uma adequação da estrutura, da ideologia e da finalidade discursiva ao auditório para o qual se enuncia (VOLÓCHINOV, 2017, p. 271).

É evidente na construção dos discursos de Lula o uso dos pronomes pessoais e possessivos, ora utilizando a primeira pessoa do singular para referir-se a si mesmo enquanto enunciativo, ora referindo-se na primeira pessoa do plural como ferramenta agregadora do próprio posicionamento ao qual profere o discurso. Da mesma forma, o uso da expressão “a

trabalhadora, coloca-se à parte dela, quanto a uma posição-sujeito que ainda se identifica com as condições materiais de existência dessa classe.

Em 2023, após um longo percurso como presidente da República por dois mandatos consecutivos — de 2003 a 2006 e de 2007 a 2010 —, Lula prepara-se para uma nova fase de sua vida política, enfrentando desafios particulares a um contexto sociohistórico de contínuas tentativas antidemocráticas decorrentes de mais de uma década de articulações e conciliações com a direita do país. A intenção aqui não é levantar uma discussão a respeito das origens de tais ocorrências no Brasil, ainda que seja inevitável desvincular a análise discursiva do episódio histórico que levou a isso. No entanto, vamos nos ater apenas às questões discursivas refratárias das situações imediatas de sua própria criação. Cabe-nos investigar, portanto, quem são os sujeitos imbricados na utilização do *nós* do discurso de posse lulista.

No início de seu discurso (2023), temos duas ocorrências do *nós*. Ao falar sobre a necessidade de unificar o Brasil novamente, Lula declara:

Somos todos brasileiros e brasileiras, e compartilhamos uma mesma virtude. *Nós* não desistimos nunca. Ainda que nos arranquem todas as flores, uma por uma, pétala por pétala, *nós* sabemos que é sempre tempo de replantio e que a primavera há de chegar e a primavera já chegou. (linhas 25-26, destaques acrescidos)

Nessa ocasião, vemos Lula investir em uma tentativa de sensibilizar o interlocutor ao empreender enunciados anteriores ao seu, ecoando vozes-outras que tratam de uma característica a respeito dos brasileiros, empreendendo um discurso concebido por múltiplas vozes sociais que atravessam o ideário histórico brasileiro e dialogando com uma noção popularizada de “perseverança do povo”. O emprego do *nós* nesse fragmento nos indica dois pontos: na condição de político já preso e cujos anos de governo foram marcados por inúmeras polêmicas, Lula demonstra investir na noção de resistência do povo brasileiro para, de certa forma, justificar sua quinta candidatura à presidência e terceira eleição, objetivando consolidar sua imagem como político inesgotável. Por outro lado, aparenta estabelecer, com isso, um sentimento de identificação por parte dos brasileiros, e agora o apelo se direciona não somente aos trabalhadores, como em 1981, mas a toda a população brasileira, independentemente de sua ideologia. O mesmo pode ser observado quando afirma: “*E volto a dizer com toda convicção, mesmo diante do quadro de destruição revelado pelo gabinete da transição: o Brasil tem jeito. Depende de nós, de todos nós. E vamos reconstruir este país*” (linhas 179-180).

A principal motivação de tal mudança valorativa e comportamental encontra-se no fato de que, diferentemente de 1981, Lula responde às particularidades da nova conjuntura investindo ainda mais na conciliação de classes. Uma das maiores diferenças existentes entre os dois enunciados analisados neste trabalho consiste na deslocação de Lula de um eixo axiológico estruturante a outro, isto é, do discurso contra-hegemônico para o hegemônico. O *nós* que antes referia-se somente à classe dos trabalhadores, revela em 2023 um signo que engloba todas as classes sociais. Podemos notar, assim, uma alteração também na direção do movimento axiológico, visto que agora seu discurso exerce a força centrípeta da língua, mas trataremos com mais atenção desse tema mais adiante.

Ademais, quando Lula afirma, na linha 23, que “*não existem dois Brasis*”, conseguimos visualizar a heterogeneidade do discurso e da cadeia de relações que institui a possibilidade de responsividade, ou seja, a dialogização das vozes sociais, que evoca a voz do outro para estabelecer em relação a ela um posicionamento antagônico. Com isso, a heteroglossia novamente se manifesta pela dinamicidade sógnica, posto que, para a extrema-direita que governou o país de 2019 a 2022, a ideologia burguesa da existência de dois Brasis é reforçada pela noção bolsonarista de governar somente para aqueles que compartilham dos mesmos princípios políticos. Dessa forma, fazer referência à inexistência de dois Brasis nos coloca diante de duas posições axiológicas em confronto dentro de um mesmo enunciado. Relativo a isso, Fiorin (2011) sustenta que:

todo enunciado é dialógico. Portanto, o dialogismo é o modo de funcionamento real da linguagem, é o princípio constitutivo do enunciado. Todo enunciado constitui-se a partir de outro enunciado, é uma réplica a outro enunciado. Portanto, nele ouvem-se sempre, ao menos, duas vozes. Mesmo que elas não se manifestem no fio do discurso, estão aí presentes. Um enunciado é sempre heterogêneo, pois ele revela duas posições, a sua e aquela em oposição à qual ele se constrói. Ele exhibe seu direito e seu avesso. (FIORIN, 2011, p. 23)

Já na linha 36, ao lembrar de sua posse na presidência em 2003²⁶, junto a José de Alencar, filiado ao Partido Republicano Brasileiro (PRB), de direita, Lula reitera os compromissos firmados no primeiro mandato que conseguiu efetivar em seu governo e emprega novamente o “*nós*”: “[...] e garantir a cada pessoa deste país o direito de tomar café da manhã, almoçar e jantar todo santo dia e **nós** cumprimos esse compromisso [...]”. Nesse

²⁶ A posse de Lula em 2003 é marcada por uma situação onde o Partido dos Trabalhadores se via compelido a adotar determinadas práticas de conciliação com o Capital financeiro, estabelecendo uma transição econômica que vinha sendo desempenhada pelo seu antecessor Fernando Henrique Cardoso. A conhecida “carta ao povo brasileiro” foi um dos marcos que possibilitou a primeira candidatura do Presidente Lula, mas que o colocou dentro da lógica neoliberal que delimitou os seguintes anos de seu mandato, sem perder o caráter assistencialista comprometido com os grupos mais desfavorecidos da sociedade brasileira.

momento, a posição enunciativa de Lula remete simultaneamente a uma reafirmação da noção presente em enunciados com os quais dialogiza - seus eleitores e aliados — e a uma posição valorativa de divergência para com os enunciados da oposição — os quais defendem a ideia de que seu governo não trouxe benefícios ao cenário econômico brasileiro. No entanto, é evidente que se direciona especialmente à oposição, caso contrário, não haveria necessidade de validação frente a um sujeito coletivo, ainda que o faça orientando seu enunciado também a um discurso com o qual se filia, em um processo dialético.

O *nós*, nesse caso em questão, possui como sujeitos os partícipes da administração do PT enquanto bloco governista e refrata uma conjuntura extremamente distinta à que veremos presente em outras ocorrências do pronome pessoal. Por tratar-se, nesse caso específico, das principais conquistas de seu primeiro mandato, cuja eleição ocorreu em 2002, a *situação*²⁷ (na visão bakhtiniana) intrínseca ao signo é a de um partido cujas bases eram os movimentos sociais e que, embora ainda pouco dialogize com discursos ideológicos relativos ao socialismo, mostra-se disposto a fazer qualquer coisa para ampliar seus votos (SINGER, 2009, p. 90). Além disso, trata-se de um *nós* que retrata um quadro político no qual tanto Lula quanto parlamentares petistas obtiveram maior desempenho nas regiões brasileiras menos desenvolvidas, o que difere de seu segundo mandato, por exemplo, em que Lula tinha preferência por parte dos eleitores dessas regiões, mas os parlamentares petistas, não (SINGER, 2009, p. 92). Nesse caso, portanto, estamos diante de um *nós* muito mais homogêneo e coerente quanto ao eixo axiológico ao qual se associavam enquanto partido no início de seu mandato.

Já na linha 113, Lula reitera mais uma vez os feitos políticos dos anos passados, mas agora se referindo aos governos dos dois mandatos anteriores: “*Nós mais que dobramos o número de estudantes no ensino superior [...]*”. Nessa ocorrência do *nós*, estão incluídos não somente os sujeitos do bloco parlamentar petista, mas também simpatizantes e políticos de outros espectros políticos que, atraídos pela nova e abrandada postura petista, optaram por ceder o voto. De acordo com Iasi (2016, p. 15),

Quando avaliamos o desenvolvimento das formulações do PT desde sua fundação até o momento que chega ao governo percebemos uma lenta mas evidente metamorfose que transita, em termos gerais, de uma postura de negação da ordem burguesa ao acomodamento nos limites desta ordem.

²⁷ Ver página 58.

Com isso, já podemos notar os indícios mais significativos de um discurso heterogêneo materializado na passagem de um eixo axiológico contra-hegemônico a um hegemônico, sobretudo devido à maior preocupação do partido em criar políticas que beneficiassem o Capital simultaneamente às de inclusão dos mais pobres, particularidade que fica ainda mais clara ao analisarmos a ocorrência a seguir:

Foi para combater a desigualdade e suas sequelas que *nós* vencemos a eleição. E esta será a grande marca do nosso governo, dessa luta fundamental surgirá um país transformado, um país grande e próspero, forte e justo, um país de todos por todos e para todos, um país generoso e solidário que não deixará ninguém para trás (linhas 95-99, destaques acrescidos).

Nota-se aqui uma clara mensagem relativa à intenção de não somente manter, mas de intensificar o projeto político de conciliação com partidos burgueses como vinha sendo feito nos governos anteriores. A maior demonstração disso está na escolha, primeiramente, de seu antigo adversário político nas eleições de 2006, Geraldo Alckmin (então filiado ao PSDB), como vice-presidente, bem como na nomeação de sua equipe ministerial composta por políticos de centro e centro-direita. Ou seja, apresenta-se um governo ainda mais tendenciado a por em prática as concessões exigidas pelo capital.

Dessa forma, é imperativo que a estratégia adotada por Lula segue sendo a de conciliação de classes, que, de acordo com Iasi (2016, p. 1), configura-se como um

suposto auto-aperfeiçoamento da ordem econômica, social e política existente por via da democratização da sociedade burguesa. As supostas ou reais diferenças entre os projetos em disputa acabam por aceitar a economia capitalista e a forma burguesa do Estado como pressupostos insuperáveis.

Declarar que “*É inadmissível que os 5% mais ricos deste país detenham a mesma fatia de renda que os demais 95% de pessoas*”, que “*seis bilionários brasileiros tenham uma riqueza equivalente ao patrimônio dos cem milhões mais pobres do país*” ou que “*um trabalhador ou uma trabalhadora que ganha um salário mínimo mensal leve 19 anos para receber o equivalente a que um super rico recebe em um único mês*” (linhas 72-78) pode fazer com que, precipitadamente, remetemos a uma concepção socialista de sociedade. Entretanto, é notório que a radicalidade discursiva de 1981 inexistente em 2023 e que afirmativas como essas, colocadas no mesmo discurso que defende uma “*sociedade verdadeiramente justa, democrática e de uma economia próspera e moderna*” (linha 63, destaques acrescidos) comprovam uma dissonância ideológica dentro do próprio enunciado. Posicionamentos axiológicos antagônicos são colocados lado a lado, refratando uma lógica política aparentemente vinculada tanto ao movimento centrípeto quanto centrífugo da linguagem.

Esse “nós” analisado, portanto, pouco ou quase nada tem em comum com aqueles empregados em 1981. Apesar de defender a existência de uma sociedade efetivamente justa, mas empregar a estratégica Democrático-Popular como política, coloca-se em contradição não somente com os enunciados do Lula sindicalista de 1981, mas também aos enunciados do próprio discurso atual, o que decorre do fato de que, embora uma nação capitalista desenvolva uma política próspera e moderna — como é o caso brasileiro —, ainda o fará mediante um sistema ancorado na exploração da força de trabalho dos sujeitos dominados e na acumulação de capital que disso resulta.

Em nossa época já não se pode acreditar piamente no encadeamento histórico inexorável das etapas do desenvolvimento econômico e social. Uma burguesia fortalecida sem lutas dá origem a uma sociedade nacional sem forças de oposição socialista. O que significa que poderá usar o Estado para qualquer fim, inclusive para se eternizar como substrato social das elites no poder. (IASI, 2016, p. 9)

Dessa forma, devido ao fato de o enunciado ser elaborado também em função de seu auditório, isto é, a um interlocutor que condiciona sua forma e o expressividade, convém considerar que a mudança de tom no discurso lulista está fortemente subordinado ao auditório para o qual se pronuncia. A entonação muito mais ponderada em 2023 remete-nos a efeitos de sentido antes inexistentes em seu discurso e que são resultado de uma conjuntura política atravessada por uma drástica polarização ideológica, o que impele o sujeito enunciadador a modalizar e moderar seus enunciados de forma que todos os brasileiros sintam-se contemplados em seu novo governo, independentemente da ideologia, raça, gênero, sexualidade ou classe social, o que fica bastante claro quando declara que “*é urgente e necessária a formação de uma frente ampla contra a desigualdade que envolva a sociedade como um todo*” (linhas 188-189) e recorda que, nos governos anteriores, investiu-se “*na agricultura familiar e nos pequenos e médios agricultores, responsáveis por 70% dos alimentos que chegam à nossa mesa e fizemos isso **sem descuidar do agronegócio**, que obteve investimento em safras recordes ano após ano*” (linhas 125-127, destaques acrescidos).

Contudo, como advertia Florestan Fernandes em um artigo publicado em 1989, essas frentes populares, que tinham como objetivo a democracia como instância final, deixaram de lado o questionamento fundamental a respeito do tipo de democracia que defendiam. Seria essa uma democracia fundamentada em um sistema de governo que institucionaliza a classe como meio social de dominação e, portanto, burguesa? Ou seria essa uma democracia socialista, que deve tomar como objetivo a eliminação das classes e o desenvolvimento da autogestão coletiva? No caso em questão, a primeira alternativa democrática estaria fadada a

forjar novas condições de exploração dos assalariados a partir de uma “solução negociada” pelo emprego de mecanismos de alternância entre promessa e repressão.

Caso semelhante pode ser verificado na linha 98. Ao usar “*país de todos, por todos e para todos*” ao se referir à necessidade de unificação dos brasileiros como forma de defender os valores democráticos até então ameaçados, Lula reforça a logomarca de seus governos antecedentes. Apesar de a logomarca da gestão atual ser “União e Reconstrução”, seu enunciado revela nuances significativas ao cenário político em questão, visto que, conforme Jorge (2017, p. 60), “País de todos” tem como objetivo realçar a diversidade brasileira e a imprescindibilidade de um governo inclusivo e comprometido com o abrandamento das desigualdades imperantes do Brasil da época, revelando-se a ideologia de igualdade entre os homens como pressuposto primordial, mas que desconsidera, na sociedade dividida em classes, é impossível haver uma efetiva igualdade.

Interessante analisar que, ainda que a logomarca do Governo Lula tenha mudado, a alusão feita ao slogan antigo produz efeitos de sentido relacionados tanto à atmosfera saudosista que imperava no auditório do discurso de posse para com os governos anteriores, quanto à tentativa de reforçar o fim da era de polarização política extrema no país. Ademais, os sentidos atribuídos ao slogan anterior permanecem, mas agora apresentando uma ressignificação devido à ampliação do horizonte social, visto que se orienta não especialmente aos pobres e às minorias — como era o intuito nas gestões passadas —, mas à sociedade brasileira como um todo, o que inclui o englobamento da burguesia ultraconservadora cujo voto não foi em Lula. Isso revela, ainda, a evocação das minorias, alvos da política extremista e discriminatória de Jair Bolsonaro, o que reforça as declarações feitas neste parágrafo (linhas 79-99). O dito não-dito.

Empregando mecanismo discursivo semelhante, Lula enuncia que:

Temos um imenso legado ainda vívido na memória de cada brasileiro e cada brasileira, beneficiário ou não das políticas públicas que fizeram uma revolução neste país. Mas não nos interessa viver do passado. Por isso, longe de qualquer saudosismo, nosso legado será sempre o espelho do futuro que vamos construir para este país. (linhas 103-107)

Nesse enunciado, podemos identificar que a negação produz efeitos de sentido contrários àquilo que se afirma. Ao dizer que “*não nos interessa viver do passado*”, recupera praticamente todo o discurso — cuja estratégia foi de reafirmar todos os feitos de suas gestões anteriores — para, aparentemente, moderá-lo, posto que o futuro seria a prioridade de seu

novo governo de forma dialético-dialógica; no entanto, ao empregar o tom de negação a esse enunciado precedente, acaba por reforçar a tentativa de obter uma atitude valorativa de reconhecimento e simpatia de seus interlocutores. Mais uma vez, estamos diante de um enunciado que, mesmo sem dizer, gera efeitos de sentido implícitos, mas convincentes.

Ainda referente à declaração acima citada, podemos perceber a utilização da palavra-enunciado *revolução*, sobre a qual convém uma análise mais demorada. Tendo como entendimento a concepção bakhtiniana de signo ideológico e de forças centrípetas e centrífugas que atuam por meio do signo, pode-se considerar que o sentido originalmente atribuído ao signo *revolução*, que consiste em um movimento de revolta cujo intuito é provocar mudanças estruturais na ordem social, normalmente com uso da força, perde-se em função do tom moderado com que Lula, perante as particularidades da conjuntura política atual, emprega seu discurso e busca amenizar a atmosfera de intolerância e de ameaça fascista que operou no poder nos últimos anos. Dessa forma, não se trata mais de uma revolução cujas aspirações são transformar as relações sociais de produção em busca de uma sociedade sem classes, mas apenas de empregar medidas economicistas, imediatistas em função da manutenção da ordem, na qual uma classe é explorada pela outra. Além disso, o caráter que palavras como “democracia” e “revolução” possuíam nos primeiros anos de PT mostravam uma orientação contra-hegemônica e, portanto, antissistema, enquanto a situação social de origem do discurso de posse consiste no fato de que Lula passa a configurar-se, devido à sua posição de presidente, como o próprio sistema capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a língua sob um viés dialógico permite-nos contemplar a dinâmica existente no emaranhado de fios ideológicos que se entrecruzam nas mais diversas formas discursivas e múltiplas vozes que se revelam na interação enunciativa viva e concreta. Sendo a existência material constituída de todos os fenômenos sociais e de todas as nuances ideológico-dialéticas que, ao encontrarem-se e interagirem na cadeia de responsividade da língua, adquirem posições valorativas que podem vir a estabelecer uma relação de contradição entre si, o evento social da interação verbal prefigura-se como um fenômeno imperiosamente ininterrupto e mutável.

Sendo a prática discursiva, portanto, uma manifestação das distintas visões de mundo que tem a língua como realidade material, o ato enunciativo não é senão o resultado da necessidade de interação entre sujeitos historicamente situados e condicionados terminantemente às relações sociais de produção em vigor. Desse modo, é inevitável que a heteroglossia dialogizada seja uma veemente materialização do complexo de vozes sociais que, em um processo altamente heterogêneo de fusões e difusões, manifesta os índices valorativos próprios de cada classe social.

Dessa forma, captar a complexidade enunciativa-dialógica presente nos discursos políticos de um líder sindical que, na década de 1980, proferia fervorosos discursos sobre a conquista do socialismo democrático e, 40 anos depois, subia pela terceira vez ao cargo máximo de Presidente da República é, de fato, uma tarefa desafiadora. Não apenas por já ser desafiadora, em si mesma, a tentativa de compreender o melindroso processo político por trás de todos esses eventos anteriores e posteriores aos referidos discursos, mas principalmente por buscar no próprio evento social da interação verbal os aspectos que ora foram empregados para contrapor-se a uma política hegemônica, ora para reforçar, a partir de enunciados movidos pela força centrípeta da língua, justamente a posição antes rejeitada de fomentação burocrática ao Estado enquanto (ainda) repressivo e comprometido a defender os interesses da burguesia.

Contudo, tendo em conta que a finalidade deste trabalho era o exercício de observar e caracterizar, à luz dos preceitos bakhtinianos e da concepção marxista da linguagem, as modificações sígnicas presentes em ambos os discursos decorrentes do fenômeno inerente à interação comunicativa da heteroglossia, esta se fez mais e mais latente do ponto de vista

dialógico e dialético, uma vez que, ainda que as palavras se assemelhem ou se repitam em situações comunicativas determinadas e irrepetíveis, o que chama mais atenção é o processo de ressignificação pelo qual elas passam no que se refere ao seu emprego em ambos os discursos, os quais são, por meio da linguagem, a materialização e refração de momentos históricos completamente distintos e, por vezes, antagônicos.

Outro aspecto que se sobressai quanto à construção de sentido dos enunciados em questão é a forma como Lula vale-se de um mecanismo dialético, na medida em que busca reformular sua posição frente ao povo brasileiro como maneira de, supostamente, não retornar ao passado (aqui entendido pelo período de Bolsonaro, Temer e do próprio PT em momentos de crise), mas que se utiliza justamente desse momento pretérito como recurso de memória e de ressignificação ao buscar provocar em seu auditório social uma atividade responsiva de aprovação. Esse caráter dialético do discurso também se apresenta na fala de 1981, quando busca direcionar, sob amplo apoio da classe trabalhadora, o de-vir do partido rumo ao socialismo anti-imperialista, ainda que por dentro da ordem burguesa. Novamente, estamos diante de um complexo sistema posições axiológicas e vozes-outras que compõem a enunciação dialógico-dialética, que se evidencia no discurso heteroglóssico.

Sendo assim, visto que o indicador mais suscetível a desvelar as inúmeras e lentas transformações sociais é, por excelência, a palavra (VOLÓCHINOV, 2017), é a partir dela que se manifestam as infinitas nuances e contradições características de cada época histórica analisada neste trabalho, através de um processo a partir do qual é possível identificar as forças centrífugas e centrípetas atuando lado a lado, em um constante movimento de apropriação do signo e, conseqüentemente, da ideologia hegemônica, o que se vê claramente nas disputas travadas pelos signos *democracia*, *socialismo* e *companheiros*, por trás das quais, depois de quatro décadas, atua com muita mais força o movimento centrípeto, quase que completamente vinculado ao eixo axiológico concernente aos discursos da classe dominante.

Nesse sentido, a palavra-enunciado, enquanto elemento modificador das transições sociais, adquire movimento nos discursos analisados neste trabalho, de modo que, em 1981, opera como uma espécie de catalisador da força das greves no interior das fábricas contra a ditadura empresarial-militar e da efervescência oriunda da compreensão dos trabalhadores como classe em si, para si e para além de si (IASI, 2006). Nesse contexto, o emprego do nós apresentava-se como recurso discursivo de delinear as fronteiras dentro das quais situavam-se sujeitos individuais e coletivos - trabalhadores, militantes, artistas, acadêmicos, movimentos

populares - que partilhavam de uma mesma aspiração que tinha como horizonte o socialismo democrático. No entanto, como evidenciou-se no decorrer das análises linguísticas aqui empreendidas, a defesa do socialismo em pauta no discurso lulista, ainda que este fosse proferido com um tom consideravelmente mais radical e contra-hegemônico em 1981, demonstrava uma afiliação aos discursos do socialismo conservador ou burguês.

O pronunciamento de posse de 2023, por sua vez, além de outro auditório direto e indireto, constitui-se a partir de um cenário permeado por um discurso cujos elementos verbais e extraverbais evidenciam uma mudança tanto de tom quanto de atitude valorativa em relação àquilo que se defendia em 1981, no auge da efervescência da luta dos trabalhadores e do processo de abertura democrática no país. O discurso que profere em 2023 mostra-se muito mais moderado, o que, entre outros fatores, é decorrência de uma situação histórica concreta resultante de anos de um governo inicialmente com aspirações socialistas que levou a classe trabalhadora a uma profunda letargia. Assim, o processo de refração dialética da existência no signo é novamente indicativo de elementos extraverbais sem os quais o enunciado em questão perderia toda sua significação.

Como consequência desse estado, a democracia brasileira viu-se mais uma vez ameaçada por tentativas da direita ultraconservadora de estabelecer uma agenda que pretendia ainda menos direitos à maior parte da sociedade brasileira em detrimento de uma minoria, de forma que o horizonte de interlocutores — presentes ou destinatários — do discurso de Lula, nesse contexto, passa por uma ampliação que exige do ex-sindicalista uma postura muito mais tendenciada à ideologia hegemônica. Dessa forma, não somente o auditório, mas também a noção do “nós” é ampliada, manifestando a perda do rumo ao socialismo e a perda de radicalidade de um discurso cujo caráter antes disruptivo mostra-se, agora, esvaziado de sua função política de quatro décadas atrás.

Por fim, a intenção deste trabalho não foi mostrar a imutabilidade dos discursos, tarefa esta que seria uma tremenda armadilha da noção idealista da linguagem. Buscou-se, sim, reconhecer na dinamicidade semiótica inata aos enunciados e, conseqüentemente, no enunciador que não se desvincula das múltiplas vozes que carrega, o processo de dialogização das vozes sociais através do signo enquanto arena na qual se dá a luta de classes. A colisão entre essas muitas vozes e a disputa por meio do signo entre as forças dialógicas é o que garante à linguagem e à criação ideológica o encadeamento de sua natureza, que é sempre viva, dialética e, portanto, ininterrupta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. **Teoria do romance I: a estilística**. Tradução, prefácio, notas e glossário de Paulo Bezerra; organização da edição russa de Serguei Botcharov e Vadim Kójinov. São Paulo: Editora 34, 2015.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da linguagem**. Editora Hucitec. São Paulo, 1992.

BAKHTIN, M. M. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. São Paulo: HUCITEC, 2002.

BALDI, L. A. de P. **A categoria ideologia em Marx e a questão da falsa consciência**. In Rev. katálysis 22 (03), Florianópolis, set-dez, 2019.

BARRADAS, L. F. D. **Marx e a Divisão do Trabalho no Capitalismo**. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - Mestrado, Universidade Federal do Alagoas - UFAL, 2012.

BELLO, M. S. **Entre o Fogo e a Eletricidade: o Nós em pronunciamentos de Luiz Inácio Lula da Silva (1979-2018)**. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária e Crítica da Cultura) - Universidade Federal de São João Del-Rei. Minas Gerais, p. 190. 2020.

CARDOSO, D. **A Dialética nos escritos do Círculo de Bakhtin**. In: Revista Letrônica do PPGL - PUCRS, Vol. 9. Porto Alegre, 2016.

CASTRO, J. PT: **Dos Trabalhadores à Ordem uma análise da política de conciliação de classes a partir da Carta aos Brasileiros**. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais - Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017.

CAVALCANTE FILHO, U; TORGA, V. **Língua, Discurso, Texto, Dialogismo e Sujeito: compreendendo os gêneros discursivos na concepção dialógica, sócio-histórica e ideológica da língua(gem)**. I CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS, VITÓRIA-ES, 2011.

CEREJA, W. **Significação e Tema**. In: BRAIT, B.(Org.) Bakhtin: conceitos-chave. Editora Contexto, São Paulo, 2005.

COELHO, E. **Uma esquerda para o capital. Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)**. 2005. 549f. Tese. (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

COSTA, L. R. Ideologia, forças produtivas e processos de significação: a palavra *selfie* como signo ideológico. In: **Alfa, Rev. Linguíst** 61 (1), 2017.

DAMIÃO, P. H. S. **A Justiça do Trabalho como palco de disputas: entre estratégias e discursos**. Revista Cantareira, n. 34, 25 jan. 2021.

DIAS, F. L. **Apontamentos sobre a relação entre consciência e linguagem a partir de Bakhtin e Volóchinov**. In: Revista Mandinga de estudos linguísticos. Vol. 04, Nº 01. Redenção-CE, 2020.

FARACO, C. A. **Linguagem & diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FERNANDES, F. **Reflexões sobre a construção de um instrumento político**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

FLORESTAN, F. **Democracia e Socialismo**. Revista Crítica Marxista, n. 11, 2000.

FLORESTAN, F. **O que é revolução**. Editora Brasiliense, São Paulo, 1981.

FERNANDES, F. **Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”**. São Paulo: Hucitec, 1979.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FIORIN, J. L. de. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2011.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Discurso Luiz Inácio Lula da Silva**. São Paulo, 1981. Disponível em: <<https://siac.fpabramo.org.br/searchAcervo/23>>. Acesso em: 05 set. 2023.

IASI, M. **Metamorfoses da consciência de classe**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

IASI, M. **O PT e a Revolução Burguesa**, 2016. Disponível em: <<https://es.scribd.com/document/297694467/O-PT-e-a-Revolucao-Burguesa-No-Brasil-Mauro-Luis-Iasi#>> Acesso em: 19 ago. 2023.

JORGE, A. **Comunicação do Governo Federal e identidade brasileira: análise das logomarcas dos governos Lula e Dilma**. Signos do Consumo, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 55-66, jan./jun. 2017.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

LÊNIN, V. I. **Democracia Burguesa e Democracia Proletária**. In: <https://www.marxists.org/>, 1918. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1918/renegado/cap02.htm>>. Acesso em: 19 ago. 2023.

LÊNIN, V. I. **O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LÖWY, M. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2015. p. 17-45.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846) / Karl Marx, Friedrich Engels; supervisão editorial, Leandro Konder; tradução, Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MEDVIÉDEV, P. **O método formal nos estudos literários**: Introdução crítica a uma poética sociológica. Tradução de Ekaterina V. Américo e Sheila C. Grillo. São Paulo:Contexto, 2012 [1928].

NARZETTI, C. **A Filosofia da Linguagem de V. Volóchinov e o conceito de Ideologia**. In: Revista Alfa, Nº 57, Vol 02. São Paulo, 2013

OLIVEIRA, R. A. de. **A concepção de trabalho na filosofia do jovem marx e suas implicações antropológicas**. In: Revista Kínesis, v. 2, n. 3, p. 72 – 88, 2010.

PALUDO, C. **Educação Popular em busca de alternativas**: uma leitura desde o Campo Democrático e Popular. Tomo Editorial, Porto Alegre, 2001.

PIRES, V. L. **Dialogismo e alteridade ou a teoria da enunciação em Bakhtin**. In: Organon, Porto Alegre, v. 16, n. 32-33, 2002.

PIRES, V. L.; KNOLL, G. F; CABRAL, E. **Dialogismo e Polifonia**: dos conceitos à análise de um artigo de opinião. In: Revista Letras de Hoje, V. 51 - nº1, Porto Alegre, 2011.

RODRIGUES, R, H. **Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem**: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J.L; BONINI, A; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.) Gêneros: teorias, métodos e debates. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

SANTOS, Í. L. da S.; OHUSCHI, M. C. **A produção valorada e a consciência socioideológica de alunos do 8º ano**. Educação em Foco, [S. l.], v. 26, n. Especial 03, 2021.

SILVA, C. E. F. da. **Enunciado, diálogo, discurso**: o Círculo de Bakhtin como fonte de recursos para estudos em comunicação. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social) — Universidade de Brasília. Brasília, p. 78. 2020.

SILVA, C. G. da. **Uma reflexão bakhtiniana sobre a palavra e seus sentidos**: signo ideológico, significação e tema em perspectiva dialógica. Cadernos do IL, [S. l.], n. 52, p. 440–460, 2017.

SINGER, A. **Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo**. In: Revista Novos Estudos Cebrap. 2009.

UOL. **Leia na íntegra os discursos de Lula na posse**. São Paulo, 1 jan. 2023. Disponível em:
<<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/01/posse-lula-discursos-congresso-planalto-integra.htm>.. Acesso em: 05 set. 2023.

WERNER, K. C. G. **O funcionamento semântico-enunciativo da palavra companheiro em discursos políticos de Lula**. In: Revista Entretextos, Londrina, v. 18, n. 2, p. 143 –167, 2018.

WIELER, B. L. M. **Interação, Heteroglossia e discurso na #maternidadereal**. In: Revista Bakhtiniana, nº 18, vol. 2, São Paulo, 2002.

WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979

VIANNA, R. **A linguagem pela perspectiva do Círculo de Bakhtin**. In: Revista Odisseia, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 19 – 33, 2019

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólvoka Américo. São Paulo: Editora 34, 2017 [1929].

ZANDWAIS, A. **O papel das leituras engajadas em Marxismo e filosofia da Linguagem**. Conexão Letras, v. 4, n. 4. p.31-40, 2009.

ZORNETA, R. **A Esquerda no labirinto: processo de americanização dos sindicatos e o surgimento da nova esquerda no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Araraquara, p. 232. 2018.

ANEXOS

ANEXO 1

DISCURSO DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

NA 1ª CONVENÇÃO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES²⁸

Companheiros e companheiras,

Em nome da Comissão Nacional do Partido dos Trabalhadores, e em meu próprio nome, quero expressar às companheiras e aos companheiros a grande alegria com que vemos a realização desta nossa Primeira Convenção Nacional. A Lei de Reforma Partidária, com todos os seus formalismos, com todos os seus detalhes, não conseguiu esfriar nosso entusiasmo. Embora divergindo do autoritarismo que inspira a lei dos partidos, ela foi cumprida nesta convenção, como tem sido cumprida em todas as atividades do Partido dos Trabalhadores desde o seu início. E chegamos, hoje, cumpridas todas as exigências legais, à Convenção Nacional, que nos permite obter o registro definitivo do nosso Partido.

SUPERANDO OS OBSTÁCULOS

Aprovamos aqui, como manda a lei, os nossos estatutos e o nosso programa, e elegemos o nosso primeiro Diretório Nacional. Todos os que vêm acompanhando a formação de nosso partido sabem que nem os nossos estatutos, nem o nosso programa, nem os nomes que integram o Diretório Nacional surgiram para o debate apenas no momento desta convenção. Eles vêm sendo discutidos pelas bases do Partido há bastante tempo, nas nossas convenções e pré-convenções municipais e regionais, assim como na Pré-convenção Nacional, que realizamos em São Paulo, em agosto passado.

Porém, companheiros, mesmo a legislação partidária sendo restritiva, como é, provamos a toda a nação que não existe lei capaz de impedir a organização e a prática democráticas da classe trabalhadora. Fomos além do que a lei exigia: criamos mecanismos internos de participação democrática, sistemas de consulta, sistemas de pré-convenções, multiplicando os debates internos, permitindo ao maior número possível de nossos militantes e filiados ampla participação em todas as decisões. O Partido dos Trabalhadores nasceu dos

²⁸ Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

que nunca tiveram vez e voz na sociedade brasileira.

Para nós, a realização desta Primeira Convenção Nacional do PT significa mais que mero cumprimento de exigências legais. Por isto, esta Convenção se realiza num clima de festa e de luta. É festa porque o Partido dos Trabalhadores é, como já disse, “uma criança inesperada”. E o clima de luta tem razão de ser porque, como toda criança inesperada, o Partido dos Trabalhadores tem que continuar lutando para continuar vivendo, sobretudo tem que continuar lutando para continuar crescendo.

A verdade é esta, companheiros: nosso partido está aí, um menino que ninguém, além de nós, queria; um menino que nasceu contra a descrença, a desesperança e o medo. Dizemos que é um menino porque ele não tem mais de dois anos e meio.

Essa criança provou que seria forte no Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, realizado em dezembro de 1978, em Lins.

Começou a engatinhar no Congresso Nacional dos Metalúrgicos, em Poços de Caldas [Minas Gerais], em junho de 1979. E só conseguiu dar seus primeiros passos quando saiu às ruas para participar das lutas de nosso povo contra a opressão e a fome.

Muitos duvidaram de nós, e ainda hoje há aqueles que ousam duvidar da capacidade de organização política dos trabalhadores. No início, diziam que éramos um partido dos trabalhadores de macacão, obreirista, limitado, estreito e fechado aos demais setores da sociedade. Se o Partido estava apenas nascendo, como é que esses eternos descrentes na capacidade política dos trabalhadores brasileiros poderiam saber tanto a nosso respeito? O Partido dos Trabalhadores nasceu dos operários de macacão e se orgulha de ter nascido de macacão.

Tínhamos consciência de que, independente do setor social a que pertencessem, os que acreditavam na classe trabalhadora, mais cedo ou mais tarde, estariam ao nosso lado. Foi com imensa alegria que recebemos, como primeiro intelectual a aderir ao Partido, este trabalhador das artes chamado Mário Pedrosa, há mais de 50 anos dedicando sua vida à luta dos trabalhadores brasileiros. Depois do Mário, que homenageamos hoje, outros vieram; o que há de melhor na cultura e na intelectualidade brasileira. Bastou que isso acontecesse para que surgissem os eternos descrentes, dizendo que o PT, embora nascido dos trabalhadores, se converteria em partido de intelectuais, inviável como todos os outros. Aqui, é preciso que se

diga com toda a clareza: o Partido dos Trabalhadores não pede atestado de ideologia ou carteira profissional a quem quer que seja, mas sim disposição de luta, fidelidade ao nosso programa e ao nosso estatuto. Dentro do Partido, somos todos iguais, operários, camponeses, profissionais liberais, parlamentares, professores, estudantes etc.

O que esta Convenção Nacional prova a todos os descrentes, todos os desesperados e a todos os medrosos é que o Partido dos Trabalhadores é e sempre foi inteiramente viável. Vale a pena lembrar algumas coisas, companheiros. Quando partimos, em junho deste ano, para a formação das nossas comissões municipais, os descrentes diziam: “O PT não conseguirá”. Nós conseguimos, e formamos 627 em todo o País. Quando partimos, no início deste ano, para a campanha de filiação, os descrentes diziam: “O PT é inviável”. Conseguimos, e somos, hoje, perto de 300 mil em todo o País.

Hoje, ao realizarmos a nossa Convenção Nacional, há quem duvide do próximo passo. Há quem pense que o PT não conseguirá os 5% dos votos, exigidos em lei, nas eleições de 1982; que o PT não conseguirá os 3% dos votos em nove estados. Nós, petistas, temos certeza de que voto não será nosso problema, pois já somos um partido de massas. O grande desafio que temos pela frente é não incorrer nos mesmos erros daqueles que pretenderam falar em nome da classe trabalhadora sem ao menos ouvir o que ela tinha a dizer.

O Partido dos Trabalhadores é uma inovação histórica neste país. É uma inovação na vida política e na história da esquerda brasileira também. É um partido que nasce do impulso dos movimentos de massas, que nasce das greves e das lutas populares em todo o Brasil. É um partido que nasce da consciência que os trabalhadores conquistaram após muitas décadas de servirem de massa de manobra dos políticos da burguesia e de terem ouvido cantilenas de pretensos partidos de vanguarda da classe operária. Só os trabalhadores podem conquistar aquilo a que têm direito. Ninguém nunca nos deu, ninguém nunca nos dará nada de graça.

SEM CONFUNDIR SINDICALISMO E POLÍTICA PARTIDÁRIA

Nosso partido nasceu como expressão política da luta sindical. A maioria dos nossos dirigentes continua no movimento sindical, e nele encontra a fonte de suas energias e a representatividade de sua prática política. Entretanto, desde os nossos primeiros passos, o PT jamais confundiu política partidária com sindicalismo e nem admitiu fazer do movimento sindical uma correia de transmissão do Partido. Defendemos, sempre, a autonomia do sindicalismo frente aos partidos políticos. O sindicato é uma ferramenta de luta de todos os

trabalhadores, independente das preferências partidárias que tenham. Como partido, não devemos incorrer, jamais, no erro que denunciemos no governo: o paternalismo e a tutela do movimento sindical. Se lutamos por autonomia e liberdade sindicais, é não somente frente ao Estado, mas também frente aos partidos.

Acusam-nos de termos abandonado o sindicalismo para fazer política. Isso não nos preocuparia se companheiros da base não fossem, muitas vezes, sensíveis a essa argumentação. Por isso, é a esses companheiros que nos dirigimos, e não a carreiristas que roubam do trabalhador o direito de fazer política.

Companheiros: em nosso país, o sindicato, controlado pelo governo, não é suficiente para mudar a sociedade. O sindicato é a ferramenta adequada para melhorar as relações entre o capital e o trabalho, mas não queremos só isso. Não queremos apenas melhorar as condições do trabalhador explorado pelo capitalista. Queremos mudar a relação entre capital e trabalho. Queremos que os trabalhadores sejam donos dos meios de produção e dos frutos de seu trabalho. E isso só se consegue com a política. O Partido é a ferramenta que nos permitirá atuar e transformar o poder neste país. Em nossa luta, a atividade partidária deve completar a sindical, sem que uma queira substituir ou excluir a outra.

Em todos esses anos, desde que surgiu o Partido, jamais nos afastamos do sindicalismo – e não há cassação, prisão ou condenação que nos afaste da luta sindical. Alguns companheiros dizem que, como dirigentes do PT, já não devemos “perder tanto tempo indo à porta de fábricas”. Queremos deixar bem clara uma coisa: no dia em que dirigentes do PT não puderem mais ir às portas de fábrica, aos locais de trabalho, ou lá onde se luta pela terra, é melhor fechar o PT. Não somos um partido de gabinetes, de salas atapetadas, de conchavos nos bastidores. É lá na porta da fábrica, no local de trabalho, na luta pela terra, na periferia que nos abastecemos, que aprendemos com o povo, que corrigimos a direção de nosso projeto político, que reafirmamos a nossa fidelidade ao trabalhador brasileiro.

PELA CONSTRUÇÃO DA CUT

Hoje, o movimento sindical passa por um momento muito importante: o da criação da Central Única dos Trabalhadores, de cuja comissão executiva preparatória fazemos parte.

Enquanto lutamos pela construção da Central Única, alguns nos acusam de defender o

pluralismo sindical. O que defendemos, companheiros, é antes de tudo a liberdade de as várias tendências existentes entre os trabalhadores se fazerem representar no movimento sindical. Mas isso não significa e nem pode significar sindicato paralelo ou uma central de trabalhadores pela cabeça.

A liberdade e a representatividade que queremos no sindicalismo brasileiro não admite que uma tendência se arvore em padroeira da unidade, da qual devemos ser todos fiéis devotos, sob pena de heresia ou excomunhão política. Não é em aliança com pelegos que faremos a unidade do movimento sindical, mas sim na luta, nas campanhas, nas greves. Quem não vai à luta não tem o direito de falar em unidade, pois faz o jogo do patrão e do governo, que é o de domesticar e dividir o sindicalismo brasileiro. E quem pode nos acusar de não lutar junto com a classe trabalhadora?

O Brasil é, certamente, um dos raros países deste continente que jamais conheceu uma reforma agrária. Temos tanta terra e tão poucos proprietários, embora o governo se diga defensor da propriedade... A única *reforma agrária* que nosso país conheceu foi quando a metrópole portuguesa o dividiu em capitânicas hereditárias. E essa divisão prossegue. A terra passa, hereditariamente, para as mãos de cada vez menos proprietários, com maiores extensões de áreas improdutivas. As multinacionais aceleram a exploração capitalista no campo e reforçam o latifúndio, expulsando milhares de famílias, que já não têm para onde emigrar. Neste país tão grande, o lavrador sem terra já não tem para onde ir. Só lhe resta uma alternativa: lutar!

TODO O APOIO À LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA

O PT apóia e apoiará sempre a luta pela reforma agrária, pelo direito à terra para quem nela trabalha, pelos melhores preços dos produtos dos agricultores com a eliminação dos atravessadores ou intermediários. É por isso que estamos sendo processados na Amazônia; mas os processos não nos assustam. Assustam-nos as milhares de famílias sem o pequeno pedaço de chão de onde extrair os frutos necessários à vida. Assustam-nos os grileiros, os jagunços e os capangas, que são o braço armado, acima da lei, dos que juntam terras como mero capital a ser valorizado pelo tempo e pela economia inflacionária que pesa sobre nós.

Temos viajado por todos os recantos deste país. Consideramos que o problema da terra é, sem dúvida, o mais grave em nossa conjuntura. É ele que provoca os ciclos migratórios, a inchação das favelas nas cidades, o aumento do preço dos gêneros de primeira necessidade,

os gastos com a importação de produtos, que, em princípio, são típicos do nosso solo. Como os lavradores, estamos cansados de esperar uma solução, e já não acreditamos em estatutos que não saem do papel. Só nos resta apoiar a luta de quem vive da terra, fortalecer o sindicalismo rural, criar condições para maior entrosamento entre cidade e campo. O PT sabe que o homem da terra está fazendo uma reforma agrária por suas próprias mãos. Como partido, é dessa luta que queremos colher os elementos concretos, práticos, que nos permitirão definir uma política precisa sobre a questão da terra. Não cabe a nós, da cidade, definir o que é bom para os companheiros do campo. Cabe a vocês, companheiros da área rural, ensinar-nos o que devemos fazer, como devemos agir, em que podemos apoiá-los. Somos um partido dos trabalhadores da cidade e do campo. E é desta união que germinam as sementes de nossa proposta partidária.

Decorrente da falta de liberdade sindical e da inexistência de uma reforma agrária, afeta gravemente a vida dos trabalhadores brasileiros, hoje, o desemprego – fruto amargo da falida política econômica adotada pelo regime vigente. A economia atual rege-se pelas flutuações do mercado e não pelas necessidades da nação. Esse modelo capitalista é essencialmente perverso e não cremos que ele possa ser remediado. Mas não podemos esperar a mudança do sistema enquanto os desempregados engrossam o contingente de marginais, de prostitutas, de párias sociais. Temos que lutar agressivamente por mais empregos, pela estabilidade no emprego, pelo salário-desemprego, pelo salário mínimo real unificado. E um pequeno, mas importante, passo nessa luta será dado no próximo 1º de outubro, Dia Nacional de Luta, quando iremos às ruas manifestar o nosso descontentamento e as nossas reivindicações mais urgentes.

COM OS NEGROS, AS MULHERES, OS ÍNDIOS

Mudou muito o cenário político de nosso povo nestes últimos anos. Outrora se acreditava que só os partidos e os grupos políticos eram capazes de centralizar a organização do movimento popular. Hoje, porém, reconhecemos que os melhores frutos são aqueles que, como o nosso partido, têm suas raízes firmadas nas múltiplas formas de organização existentes no campo, nos bairros, nas periferias, nos centros de trabalho e de estudos, nos setores que têm interesse específico a defender, como as mulheres e os negros. Graças ao movimento popular, o movimento sindical teve maior expressão nos últimos anos. Enganam-se os que ainda pensam que só nas fábricas se apóia o sindicalismo brasileiro.

No bairro da cidade ou no local de moradia da roça, os trabalhadores têm mais liberdade para se encontrar, para se reunir, para se organizar e levar adiante suas lutas sindicais, com a participação de suas esposas, de seus filhos e de seus vizinhos. Graças a essa extensa rede de movimentos populares é que o PT se afirma como expressão política que nasce de baixo para cima.

Não admitimos que as creches, os clubes de mães, as associações de moradores, os movimentos de favelas, os grupos de luta pela terra, as entidades feministas, os núcleos artísticos e demais formas de o nosso povo se organizar na base sejam manipulados como currais eleitorais ou tratados à base do clientelismo político. Reconhecemos a autonomia do movimento popular frente ao Estado e aos partidos políticos. É fundamental para a libertação deste país que os moradores de um bairro ou os posseiros de uma região – independente de suas preferências partidárias – possam se encontrar na base, em torno de suas lutas específicas. Se temos, como militantes políticos, um papel junto aos movimentos populares é o de ajudá-los em sua educação política, sem, porém, induzi-los à nossa opção partidária.

Fazer política não é só militar no Partido ou nos partidos. É também participar da luta pelo esgoto do bairro e pelo melhor preço da safra no campo. É modificando, em cada lugar deste país, as relações sociais e as relações de produção que o nosso povo chegará, um dia, a modificar em todo o País as relações de propriedade, suprimindo a contradição entre o capital e o trabalho. Por isso, não admitimos que o movimento popular seja reflexo ou extensão de nossa atividade partidária; não queremos tutelá-lo. Ao contrário, é o nosso partido que deve exprimir os anseios do movimento popular, consolidando-os politicamente.

É importante dizer uma palavra sobre o movimento de mulheres, forma de organização específica que se multiplica por este país. Frente à cultura machista que respiramos, às estruturas de uma sociedade tida como exclusiva obra masculina, reconhecemos o direito e o dever de as mulheres lutarem por seus direitos, libertando-se da condição de objeto de cama e mesa, de serem destinadas unicamente a procriar, de escravas do lar, de trabalhadoras super exploradas.

A luta das mulheres deve ajudar a nós, homens, a nos reeducarmos na direção da sociedade igualitária que queremos construir juntos. Entretanto, estamos convencidos de que essa luta não pode desligar-se da luta global de todos os brasileiros por sua libertação. A questão feminina não interessa só às mulheres e nem se reduz à conquista de liberdades

personais que, por vezes, são meros paliativos burgueses. Homens e mulheres, juntos, devemos lutar incessantemente pela emancipação das companheiras que são escravizadas nas roças e nas fábricas, que enfrentam a maternidade com insegurança e medo, que prostituem seus corpos por não terem outro meio de vida, e que jamais tiveram como exprimir sua palavra.

Há, em nosso País, uma discriminação racial genericamente velada. Um negro, porém, sabe o quanto essa discriminação, que para os brancos pode parecer velada, é real, agressiva, profunda. Ele a sente na pele. Por isso, devemos apoiar a organização dos negros por seus direitos em nossa sociedade, ainda que isso venha a descobrir, à luz do sol, o racismo que carregamos nas entranhas. Desde os escravos, os negros lutam, no Brasil, por sua libertação. Os quilombos foram conquistas mais decisivas para se acabar com a escravidão que o pretense liberalismo da coroa portuguesa ou dos republicanos mancomunados com o capital inglês. Por isso, defendemos o direito de os negros manifestarem sua cultura, sua palavra, seus anseios.

Somos pelo direito de as minorias se organizarem e defenderem o seu espaço em nossa sociedade. Não aceitaremos que, em nosso partido, o homossexualismo seja tratado como doença e muito menos como caso de polícia. Defenderemos o respeito que merecem essas pessoas, convocando-as ao empenho maior de construção de uma nova sociedade.

Acusamos a Funai de não respeitar os direitos das nações indígenas em nosso país. Denunciamos o Incra e o latifúndio como principais responsáveis pela invasão das reservas indígenas e dos parques que possuem por tradição e direito. Somos solidários à causa indígena, ao movimento União das Nações Indígenas, a que falem seus próprios idiomas e preservem sua própria cultura. Não aceitamos que o índio seja tratado como peça de folclore. Embora, erradamente, tenhamos aprendido a tratar as tribos como selvagens, na verdade, muito temos a aprender de humanidade, de socialização, de respeito à natureza e de amor à vida com os indígenas.

CONTRA A LSN, PELO DESMANTELAMENTO DO APARELHO REPRESSIVO

Companheiros! Pesa sobre nós e sobre todos os que, neste País, lutam pela justiça e pela liberdade, a odiosa Lei de Segurança Nacional. Não podemos cessar a nossa resistência ao

regime autocrático, implantado no Brasil por golpe de Estado em 1964, enquanto esta lei existir, legitimando o aparelho repressivo. Cabe a toda a nação manifestar o seu repúdio a essa legislação. O Estado de Direito só será restabelecido quando ela se constituir vergonhosa lembrança para nossos juristas e magistrados e o aparelho repressivo for totalmente desmantelado, sem que o poder seja cúmplice do terror.

Não vemos a abertura como um presente dos deuses. Antes, ela foi uma conquista dos movimentos populares, da luta sindical, das campanhas pela anistia, dos protestos das Igrejas e demais setores de nossa sociedade civil. Em certo momento, os arautos do regime viram que era mais conveniente entregar os anéis que correr o risco de perder os dedos. A nova conjuntura internacional exigia que o Brasil tivesse um aspecto um pouco mais democrático. Não nos iludamos, porém. A abertura foi apenas por cima, na tampa da panela. Por baixo, a panela continua vazia e nada se alterou na vida oprimida da classe trabalhadora. A abertura não chegou à zona rural, às favelas, aos bairros da periferia. O povo sofrido desta nação continua tão excluído da vida política quanto antes – e quando assume a luta por seus direitos, é tratado como caso de polícia. Cabe, pois, ao PT incentivar a nação à conquista de uma abertura real, na qual o poder tenha caráter democrático e natureza popular.

Algumas coisas é preciso deixar bem claro: somos um partido legal, um partido de massas, aberto a todos os brasileiros que aceitem o nosso programa político e o assumam em sua prática social. Não surgimos para dividir a oposição, pois jamais aceitamos que a bitola partidária do regime autocrático fosse critério de unidade. Surgimos das lutas da classe trabalhadora neste país. E se não representássemos uma significativa parcela do nosso povo, não teríamos o notável crescimento que estamos tendo, a ponto de superar a nossa capacidade de organizar os núcleos, que se multiplicam em todas as partes a cada dia.

Sabemos que diversas tendências políticas encontram-se em nossa sociedade. Reconhecemos o direito desses companheiros se organizarem em torno de suas visões e de suas propostas. Lamentamos que, por força do regime repressivo em que vivemos, essas tendências atuem na ilegalidade, embora sejam justas e legítimas as suas bandeiras. Lutamos e lutaremos pela legalização de todas elas, a fim de que suas práticas sejam comprovadas pelo veredicto popular. Preocupa-nos, entretanto, se um militante veste, por baixo de nossa camisa, outra camisa. Nunca pedimos nem pediremos atestado ideológico a ninguém.

Interessa-nos que todos sejam fiéis ao programa e às normas do PT. Interessa nos que

companheiros não queiram fazer de nosso partido massa de manobra de suas propostas. Não aceitaremos, jamais, que os interesses dessas tendências se sobreponham, dentro do PT, aos interesses do Partido. Denunciaremos, quantas vezes for preciso, certos desvios a que todos nós estamos sujeitos, como o economicismo, que pretende restringir a luta dos trabalhadores às conquistas imediatas de sua sobrevivência; o politicismo, que de cima para baixo quer impor seu dialeto ideológico aos nossos militantes, como se discurso revolucionário fosse sinônimo de prática revolucionária; o colonialismo daqueles que se autodenominam vanguarda do proletariado sem que os trabalhadores sequer os conheçam; o esquerdismo, que exige do Partido declarações ou posições que não se coadunam com seu caráter legal e a sua natureza popular; o voluntarismo dos que querem caminhar mais depressa que o movimento social; o eleitoralismo dos que desejam reduzir o PT a um trampolim de cargos eletivos e de projeções políticas; o burocratismo dos que nos criticam por ir às portas de fábrica e querem um partido bem organizado, mas sem bases populares; o oportunismo dos que só põem um pé dentro do PT e mantêm o outro pronto a correr quando sentem que suas intenções não são aceitas pelos trabalhadores.

PT: CANDIDATOS PRÓPRIOS A TODOS OS CARGOS

Vamos concorrer às próximas eleições e apresentaremos candidatos a todos os cargos, em todas as regiões do País. Entretanto, não cremos que eleições sejam o que há de mais importante e definitivo para o nosso partido. Sem dúvida, elas têm sua importância e devemos conquistar, sempre, mais espaço na área parlamentar e nas funções executivas, de modo a fazermos ecoar as reivindicações dos trabalhadores. Mas nossas ferramentas de luta vão além de eleições periódicas: importa-nos fortalecer o movimento popular, os sindicatos, as oposições sindicais, os que lutam pela terra e todas as formas de organização, de mobilização e de união de nosso povo. É com esta plataforma que os nossos candidatos devem ter compromisso. Ninguém se elegerá pelo PT senão como candidato partidário, ciente de seus deveres para com as propostas e a disciplina partidária.

Quero ainda ressaltar nosso apreço por esses companheiros que, em todos os rincões do País, dão mostras de serviço efetivo aos interesses populares, enfrentando toda sorte de perseguições, calúnias, prisões e expulsões: os membros das comunidades eclesiais de base e os padres e bispos ligados a elas. Não somos um partido confessional e não aceitamos que a Igreja interfira em nossas atividades, assim como não queremos interferir nas atividades da Igreja. Entre a Igreja e o Partido deve haver clareza das funções diferentes, distintas, embora,

muitas vezes, estejamos, na vida oprimida e injusta de nosso povo, unidos pelo mesmo anseio de libertação.

Contudo, repudiamos a prática partidária que pretenda reduzir as comunidades de base a núcleos partidários. Respeitamos, como questão de princípio, a fé de nosso povo e seu direito de liberdade religiosa, como atividade pública, mas não seremos, jamais, um partido de crentes ou de ateus. Para nós, a divisão é outra, é entre os que estão do lado da libertação e os que estão do lado da opressão. O Partido dos Trabalhadores não poderá, jamais, representar os interesses do capital.

Reconhecendo todos aqueles que na Igreja prestam serviços à causa do povo brasileiro, denunciemos as perseguições que o governo faz a leigos, padres e bispos, em nome do fantasma do comunismo. Nosso partido apoiará sempre, independente de sua confissão ou crença religiosa, todos aqueles que, neste país, são vítimas da intolerância, do arbítrio e da crueldade do poder.

RUMO AO SOCIALISMO DEMOCRÁTICO

Há muita gente que pergunta: qual é a ideologia do PT? O que pensa o PT sobre a sociedade futura? Aqueles que colocam tais perguntas avançam, ao mesmo tempo, as suas próprias interpretações, que visam, em alguns casos, criticar o Partido. Não seria o PT apenas um partido trabalhista a mais? Não seria o PT apenas um partido social-democrata, interessado em buscar paliativos para as desigualdades do capitalismo? Sabemos de onde vêm essas dúvidas e essas interpretações. E sabemos disto até porque são compartilhadas por alguns militantes do próprio Partido, que construíram, para si, a teoria estranha de que o PT é uma frente ou um partido apenas tático.

O que importa aqui observar é que essas questões só servem para expressar a desconfiança em relação à capacidade política dos trabalhadores brasileiros em definirem o seu próprio caminho. São dúvidas de quem exige, desde já, uma receita da sociedade futura; são dúvidas de quem oferece o prato feito, que os trabalhadores deveriam comer. São dúvidas de quem está longe das tarefas concretas das lutas populares, de quem não aprendeu ainda a conviver com o povo, muito menos a sentir o que o povo sente.

Nós, do PT, sabemos que o mundo caminha para o socialismo. Os trabalhadores que tomaram a iniciativa histórica de propor a criação do PT já sabiam disto muito antes de terem

sequer a idéia da necessidade do Partido. E, por isso, sabemos também que é falso dizer que os trabalhadores, em sua espontaneidade, não são capazes de passar ao plano da luta dos partidos, devendo limitar-se às simples reivindicações econômicas. Do mesmo modo, sabemos que é falso dizer que os trabalhadores brasileiros, deixados à sua própria sorte, se desviarão do rumo de uma sociedade justa, livre e igualitária. Os trabalhadores são os maiores explorados da sociedade atual. Por isso sentimos na própria carne e queremos, com todas as forças, uma sociedade que, como diz o nosso programa, terá que ser uma sociedade sem exploradores. Que sociedade é esta senão uma sociedade socialista?

Mas o problema não é apenas este. Não basta alguém dizer que quer o socialismo. A grande pergunta é: qual socialismo? Estamos, por acaso, obrigados a rezar pela cartilha do primeiro teórico socialista que nos bate à porta? Estamos, por acaso, obrigados a seguir este ou aquele modelo, adotado neste ou naquele país? Nós, do Partido dos Trabalhadores, queremos manter as melhores relações de amizade com todos os partidos que, no mundo, lutam pela democracia e pelo socialismo. Este tem sido o critério que orienta e continuará orientando os nossos contatos internacionais. Um critério de independência política, plenamente compreendido em todos os países por onde andamos, que devemos aqui declarar em respeito à verdade e como homenagem a todos os partidos amigos. Vamos continuar, com inteira independência, resolvendo os nossos problemas à nossa maneira.

Sabemos que caminhamos para o socialismo, para o tipo de socialismo que nos convém. Sabemos que não nos convém, nem está em nosso horizonte, adotar a idéia do socialismo para buscar medidas paliativas aos males sociais causados pelo capitalismo ou para gerenciar a crise em que este sistema econômico se encontra. Sabemos, também, que não nos convém adotar como perspectiva um socialismo burocrático, que atende mais às novas castas de tecnocratas e de privilegiados que aos trabalhadores e ao povo.

O socialismo que nós queremos se definirá por todo o povo, como exigência concreta das lutas populares, como resposta política e econômica global a todas as aspirações concretas que o PT seja capaz de enfrentar. Seria muito fácil, aqui sentados comodamente, no recinto do Senado da República, nos decidirmos por uma definição ou por outra. Seria muito fácil e muito errado. O socialismo que nós queremos não nascerá de um decreto, nem nosso, nem de ninguém.

O socialismo que nós queremos irá se definindo nas lutas do dia-a-dia, do mesmo modo

como estamos construindo o PT. O socialismo que nós queremos terá que ser a emancipação dos trabalhadores. E a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores.

ANEXO 2

DISCURSO DE POSSE DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA NO PALÁCIO DO PLANALTO EM 2023

Quero começar fazendo uma saudação especial a cada um e a cada uma de vocês, uma forma de lembrar e retribuir o carinho e a força que recebi todos os dias do povo brasileiro representado pela vigília Lula Livre, num dos momentos mais difíceis da minha vida. Hoje, neste que é um dos dias mais felizes da minha vida, a saudação que eu faço a vocês não poderia ser outra, tão singela e ao mesmo tempo tão cheia de significado: Boa tarde, povo brasileiro!

Minha gratidão a vocês que enfrentaram a violência política antes, durante e depois da campanha eleitoral, que ocuparam as redes sociais e que tomaram as ruas debaixo de sol e chuva, nem que fosse para conquistar um único e precioso voto. Que tiveram a coragem de vestir a nossa camisa, e, ao mesmo tempo, agitar a bandeira do Brasil quando uma minoria violenta e antidemocrática tentava censurar nossas cores e se apropriar do verde e amarelo que pertence a todo povo brasileiro. A vocês que vieram de todos os cantos deste país, de perto ou de muito longe, de avião, de ônibus, de carro ou na boleia de um caminhão, de moto, bicicleta e até mesmo a pé, numa verdadeira caravana da esperança para esta festa da democracia.

Mas quero me dirigir também aos que optaram por outros candidatos. Vou governar para 215 milhões de brasileiros e brasileiras, e não apenas para quem votou em mim. Vou governar para todos e todas, olhando para o nosso luminoso futuro em comum e não pelo retrovisor de um passado de divisão e intolerância. A ninguém interessa um país em permanente pé de guerra, ou uma família vivendo em desarmonia. É hora de rearmos os laços com amigos e familiares, rompidos pelo discurso de ódio e pela disseminação de tantas mentiras. Chega de ódio, fake news, armas e bombas. Nosso povo quer paz para trabalhar, estudar, cuidar da família e ser feliz. A disputa eleitoral acabou.

Repito o que disse no meu pronunciamento após a vitória de 30 de outubro, sobre a necessidade de unir o país. Não existem dois Brasis. Somos um único país, um único povo, uma grande nação. Somos todos brasileiros e brasileiras, e compartilhamos uma mesma virtude. Nós não desistimos nunca. Ainda que nos arranquem todas as flores, uma por uma, pétala por pétala, nós sabemos que é sempre tempo de replantio e que a primavera há de

chegar e a primavera já chegou. Hoje a alegria toma posse do Brasil de braços dados com a esperança.

Minhas queridas amigas e meus amigos, recentemente reli o discurso da minha primeira posse na Presidência em 2003, e o que li tornou ainda mais evidente o quanto o Brasil andou pra trás. Naquele primeiro de janeiro de 2003, aqui nesta mesma praça, eu e o meu querido vice José Alencar assumimos o compromisso de recuperar a dignidade e autoestima do povo brasileiro. E recuperamos. De investir para melhorar as condições de vida de quem mais necessita e investimos. De cuidar com carinho da saúde e da educação, e cuidamos. Mas, o principal compromisso que assumimos em 2003 foi o de lutar contra a desigualdade e a extrema pobreza, e garantir a cada pessoa deste país o direito de tomar café da manhã, almoçar e jantar todo santo dia e nós cumprimos esse compromisso, acabamos com a fome e a miséria e reduzimos fortemente a desigualdade.

Infelizmente, hoje, 20 anos depois voltamos a um passado que julgávamos enterrado. Muito do que fizemos foi desfeito de forma irresponsável e criminoso. A desigualdade e a extrema pobreza voltaram a crescer. A fome está de volta, e não por força do destino, não por obra da natureza nem por vontade divina, a fome. A volta da fome é um crime, o mais grave de todos cometido contra o povo brasileiro. A fome é filha da desigualdade, que é a mãe dos grandes males que atrasa o desenvolvimento do Brasil. A desigualdade apequena nosso país de dimensões continentais ao dividi-lo em partes que não se reconhece. De um lado uma pequena parcela da população que tudo tem, do outro lado uma multidão a quem tudo falta e uma classe média que vem empobrecendo ano a ano pelas injustiças do governo. Juntos somos fortes, divididos seremos sempre o país do futuro que nunca chega e que vivem em dívida permanente com o seu povo. Se queremos construir hoje o nosso futuro, se queremos viver num país plenamente desenvolvido para todos e todas, não pode haver lugar para tanta desigualdade. O Brasil é grande, mas a real grandeza de um país reside na felicidade de seu povo, e ninguém é feliz de fato em meio a tanta desigualdade.

Minhas amigas e meus amigos, quando digo governar, eu quero dizer cuidar. Mais do que governar, vou cuidar com muito carinho deste país e do povo brasileiro. Nesses últimos anos o Brasil voltou a ser um dos países mais desiguais do mundo. Há muito tempo não víamos tamanho abandono e desalento nas ruas. Mães garimpando o lixo em busca de alimento para seus filhos. Famílias inteiras dormindo ao relento, enfrentando o frio, a chuva e o medo. Crianças vendendo bala ou pedindo esmola quando deveriam estar na escola vivendo

plenamente a infância que tem direito. Trabalhadores e trabalhadoras desempregados, exibindo nos semáforos cartazes de papelão com a frase que nos envergonha a todos: "Por favor, me ajuda". Fila na porta dos açougues em busca de ossos para aliviar a fome, e, ao mesmo tempo, filas de espera para compra de automóveis importados e jatinhos particulares. Tamanho abismo social é um obstáculo a construção de uma sociedade verdadeiramente justa, democrática e de uma economia próspera e moderna.

Por isso eu e o meu companheiro vice Geraldo Alckmin assumimos hoje, diante de vocês e de todo povo brasileiro o compromisso de combater dia e noite todas as formas de desigualdade no nosso país. Desigualdade de renda, desigualdade de gênero e de raça, desigualdade no mercado de trabalho, na representação política, nas carreiras do Estado, desigualdade no acesso a saúde, a educação e demais serviços públicos. Desigualdade entre a criança que frequenta a melhor escola particular e a criança que engraxa sapato na rodoviária sem escola e sem futuro, entre a criança feliz com brinquedo que acabou de ganhar de presente e a criança que chora de fome na noite de Natal. Desigualdade entre quem joga comida fora e quem só se alimenta das sobras. É inadmissível que os 5% mais ricos deste país detenham a mesma fatia de renda que os demais 95% de pessoas. Que seis bilionários brasileiros tenham uma riqueza equivalente ao patrimônio dos cem milhões mais pobres do país. Que um trabalhador ou uma trabalhadora que ganha um salário mínimo mensal leve 19 anos para receber o equivalente a que um super rico recebe em um único mês. E não adianta subir o vidro do automóvel de luxo para não ver nossos irmãos que se amontoam debaixo dos viadutos, carentes de tudo. A realidade salta aos olhos em cada esquina.

Minhas amigas e meus amigos, é inaceitável que continuemos a conviver com o preconceito, a discriminação e o racismo. Somos um povo de muitas cores e todas devem ter os mesmos direitos e oportunidades. Ninguém será cidadão ou cidadã de segunda classe, ninguém terá mais ou menos amparo do Estado, ninguém será obrigado a enfrentar mais ou menos obstáculos apenas pela cor da sua pele. Por isso estamos recriando o Ministério da Igualdade Racial, para enterrar a trágica herança do nosso passado escravista. Os povos indígenas precisam ter terras demarcadas e livres de ameaças de atividades econômicas ilegais e predatórias, precisam ter sua cultura preservada, sua dignidade respeitada, e sustentabilidade garantida. Eles não são obstáculo ao desenvolvimento. São guardiões de nossos rios e florestas e parte fundamental da nossa grandeza enquanto nação. Por isso estamos criando, estamos criando o Ministério dos Povos Indígenas para combater 500 anos de desigualdade. Não podemos continuar a conviver com a odiosa opressão imposta às mulheres, submetidas

diariamente à violência nas ruas e dentro de suas próprias casas. É inadmissível que continuem a receber salários inferiores a dos homens, quando no exercício de uma mesma função elas precisam conquistar cada vez mais espaço nas instâncias dissuasórias deste país, na política, na economia, em todas áreas estratégicas. As mulheres devem ser o que elas quiserem ser, devem estar onde quiserem estar. Por isso estamos trazendo de volta o Ministério das Mulheres. Foi para combater a desigualdade e suas sequelas que nós vencemos a eleição. E esta será a grande marca do nosso governo, dessa luta fundamental surgirá um país transformado, um país grande e próspero, forte e justo, um país de todos por todos e para todos, um país generoso e solidário que não deixará ninguém para trás.

Minhas queridas companheiras e meus queridos companheiros, reassumo o compromisso de cuidar de todos os brasileiros e brasileiras, sobretudo daqueles que mais necessitam, de acabar outra vez com a fome neste país, de tirar o pobre da fila do osso para colocá-lo novamente no orçamento da União. Temos um imenso legado ainda vívido na memória de cada brasileiro e cada brasileira, beneficiário ou não das políticas públicas que fizeram uma revolução neste país. Mas não nos interessa viver do passado. Por isso, longe de qualquer saudosismo, nosso legado será sempre o espelho do futuro que vamos construir para este país. Em nossos governos o Brasil conciliou o crescimento econômico recorde com a maior inclusão social da história e se tornou a sexta maior economia do mundo, ao mesmo tempo em que 36 milhões de brasileiros e brasileiras saíram da extrema pobreza, geramos mais de 20 milhões de empregos com carteira assinada e todos os direitos assegurados. Reajustamos o salário mínimo sempre acima da inflação. Batemos recorde de investimento em educação, da creche à universidade, para fazer do Brasil exportador também de inteligência e conhecimento e não apenas o exportador de commodities e matéria-prima. Nós mais que dobramos o número de estudantes no ensino superior e abrimos a porta das universidades para a juventude pobre deste país. Jovens brancos, negros e indígenas para que o diploma universitário era um sonho inalcançável tornarem-se doutores. Combatemos um dos grandes focos de desigualdade, o acesso a saúde, porque o direito a vida não pode ser refém da quantidade de dinheiro que se tem no banco. Fizemos o Farmácia Popular que forneceu medicamentos a quem mais precisava e o mais do que isso que levou atendimento a cerca de 60 milhões de brasileiros e brasileiras das periferias das grandes cidades e nos pontos mais remotos do Brasil. Criamos o Brasil sorridente para cuidar da saúde bucal de todos os brasileiros e brasileiras. Fortalecemos o nosso Sistema Único de Saúde. E quero aproveitar para fazer um agradecimento especial aos profissionais do SUS pela grandiosidade do

trabalho durante a pandemia, enfrentado bravamente um vírus, um vírus letal e um governo irresponsável e desumano.

Nos nossos governos, investimos na agricultura familiar e nos pequenos e médios agricultores, responsáveis por 70% dos alimentos que chegam à nossa mesa e fizemos isso sem descuidar do agronegócio, que obteve investimento em safras recordes ano após ano. Tomamos medidas concretas para combater as mudanças climáticas e reduzimos o desmatamento da Amazônia em mais de 80%. O Brasil consolidou-se como referência mundial no combate à desigualdade e a fome e passou a ser internacionalmente respeitado pela sua política externa, ativa e altiva. Fomos capazes de realizar tudo isso cuidando com total responsabilidade das finanças do país, nunca fomos irresponsáveis com o dinheiro público. Fizemos superávit fiscal todos os anos, eliminamos a dívida externa, acumulamos reservas de 370 bilhões de dólares e reduzimos a dívida externa a quase metade do que era quando chegamos no governo. Nos nossos governos nunca houve nem haverá ganância alguma. Sempre investimos e voltaremos a investir em nosso bem mais precioso que é o povo brasileiro.

Infelizmente muito do que construímos em 13 anos foi destruído em menos da metade desse tempo. Primeiro pelo golpe contra a presidenta Dilma em 2016, e, na sequência, pelos quatro anos de um governo de destruição nacional cujo legado a história jamais perdoará: 700 mil brasileiros e brasileiras mortos pelo covid-19, 125 milhões sofrendo algum grau de insegurança alimentar de moderada a muito grave e 33 milhões passando fome. Estes são apenas alguns números que na verdade não são apenas números, estatísticas e indicadores. São pessoas, homens, mulheres e crianças vítimas de um desgoverno afinal derrotado pelo povo no histórico 30 de outubro de 2022. Os grupos técnicos do gabinete de transição coordenado pelo meu vice Alckmin que por dois meses mergulharam nas entranhas do governo anterior trouxeram a público a real dimensão da tragédia.

O que o povo brasileiro sofreu nesses últimos anos foi a lenta e progressiva construção de um verdadeiro genocídio. Quero citar a título de exemplo um pequeno trecho das cem páginas desse verdadeiro relatório do caos produzido pelo gabinete da transição. Diz o relatório: "O Brasil bateu recordes de feminicídio. As políticas de igualdade raciais sofreram severo retrocesso. Produziu-se desmonte da política da juventude e os direitos indígenas nunca foram tão ultrajados na história recente do país. Os livros didáticos que deverão ser usados no ano letivo de 2023 ainda não começaram a ser editados. Faltam remédios na

farmácia popular, não há estoque de vacinas para o enfrentamento das novas variantes da covid-19. Faltam recursos para a compra de merenda escolar. As universidades corriam risco de não concluir o ano letivo. Não existe recurso para a Defesa Civil e a prevenção de acidentes e desastres. E quem está pagando a conta deste apagão é, outra vez, o povo brasileiro.

Meus amigos e minhas amigas, nesses últimos anos vivemos, sem dúvida, um dos piores períodos da nossa história, uma era de sombras, de incertezas e de muito sofrimento. Mas esse pesadelo chegou ao fim pelo voto soberano na eleição mais importante desde a redemocratização do país. Uma eleição que demonstrou o compromisso do povo brasileiro com a democracia e suas instituições. Esta extraordinária vitória da democracia nos obriga a olhar para frente e esquecer nossas diferenças que são muito menores que aquilo que nos une para sempre: o amor pelo Brasil e a fé inquebrantável em nosso povo.

Agora é hora de reacendermos a chama da esperança, da solidariedade e do amor ao próximo. Agora é hora de voltar a cuidar do Brasil e do povo brasileiro, gerar empregos, reajustar o salário mínimo acima da inflação, baratear o preço dos alimentos, criar ainda mais vagas nas universidades, investir fortemente na saúde, na educação, na ciência e na cultura. Retomar as obras de infraestrutura do Minha Casa, Minha Vida, abandonadas pelo descaso do governo que se foi. É hora de trazer investimentos e reindustrializar o Brasil, combater outras vezes as mudanças climáticas e acabar de uma vez por todas com a devastação dos nossos biomas, sobretudo a nossa querida Amazônia. Romper com o isolamento internacional e voltar a se relacionar com todos os países do mundo. Não é hora para ressentimentos estéreis. Agora é hora de o Brasil olhar para frente e voltar a sorrir. Vamos virar esta página e escrever em conjunto um novo e decisivo capítulo da nossa história.

Nosso desafio comum é o da criação de um país justo, inclusivo, sustentável e criativo, democrático e soberano para todos os brasileiros e brasileiras. Fiz questão de dizer ao longo de toda campanha: o Brasil tem jeito. E volto a dizer com toda convicção, mesmo diante do quadro de destruição revelado pelo gabinete da transição: o Brasil tem jeito. Depende de nós, de todos nós. E vamos reconstruir este país.

Em meus quatro anos de mandato vamos trabalhar todos os dias para o Brasil vencer o atraso de mais de 350 anos de escravidão para recuperar o tempo e as oportunidades perdidas nesses últimos anos, para reconquistar seu lugar de destaque no mundo e para que cada

brasileiro e cada brasileira tenha o direito de voltar a sonhar e as oportunidades para realizar aquilo que sonha. Precisamos todos juntos reconstruir e transformar o nosso querido país. Mas só reconstruiremos e transformaremos de fato esse país se lutarmos com todas as forças contra tudo aquilo que o torna tão desigual. Essa tarefa não pode ser de apenas um Presidente ou mesmo de um Governo, é urgente e necessária a formação de uma frente ampla contra a desigualdade que envolva a sociedade como um todo, trabalhadores, empresários, artistas, intelectuais, governadores, prefeitos, deputados, senadores, sindicatos, movimentos sociais, associações de classes, servidores públicos, profissionais liberais, líderes religiosos, cidadãos e cidadãs comum. Afinal, é tempo de união e reconstrução do nosso país. Por isso faço, esse chamamento a todos os brasileiros e brasileiras que desejam um Brasil mais justo, solidário e democrático. Juntem-se a nós num grande mutirão contra a desigualdade. Quero terminar pedindo a cada um e a cada uma de vocês que a alegria de hoje seja a matéria-prima da luta de amanhã e de todos os dias que virão, que a esperança de hoje fermente o pão que há de repartido entre todos e que estejamos sempre pontos a reagir em paz e em ordem a quaisquer ataques de extremistas que queiram sabotar e destruir nossa democracia. Na luta pelo bem do Brasil usaremos as armas que os nossos adversários mais temem, a verdade que se sobrepôs a mentira, a esperança que venceu o medo e o amor que derrotou o ódio. Viva o Brasil e viva o povo brasileiro!